

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

RAFAEL WILLIAN SENGER

**DINÂMICAS E CIRCUITOS PRODUTIVOS INDUSTRIAIS NA
REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA
RELAÇÃO DE COMÉRCIO INTERNACIONAL BRASIL – CHINA.**

CHAPECÓ

2023

RAFAEL WILLIAN SENGER

**DINÂMICAS E CIRCUITOS PRODUTIVOS INDUSTRIAIS NA
REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA
RELAÇÃO DE COMÉRCIO INTERNACIONAL BRASIL – CHINA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Alberto Scherma

CHAPECÓ

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Senger, Rafael Willian
Dinâmicas e circuitos produtivos industriais na
Região Oeste de Santa Catarina:: uma abordagem a partir
da relação de comércio internacional Brasil-China. /
Rafael Willian Senger. -- 2023.
161 f.

Orientador: Doutor Ricardo Alberto Scherma

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia,
Chapecó, SC; Erechim, RS, 2023.

1. China. 2. Divisão Internacional do Trabalho. 3.
Agroindústria. 4. Mesorregião do Oeste Catarinense. 5.
Vulnerabilidades Territoriais. I. Scherma, Ricardo
Alberto, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

RAFAEL WILLIAN SENGER

**DINÂMICAS E CIRCUITOS PRODUTIVOS INDUSTRIAIS NA
REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA
RELAÇÃO DE COMÉRCIO INTERNACIONAL BRASIL – CHINA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Esta Dissertação foi defendida e aprovada pela banca em 20/02/2024.

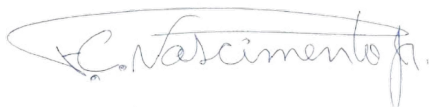
BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ricardo Alberto Scherma - UFFS

Orientador

Prof. Dr. Willian Simões - UFFS

Avaliador



Prof. Dr. Francisco das Chagas Nascimento Júnior - UFRRJ

Avaliador

*Dedico este trabalho a minha família, amigos
e a toda classe trabalhadora brasileira, que
diariamente constrói o país sob o perjúrio da
elite!*

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são, mais do que mera formalidade, uma forma de creditar os devidos reconhecimentos às pessoas que de alguma forma contribuíram para o processo de construção desta dissertação.

Portanto, agradeço inicialmente à minha mãe Márcia, meu pai Laércio e minha irmã Emanuela, pela confiança e pelo apoio incondicional em todas as decisões e jornadas em que já me aventurei. Sei que em vocês sempre encontrarei refúgio e amor. Essa é mais uma vitória que compartilho e dedico integralmente a vocês.

À minha companheira e confidente, Domitila, motivo ímpar de minha dedicação ao longo do ano e com quem compartilho momentos únicos de amor e companheirismo, até pouco tempo desconhecidos por mim. Sua força e dedicação foram inspiradoras, assim como sua confiança constante na minha capacidade. Obrigado por me ensinar tanto, por enfrentar comigo todos os momentos de dificuldade e compartilhar todas as minhas alegrias. Te amo.

A todos os meus incontáveis e inseparáveis amigos, representados nas figuras de: Felipe Werle, Darlan Yuri da Costa, Heitor Pugnoli, Emerson Junior Bodaneze, Pablo Amador, Milton Amador, Solange Zotti Amador, Fabiano Herbert, Ruan Diego Bevilaqua, João Henrique Lemos, Cassiano Bordignon, Amanda de Brito, Matheus Lacerda, João Marcos Soares Cordeiro, Yasser Fayad, Gerson Naibo, Luiz Debastiani, Noemia Debastiani, Patricia Ávila, Andressa Oliveira, Sabrina Franceschi, Ana Rosa dos Santos Beck, Karin Berwanger, Morgana Granella, Igor Schmidt e seus respectivos cônjuges. Faço menção especial ao casal de amigos Luiz Henrique Debastiani e Natália Brancher, que acompanharam esse processo do início ao fim e que diariamente prestaram o apoio e a confiança que eu necessitava, sempre dispostos a toda ajuda e suporte que só uma verdadeira família é capaz de fornecer. A todos vocês e os demais que de alguma forma estiverem comigo ao longo desse processo, meus sinceros agradecimentos.

Ao Prof. Dr. Ricardo Alberto Scherma, pela confiança e pelas contribuições ao longo da pesquisa, sempre muito presente, atencioso e inspirador ao longo das disciplinas, orientações, estágio de docência e todas as eventualidades surgidas no percurso.

Ao Prof. Dr. Willian Simões e ao Prof. Dr. Francisco das Chagas Nascimento Júnior, pela fundamental participação na elaboração do presente trabalho, desde a defesa do projeto de pesquisa, da qualificação e agora da dissertação. Suas contribuições revelaram caminhos e foram fundamentais para a elaboração da pesquisa.

À UNIEDU, pelo apoio e financiamento da presente pesquisa, através de uma bolsa de estudos, fundamental para o mantimento e expansão da ciência no estado de Santa Catarina e no Brasil.

Agradeço também, ao corpo de professores do PPGGeo/UFFS, pelas contribuições compartilhadas ao longo desse período, nas disciplinas cursadas e demais eventualidades, projetos e conversas compartilhadas.

Agradeço, por fim, a Universidade Federal da Fronteira Sul, por permitir que um filho da agricultura familiar se torne Mestre. Que a Universidade sempre mantenha seu caráter popular e que transforme a vida de muitas famílias da classe trabalhadora. Seu papel na construção de um país mais desenvolvido, rico e diverso é fundamental.

RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar as formas e dinâmicas contemporâneas da divisão territorial do trabalho, a partir do estudo dos circuitos produtivos globais e regionais e sua articulação com a China. Entende-se que a vertiginosa presença chinesa no comércio global, especialmente a partir do início do século XXI, tem alterado determinadas dinâmicas e promovido novas redes de articulação entre diferentes territórios globalizados. O trabalho pretende, desta forma, articular as dinâmicas econômicas nacionais e da mesorregião do Oeste catarinense com as demandas chinesas, visando entender de que forma essa relação contribui para a formação de vulnerabilidades e possibilidades. Para tanto, a pesquisa foi dividida em três momentos, nos quais se realizam considerações sobre eventos de escala global, enfatizando o papel transformador da China, passando para a análise da economia nacional e de seus processos de desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora, concluindo com a inserção da mesorregião Oeste de Santa Catarina nas novas redes comerciais internacionais a partir de sua relação comercial com a China. O caminho metodológico traçado buscou relacionar eventos de diferentes escalas territoriais, a partir de uma pesquisa exploratória, quantitativa e qualitativa, que buscou articular uma ampla análise bibliográfica com a análise de dados estatísticos sobre os eventos abordados. Conclui-se, que o crescimento interno chinês e sua forte inserção no comércio e na diplomacia internacional, alinhadas a cooperação Sul-Sul e uma maior aproximação com o Brasil, passou a inserir novos territórios e lugares às suas cadeias produtivas, visando atender suas demandas internas por produtos primários, nas quais se insere a mesorregião Oeste de Santa Catarina, como importante fornecedora de carnes, especialmente a suína e de frango. Entende-se, que a maior presença chinesa tem contribuído para o mantimento das atividades de especialização regional centradas nas agroindústrias, além de manter a posição do Brasil na DIT. A China, contudo, tem representado novas formas de cooperação internacional, distintas do imperialismo estadunidense e Europeu, com inúmeras possibilidades para os países parceiros e que merecem ser melhor exploradas.

Palavras-chave: China; divisão internacional do trabalho; agroindústria; Mesorregião do Oeste Catarinense; vulnerabilidades territoriais.

ABSTRACT

This research aims to analyze the contemporary forms and dynamics of the territorial division of labor, based on the study of global and regional production circuits and their articulation with China. It is understood that the dizzying Chinese presence in global trade, especially since the beginning of the 21st century, has changed certain dynamics and promoted new networks of articulation between different globalized territories. The work intends, in this way, to articulate the national economic dynamics and the mesoregion of Western Santa Catarina with Chinese demands, aiming to understand how this relationship contributes to the formation of vulnerabilities and possibilities. To this end, the research was divided into three moments, in which considerations are made about events on a global scale, emphasizing the transformative role of China, moving on to the analysis of the national economy and its processes of deindustrialization and reprimarization of the export agenda, concluding with the insertion of the western mesoregion of Santa Catarina in new international commercial networks based on its commercial relationship with China. The methodological path outlined sought to relate events on different territorial scales, based on exploratory, quantitative and qualitative research, which sought to articulate a broad bibliographic analysis with the analysis of statistical data on the events covered. It is concluded that Chinese internal growth and its strong insertion in international trade and diplomacy, aligned with South-South cooperation and a closer relationship with Brazil, began to insert new territories and places into its production chains, aiming to meet its demands. internal markets for primary products, in which the western mesoregion of Santa Catarina is included, as an important supplier of meat, especially pork and chicken. It is understood that the greater Chinese presence has contributed to maintaining regional specialization activities, in addition to maintaining Brazil's position in the DIT. China, however, has represented new forms of international cooperation, distinct from US and European imperialism, with countless possibilities for partner countries that deserve to be better explored.

Keywords: China; international division of labor; agroindustry; Western Santa Catarina Mesoregion; territorial vulnerabilities.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do PIB (US\$ corrente) de China, Estados Unidos, União Europeia e Japão, 1990 - 2022.....	46
Gráfico 2 - Evolução do PIB em Poder de Paridade de Compra - PPP (US\$ corrente) de China, Estados Unidos, União Europeia e Japão, 1990 - 2022.....	47
Gráfico 3 - Exportações de bens e serviços (US\$) - 2021.....	49
Gráfico 4 - Evolução da participação da indústria de transformação no PIB do Brasil.....	70
Gráfico 5 - Evolução da participação da indústria de transformação no emprego formal no Brasil.....	71
Gráfico 6 - Evolução da participação do Brasil na produção mundial da indústria de transformação.....	71
Gráfico 7 - Participação dos principais produtos exportados pelo Brasil em 2022 – por categoria (%).....	80
Gráfico 8 - Evolução dos principais destinos das exportações do Brasil (em %, considerando o valor dos embarques).....	88
Gráfico 9 - Estoque de investimentos chineses na América do Sul entre 2005 e 2020 (em % dos valores).....	88
Gráfico 10 - Série Histórica das Exportações Brasileiras com destino à China.....	89
Gráfico 11 - Série Histórica das Exportações Brasileiras com destino aos Estados Unidos (% do valor em US\$).....	90
Gráfico 12 - Série Histórica das Exportações Brasileiras por Classificação da atividade econômica com destino à China (% do valor em US\$).....	90
Gráfico 13 - Participação dos Principais Produtos Exportados pelo Brasil com destino a China - 2022 (% do valor em US\$).....	91
Gráfico 14 - Participação dos Principais Produtos Importados pelo Brasil da China - 2022 (% do valor em US\$).....	92
Gráfico 15 - Número de empregos na Indústria por Unidade Federativa no ano de 2021.....	94
Gráfico 16 - Número de estabelecimentos industriais por Unidade Federativa no ano de 2021.....	94
Gráfico 17 - Evolução da Balança Comercial de Santa Catarina, 2012-2022.....	95

Gráfico 18 - Principais produtos importados em Santa Catarina no ano de 2022.....	95
Gráfico 19 - Principais produtos exportados em Santa Catarina no ano de 2022.....	96
Gráfico 20 - Principais parceiros econômicos de Santa Catarina, série histórica das exportações de 2010 a 2022. Valor FOB (US\$).....	97
Gráfico 21 - Principais parceiros econômicos de Santa Catarina, série histórica das importações de 2006 a 2022. Valor FOB (US\$).....	98
Gráfico 22 - Participação dos Principais Produtos Exportados por Santa Catarina com destino a China - 2022.....	99
Gráfico 23 - Participação dos Principais Produtos Importados por Santa Catarina com destino a China - 2022.....	99
Gráfico 24 - Evolução do total de crédito rural concedido para o estado de Santa Catarina e Oeste catarinense no período 2007-2016.....	108
Gráfico 25 - Principais produtos exportados por Santa Catarina com destino aos Estados Unidos - 2022.....	120
Gráfico 26 - Rebanho de suínos por mesorregião e total de Santa Catarina - 2022.....	122
Gráfico 27 - Rebanho de suínos por microrregião geográfica - 2022.....	123
Gráfico 28 - Participação dos principais destinos nas receitas das exportações de carne suína de Santa Catarina - 2022.....	123

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - PIB global em Trilhões (US\$) - 1990 - demonstra a concentração de riquezas no eixo EUA, Europa e Japão.....	48
Mapa 2 - PIB global em Trilhões (US\$) - 2022 - demonstra a alteração da concentração de riquezas, agora polarizada entre EUA e China.....	48
Mapa 3 - Cinturão Econômico da Rota da Seda e Nova Rota da Seda Marítima.....	51
Mapa 4 - Corredores Econômicos Internacionais da Nova Rota da Seda.....	51
Mapa 5 - Distribuição espacial das AIRs com mais de 30 mil empregos industriais - 2018....	67
Mapa 6 - Distribuição geográfica da indústria de transformação: participação no PIB da indústria de transformação - 2020 (%).....	68
Mapa 7 - Divisão Regional do Brasil - Mesorregiões Geográficas - 1989.....	101
Mapa 8 - Localização geográfica da mesorregião Oeste catarinense, divisão municipal e principais cidades.....	102
Mapa 9 - Divisão Regional do Brasil - Microrregiões Geográficas - 1989.....	103
Mapa 10 - Localização das microrregiões (IBGE) do Oeste catarinense e principais cidades - 2018.....	104
Mapa 11 - Distribuição espacial do rebanho de suínos no estado de Santa Catarina - número de cabeças, 2018.....	114
Mapa 12 - Distribuição espacial do rebanho de frangos no estado de Santa Catarina (em número de cabeças – 2018).....	115
Mapa 13 - Unidades fabris, centros de distribuição e escritórios comerciais da BRF, Seara/JBS e Aurora no mundo - 2018.....	117
Mapa 14 - Unidades das empresas BRF, JBS e Aurora Alimentos no Oeste Catarinense em 2018.....	117
Mapa 15 - Distribuição espacial da produção de soja em Santa Catarina (toneladas – 2018).....	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pico dos setores manufatureiros no PIB por grau de desenvolvimento.....	72
Tabela 2 - Participação das Exportações por Classe de Produto Agregado do Brasil: 2000-2011.....	75
Tabela 3 - Detalhamento das atividades econômicas ligadas às cadeias produtivas de suínos e aves em Chapecó – SC.....	109
Tabela 4 - Exportações de carne suína dos municípios de Itapiranga e São Miguel do Oeste com destino a China - 2020 a 2022.....	125
Tabela 5 - Exportações de carne de frango de Itapiranga com destino a China - 2020 a 2022.....	125
Tabela 6 - Participação dos principais destinos das exportações de carne suína de Santa Catarina - JAN/DEZ 2014/2013.....	130
Tabela 7 - Participação dos principais destinos das exportações de carne suína de Santa Catarina - JAN/DEZ 2018/2017.....	130
Tabela 8 - Participação dos principais destinos das exportações de carne suína de Santa Catarina - JAN/DEZ 2022/2021.....	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACCS	Associação Catarinense de Criadores de Suínos
AIR	Áreas Industriais Relevantes
ASA	Cúpula América do Sul-África
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
ASPA	Cúpula América do Sul-Países Árabes
BADESC	Agência de Fomento de Santa Catarina
BDE	Banco de Desenvolvimento do Estado
BESC	Banco do Estado de Santa Catarina
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE	Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAI	Complexo agroindustrial
CEBC	Conselho Empresarial Brasil-China
CGV	Cadeias globais de valor
COSBAN	Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
DIT	Divisão internacional do trabalho
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estado Unidos da América
FES	Formação econômica-social
FESOS	Formações econômico-sociais de orientação socialista
FIA	Fórum Índia-África
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCAC	Fórum de Cooperação China-África
FUNDESC	Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
IBAS	Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África
IBGE	Instituto brasileiro de geografia e estatística
IED	Investimento externo direto
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
OBOR	One Belt One Road
OMC	Organização mundial do comércio
ONU	Organização das Nações Unidas

PCCh	Partido Comunista Chinês
PIB	Produto interno bruto
PPC	Poder paridade de compra
PROCAPE	Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas
PRODEC	Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RPA	Regiões produtoras agrícolas
RPC	República Popular da China
SNI	Sistemas nacionais de informação
UE	União Europeia
ZEE	Zona Econômica Especial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 DINÂMICAS TERRITORIAIS CONTEMPORÂNEAS DO MERCADO INTERNACIONAL E A ASCENSÃO DA CHINA.....	23
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO.....	24
2.2 O PAPEL CONTEMPORÂNEO DOS PAÍSES EMERGENTES NA DIT E NA FORMAÇÃO DE UM NOVO BLOCO DE PODER.....	31
2.3 A CRESCENTE PRESENÇA DA CHINA NO MERCADO INTERNACIONAL.....	40
2.3.1 A operacionalidade internacional chinesa e suas principais estratégias e iniciativas.....	45
3 ASPECTOS E TENDÊNCIAS DA ECONOMIA INDUSTRIAL BRASILEIRA, AS SINGULARIDADES REGIONAIS E SUAS CONEXÕES MULTIESCALARES COM A CHINA.....	62
3.1 ASPECTOS GERAIS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA.....	63
3.1.1 A perda de protagonismo da Indústria de Transformação.....	69
3.1.2 Reprimarização das exportações nacionais.....	77
3.2 A RE(ORIENTAÇÃO) DA ECONOMIA BRASILEIRA PARA CHINA.....	83
3.2.1 Trajetória das relações diplomáticas e comerciais Brasil e China.....	84
4. DINÂMICAS E ASPECTOS GERAIS DA ECONOMIA DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA E SUA RELAÇÃO COM A CHINA.....	93
4.1 ASPECTOS GERAIS DA ECONOMIA DE SANTA CATARINA E SUAS RELAÇÕES COMERCIAIS COM A CHINA.....	93
4.2 ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA REGIONAL DO OESTE CATARINENSE.....	100
4.2.1 Formação socioespacial da Região Oeste de Santa Catarina.....	105
4.3 REORDENAMENTO DA ECONOMIA DA REGIÃO OESTE A PARTIR DA SUA INTEGRAÇÃO COM O MERCADO CHINÊS.....	119
4.3.1 Circuitos produtivos agroindustriais e as exportações para a China.....	119
4.3.2 Dinâmicas de especialização regional produtiva e a formação/consolidação de vulnerabilidades territoriais.....	134
5 CONCLUSÕES.....	141

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de inquietações provocadas pela incessável simultaneidade de eventos que têm ocorrido no mundo nos últimos anos. Contudo, um evento específico motivou a realização da pesquisa: compreender o rápido desenvolvimento chinês e sua grande inserção no mercado internacional, fazendo uso de práticas diplomáticas até então pouco usuais.

O estudo do capitalismo e suas respectivas formas de produção e reprodução do capital lançava questões sobre a possibilidade de construção de alternativas civilizatórias, como seria possível construir dialeticamente uma conjuntura com elementos socioeconômicos capazes de promover rupturas nas estruturas de poder solidificadas há séculos. As expressões contemporâneas do capitalismo, alçadas ao mundo através de políticas neoliberais, marcaram os territórios com uma quase onipresença do grande capital global, na figura dos mais poderosos Estados-nação e de suas respectivas multinacionais.

Os circuitos espaciais de produção que se desdobram através das políticas econômicas atuais, têm evidenciado grandes desafios teóricos e práticos para todo o aparato construtor de incontáveis lugares e territórios, resultando num amplo conjunto de problemáticas. Conjuntamente ao desenvolvimento tecnológico, o capital global reproduz as mazelas do capitalismo e impõe a necessidade de um conjunto de reflexões.

Nos últimos anos, a acelerada ascensão da China e de demais países emergentes na economia global tem promovido rupturas e vínculos políticos e econômicos com os mais diversos territórios globais. A emergência de novas experiências e formações socioespaciais em diversos lugares incorporados às redes globais, têm resultado em rápidas transformações na ordem global e nos formatos de relacionamento entre países, instituições, empresas e lugares (espaços descentralizados de diversas escalas que interagem entre si com maior dinamicidade).

Seguindo as concepções de Jabbour e Gabrielle (2021), de que a China inaugura uma nova classe de formações econômico-sociais, gerando novos modos de produção internos e que interagem dialeticamente entre si, percebeu-se um novo conjunto de combinações e regularidades institucionais criadas a partir de novas formas históricas de planificação econômica no país. Inseridas nessa lógica, estavam as pretensões e/ou necessidades do país em demonstrar a viabilidade desse novo modelo político-econômico internacionalmente, buscando a aproximação diplomática com diversos países e se inserindo nas cadeias de produção globais. A velocidade, intensidade e abrangência dessa inserção interessa

particularmente, pois à medida que o país desenvolve suas forças produtivas internas, as relações com territórios diversificados começam a se alterar. Tal problemática está relacionada, portanto, em entender as seguintes questões: De que forma a DIT tem sofrido alterações nas últimas décadas devido a inserção de novos agentes e a formação de novos blocos de poder, marcados pela crescente presença de países emergentes, especialmente a China? Em que medida as atuais dinâmicas econômicas chinesas passam a se articular e construir novos pólos de desenvolvimento pelo mundo visando suprir suas demandas internas? De que forma o Brasil tem se inserido, a partir de sua estrutura econômica interna, nas novas dinâmicas da DIT? Quais os vínculos comerciais existentes entre a mesorregião Oeste de Santa Catarina e a China e de que forma esses vínculos participam da construção e/ou mantimento dos circuitos espaciais produtivos da região? Quais são os resultados da presença chinesa para a região e para o Brasil, até então passíveis de análise?

Dito isso, a pesquisa tem como objetivo central analisar e compreender as tendências contemporâneas relacionadas a divisão territorial do trabalho e o surgimento de novos blocos de poder, compreendendo de que forma os países emergentes têm construído novas relações entre si e no mercado internacional, promovendo novas dinâmicas de uso de seu território, com foco para a relação estabelecida entre a China e o Brasil, e como essa aproximação interfere na estruturação dos circuitos produtivos da mesorregião Oeste do estado de Santa Catarina, localizado na região Sul do Brasil. Objetiva-se, desta forma, reconhecer a articulação existente entre territórios de diferentes escalas e que desempenham papéis complementares, buscando compreender em que medida as relações do lugar com novos agentes globalizadores provoca transformações ou consolida realidades em formação.

O trabalho propôs um estudo das atuais intensas transformações nos circuitos internacionais de produção, nos quais países emergentes têm construído novas realidades produtivas e concentrado relativo poder econômico e político a partir de processos internos e externos altamente complexos e voláteis, que possuem a China como grande expoente. O período recente tem vislumbrado intensos eventos de impacto global, tendo o presente estudo sido elaborado em meio a pandemia da Covid 19, o conflito entre Rússia e OTAN/Ucrânia, a invasão de Israel à Faixa de Gaza e à Cisjordânia, o acirramento da guerra comercial e tecnológica entre Estados Unidos e China, entre outros fatos de grande magnitude.

Junto a isso, a economia brasileira tem enfrentado contundentes entraves nos últimos anos, ao mesmo tempo em que participa de forma relevante na construção de novos blocos de poder e importantes debates no cenário global. Visto a grande diversidade produtiva brasileira e seu vasto território, que dispõem de realidades econômicas e produtivas distintas entre si,

algumas regiões do país têm buscado se adaptar à complexa concorrência do mercado internacional e atender suas exigências. Nesse caso, o comércio regional que se estrutura na região Oeste de Santa Catarina e seus fluxos de exportação e importação também estabelecem importantes e volumosas relações com o mercado internacional. Desta forma, a proposta de analisar quais seriam as implicações do crescimento comercial chinês na economia brasileira e na região Oeste de Santa Catarina, auxiliando na compreensão teórico-explicativa sobre como os fluxos cotidianos regionais sofrem interferência externa e se estruturam a partir delas, justifica a elaboração desta pesquisa. Vale lembrar, que esse trabalho enfatiza a importância regional na economia nacional, inserindo-se em cadeias produtivas altamente complexas e especializadas e fundamentais para as exportações brasileiras.

A pesquisa foi organizada em uma estrutura metodológica que pretende abordar fenômenos de escala global num primeiro momento, partindo em seguida para o estudo das realidades em escala nacional e regional e, por fim, inserindo tais dinâmicas de diferentes escalas em processos dialéticos complementares de uma determinada totalidade. Este caminho metodológico, de investigação bibliográfica/teórica e quantitativa, possibilita a abstração e a síntese de processos amplamente complexos, mas que interagem entre si e criam relações de dependência, resultando na formação de novas realidades e estruturas de produção e poder no mundo contemporâneo. Ou seja, as análises iniciais dão conta de processos mais amplos, com características gerais, abstratas e de cunho global e, durante o trabalho, vão se estreitando e buscando conexões com espaços de escala regional e local. Compreende-se que a atual divisão internacional do trabalho promove a inserção de novos atores de poder, numa relação regional crescente entre países do Sul global e que seus espaços e lugares mais diversificados e descentralizados interagem entre si, através de ferramentas e mecanismos altamente complexos e sofisticados.

Para tanto, realiza-se, no primeiro capítulo, uma análise teórico-bibliográfica que busca apresentar características gerais do processo de divisão territorial do trabalho, se utilizando de amplo conjunto de abordagens e autores de diferentes áreas - especialmente da Geografia, Economia, Relações Internacionais, História, Sociologia - como Santos (2020), Silveira (2011), Castells (1992), Silva (2012), Cosenza (2015), entre outros; além dos estudos sobre as recentes transformações promovidas pelos países emergentes na divisão internacional do trabalho, com destaque para autores como Benachou (2013), Silva e Furtado (2016), Stuenkel (2017), Magalhães (2011), Santos (2014), Pautasso (2011), Guimarães (2000), entre outros; e a parte final do capítulo contará com a busca de contributos bibliográficos teórico-metodológicos para análise da realidade do caso chinês e dos processos nos quais o

país está inserido, onde os autores que irão guiar as discussões possuem viés marxista, com destaque para os conceitos de formação econômico-social e economia do projeto trabalhados por Jabbour e Gabriele (2021), além de contribuições feitas por Barbosa (2021), Gomes (2020), Lopes e Pautasso (2016), Pomar (2021), fundamentais na análise da realidade chinesa e sua dinâmica presença no mercado internacional.

Os autores analisados apresentam importantes considerações que permitem uma análise com subsídios hermenêutico-dialético, relacionando processos de diferentes tempos, espaços e magnitudes, observando a divisão internacional e territorial do trabalho como causa e produto da expansão de poder de países centrais do capitalismo e de que forma sua funcionalidade tem sido alterada nas últimas décadas, com a emergência de novos blocos de poder, nos quais a China exerce papel de maior protagonismo.

O segundo e terceiro capítulos foram elaborados utilizando-se o método de investigação teórico-bibliográfico e o método quantitativo (através de plataformas estatísticas como o IBGE Sidra, o ComexStat e o Observatório FIESC, entre outros), inseridos em uma investigação de cunho exploratório e explicativo, que busca mapear autores, discussões e dados estatísticos que propõem estudos a respeito:

i) Da análise da atual distribuição industrial no território brasileiro e da formação de circuitos espaciais de produção responsáveis pela especialização produtiva dos espaços regionais.

ii) Dos processos de desindustrialização e reprimarização da economia brasileira brasileira, fundamentais para compreender a formação das dinâmicas regionais dentro de tendências de escala mais ampla, além de fornecer considerações a respeito dos papéis desempenhados pelo Brasil no mercado externo, explorando sua dependência e sua vulnerabilidade territorial. Exploram-se também, através da análise de acordos e dados estatísticos, as formas como o país têm se articulado e se aproximado da China nas últimas duas décadas e como tal realidade tem interferido na organização do território brasileiro.

iii) Da construção das dinâmicas e circuitos produtivos de Santa Catarina e da região Oeste do estado, buscando compreender suas características gerais, sua diversidade produtiva-industrial, e sua vocação para a produção agroindustrial, além de demonstrar a forma como estabelecem relações comerciais e financeiras com o mercado internacional, em especial à China.

iv) Da existência e da intensidade com que a crescente presença da China tem impactado na estrutura produtiva da região Oeste de Santa Catarina.

A investigação quantitativa, no que diz respeito aos dados econômicos que vinculam a

mesorregião Oeste de Santa Catarina à China, foram realizadas de duas formas distintas. Parte da análise se deu a partir da análise estatística das plataformas utilizadas, alguns municípios possuem vínculos econômicos diretos com a China, especialmente os municípios de Itapiranga e São Miguel do Oeste (entre outros), especialmente no comércio de carne suína e de aves; contudo, nas plataformas consultadas, os principais polos agroindustriais da região, citados em municípios como Chapecó e Concórdia, não possuem registros comerciais diretos com a China. Desta forma, buscou-se demonstrar, com auxílio de notícias, referências bibliográficas e demais dados estatísticos, como as relações comerciais regionais, especialmente no fornecimento de carnes suína e de aves para a China, ocorre por intermédio de municípios onde estão situados portos e demais infraestruturas de escoamento da produção, como é o caso, neste trabalho, do porto de Itajaí.

De maneira abrangente, visto a onipresença ao longo do trabalho, determinados conceitos geográficos serão de grande valia, destacando-se as noções e estudos sobre: o conceito de território, tratado de forma a evidenciar como as dinâmicas recentes do capital se organizam no espaço e são alteradas por ele, à medida em que o território revela disputas contemporâneas e se reproduz de forma mais flexível, pois se estrutura através de forças dos mais diversos níveis de abrangência; a noção de escala, fundamental no percurso metodológico, ao iniciar discussões que partem do global ao local, sempre possibilitando as articulações necessárias, visto que o objetivo central do trabalho reside em vincular espaços de escala regional com agentes e fenômenos de escala internacional; o conceito de região, que será devidamente explorado no início do terceiro capítulo, estando vinculado aos estudos do IBGE, propostos em 1990, quando da divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. A noção de região é ampla, pois também é usada em determinados momentos como forma de regionalização em escalas continentais/globais. Contudo, o conceito está articulado especialmente com a mesorregião do Oeste Catarinense, entendida como objeto central por conta de suas características econômicas e pelos seus circuitos produtivos regionais estarem interligados, contribuindo para a especialização produtiva regional; o conceito de redes será utilizado para analisar e entender as formas de cooperação regionais, na formação da especialização produtiva do Oeste de SC, além de possibilitar o objetivo de se relacionar dinâmicas regionais com a China, na formação de complexas redes comerciais locais e internacionais. Vale destacar, que ao longo do trabalho outros muitos conceitos e categorias serão utilizados nas análises.

Entende-se que os conceitos, teorias, categorias e noções expressam realidades mutáveis e constroem diferentes e complexas realidades historicamente e espacialmente

determinadas. A revisão bibliográfica exposta, portanto, objetiva contextualizar e organizar a temática/problemática da pesquisa dentro de um sistema de referências teóricas, que busca compreendê-la e explicá-la. Assim como a exploração quantitativa de dados socioeconômicos permite dimensionar, dar magnitude e materialidade às proposições teóricas trabalhadas.

A presente pesquisa, portanto, foi organizada em 3 capítulos, que buscam organizar e dar semântica às abordagens e reflexões feitas em diferentes escalas. No primeiro capítulo, realizam-se considerações a respeito da atual divisão internacional do trabalho, entendida como a base organizacional e espacial do capitalismo e que tem como princípio primeiro um desigual relacionamento entre seus sujeitos, sejam países, instituições, empresas/indústrias ou indivíduos. Demonstra-se também, que o acelerado crescimento econômico de alguns países emergentes, visto novas conjunturas e relacionamentos de cunho regional que priorizam as relações entre países do Sul global, têm resultado na formação de novos blocos de poder frente aos países centrais do capitalismo. Essas novas dinâmicas têm a China como principal agente contemporâneo de transformação política e econômica global, um sujeito capaz de fazer convergir uma forte correlação de forças entre países emergentes. No primeiro capítulo, portanto, também se pretende também realizar algumas considerações sobre determinadas dinâmicas internas do país e sua atuação no mercado internacional, na divisão internacional do trabalho e sua aproximação comercial e diplomática com o Brasil.

No Capítulo 2 as discussões se concentram na análise da organização e das tendências da economia brasileira, buscando entender em que medida interagem com as novas dinâmicas provenientes da China. Para tanto, realizam-se estudos a respeito: da distribuição industrial brasileira; a desindustrialização de setores mais dinâmicos, tecnológicos e competitivos; e a consolidação de uma reprimarização da pauta exportadora que resulta no fortalecimento de setores vinculados a exploração de recursos naturais e numa indústria produtora de produtos de menor valor agregado altamente competitivos no mercado internacional, especialmente o setor de grãos e derivados da agroindústria.

O Capítulo 3 faz a conexão entre escalas locais/regionais e globais, ao tratar das relações comerciais entre o estado de Santa Catarina e a mesorregião Oeste e seus municípios com a China. Neste capítulo pretende-se compreender a estrutura produtiva da mesorregião e de que forma seus circuitos espaciais produtivos interagem com a China, produzindo relações potencializadoras de dependência ou até mesmo vulnerabilidades. Portanto, a abordagem utilizada analisou a formação econômica e suas respectivas dinâmicas ao longo do século XX, numa intensa relação entre capital privado e Estado, que resultou na especialização produtiva regional, atualmente reforçada pela crescente presença chinesa.

2 DINÂMICAS TERRITORIAIS CONTEMPORÂNEAS DO MERCADO INTERNACIONAL E A ASCENSÃO DA CHINA

Este capítulo analisa um conjunto de concepções teóricas cruciais de diferentes campos de pesquisa preocupados com as estruturas do comércio internacional, tendo em vista a Divisão Territorial do Trabalho e demais aspectos relacionados à regionalização do capitalismo global. A tarefa, portanto, situa-se numa perspectiva de análise teórica que permita a conexão entre as diferentes escalas de análise pretendidas nesta pesquisa, inserindo de forma coesa os devidos fenômenos e dinâmicas nos seus respectivos contextos. Ou seja, a compreensão das disputas no âmbito da economia política do território em termos globais, na contemporaneidade, permite evidenciar características singulares de cada eixo de poder e potencializa explicações de realidades historicamente determinadas.

O pós-Segunda Guerra Mundial fez emergir uma disputa ideológica de grandes magnitudes, ao passo em que consolidou o capitalismo através do “progresso” e da universalização, em diferentes medidas e intensidades, de elementos do Estado de bem-estar social, num primeiro momento, e da racionalidade Neoliberal em seguida. As disparidades entre países periféricos e países centrais do capitalismo foram ampliadas por uma abrangente acumulação de capital por parte de grandes empresas e companhias multinacionais que esvaziaram o conteúdo fronteiro dos territórios, diluindo a soberania de incontáveis países com vistas a exploração de múltiplas benesses, além de atender os objetivos geopolíticos estratégicos de seus Estados-Nação sede.

A universalização das relações de trabalho, forças produtivas e modo de produção e acumulação capitalista deram corpo e face ao comércio internacional nas últimas décadas, onde a especialização produtiva de cada país já não era mais construída tão somente pela correlação de suas forças internas. A política econômica dos Estados Unidos na segunda metade do século XX consolidou uma economia da dependência nos países periféricos, que se manteve relativamente sólida até o início do século XXI.

Contudo, as transformações no âmbito político e social passaram a ser mais intensas, rápidas e complexas, seja no desenvolvimento da técnica, seja nas relações sociais entre indivíduos e sociedades, ensejando a estruturação de diferentes formações econômico-sociais (FES)¹.

¹ O conceito de formação econômico-social será abordado no capítulo II, com ênfase nos estudos de Jabbour e Gabriele (2021).

A FES de maior relevância durante a pesquisa será a da China, pois sua forte e crescente expansão comercial nas últimas duas décadas tem provocado importantes reconfigurações na Ordem Global, à medida em que amplia seu relacionamento diplomático e comercial com todo o mundo e escoar seu capital para novos territórios de formas distintas das adotadas pelo ocidente.

Neste capítulo, pretende-se abordar também como os países emergentes têm se comportado no comércio exterior e seus papéis nas dinâmicas geopolíticas e econômicas, nos quais o Brasil também se insere. A premissa está em destacar aspectos que permitam compreender contextos amplos e complexos dos atuais circuitos espaciais de produção, que integram territórios de diferentes escalas, a fim de inserir de forma coesa a relação entre a região Oeste de Santa Catarina e a China.

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO

A especialização das atividades econômicas entre distintos países do mundo é uma característica performática, que data da expansão mundial do capitalismo comercial durante o colonialismo e que estabeleceu processos que ainda hoje implicam nas dinâmicas internas dos países. A análise espacial que implica numa interpretação geográfica da divisão do trabalho, pode ser entendida nas palavras de Santos (2020, p. 129) como “[...] um motor da vida social e da diferenciação espacial”.

A disposição dos fatores técnicos, políticos e econômicos presentes no espaço e mediados pelas dinâmicas da nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT), permitem compreender a distribuição e a concentração de atividades no território (SILVA, 2012), além da relação que estes estabelecem entre si. Isso se deve porque diferentes espaços e territórios dialogam de forma desigual, à medida em que se desenvolvem áreas especializadas moldadas pelas atividades pertinentes aos seus respectivos compromissos na divisão territorial do trabalho.

Entende-se que a divisão territorial do trabalho é produto da especialização das mais diversas funções econômicas e espacialização produtiva das mesmas, promovendo uma ampla circulação de produtos, mercadorias, tecnologia, trabalho, informação e serviços entre as distintas regiões do mundo, que entende-se, em primeira instância, como sendo uma das macroestruturas do expansionismo colonial e do imperialismo².

² A divisão territorial do trabalho é uma categoria abrangente, sendo suas dinâmicas constituídas nas mais diversas escalas espaciais: local, regional, nacional ou internacional. Desta forma, quando se tratando

Suas características, no entanto, são profundamente complexas e são causa e efeito de diversas variáveis espaciais, à medida em que conjuga elementos distintos do território e estabelece relações de trabalho e exploração cada vez mais assíduas. A DIT, portanto, é intensificada e materializada espacialmente pelo aprimoramento das relações produtivas e comerciais entre os Estados-Nação colonizadores e colonizados desde os séculos XV-XVIII.

A DIT enquanto forma de organização da produção no capitalismo, uma vez iniciada, esteve sempre produzindo novos objetos, cenários e formas de organização do espaço e das suas respectivas sociedades (SANTOS, 2020). Há de se destacar o papel da economia política no entendimento dessa dinâmica, afinal, as formas assumidas ao longo das últimas décadas pela DIT resultam do desenvolvimento de práticas e estratégias que tendem a direcionar o bônus da relação para Estados-Nação específicos. Ou seja, a atuação fragmentada das corporações no território global é, em primeira instância, um projeto político de determinados Estados; são mecanismos de consolidação de estruturas de poder e controle territorial que proporcionam a organização de uma governança mundial.

Santos (2020) entende que nas economias-mundo é com a indústria que a tendência à diversificação dos territórios se acentua ainda mais, devido ao desenvolvimento de novas técnicas que interferem em todas as etapas da produção, tendo a informação como variável central na contemporaneidade.

Entende-se que a divisão social do trabalho (que busca ampliar a acumulação de capital por meio da exploração da força de trabalho de um significativo conjunto de trabalhadores), à medida em que decompõem suas etapas produtivas com a finalidade de constituir a mercadoria, e esta ser envolvida em processos de circulação comercial (troca, venda, compra), passa a ser um ponto fundamental na estruturação da divisão territorial do trabalho. Entende-se, portanto, que a divisão territorial do trabalho emerge a partir do direcionamento da produção de ramos e etapas particulares da produção para áreas específicas de um país, desenvolvendo as especialidades territoriais. Tal ação é entendida por Santos (2020, p. 132) como “um processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente”. Santos entende que

Os recursos do mundo constituem, juntos, uma totalidade. Entendemos, aqui, por recurso, toda possibilidade, material ou não, de ação oferecida aos homens (indivíduos, empresas, instituições). Recursos são coisas, naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, ideias, sentimentos, valores. É a partir da

especificamente das relações de divisão do trabalho em termos globais como prática específica em análise entre países, por exemplo, será utilizado o termo DIT. No mais, o uso do conceito de divisão territorial do trabalho será aplicado quando a discussão se aplicar aos diversos níveis escalares.

distribuição desses recursos que os homens vão mudando a si mesmos e ao seu entorno (SANTOS, 2020, p. 132).

Para Santos (2020), portanto, a distribuição das atividades que resulta da pulverização da totalidade dos recursos dos lugares, é causa e condição para divisão territorial do trabalho.

Para Silveira (2011), o uso do território e suas dinâmicas de divisão do trabalho e especialização produtiva contemporâneas se dão pela presença de recursos e ativos, sendo estes os fatores em atividade e àqueles os fatores potenciais a se revelar, explorar ou organizar. Desta forma, a autora entende que, no período da globalização, o uso do território se transforma rapidamente, especialmente pela maior capacidade das empresas em reconhecer tecnicamente recursos genéricos e específicos³ e transformá-los em ativos.

[...] a cada momento histórico, o território de um país pode ser visto como um campo de forças que operam sobre formas “naturais” e artificiais. Mas estas formas têm um papel dinâmico, participando na produção de maiores densidades técnicas, informacionais e normativas. Todavia, se as formas são importantes, também o são as ações humanas, isto é, o comportamento no território das pessoas, das instituições, das empresas, determinando um dinamismo que varia segundo sua origem, sua força, sua intencionalidade, seus conflitos. O território usado é assim uma arena onde fatores de todas as ordens, independentemente da sua força, apesar de sua força desigual, contribuem à geração de situações (SILVEIRA, 2011, p. 4).

A autora ainda complementa destacando a complexidade dos papéis contemporâneos assumidos pelo território.

Considerado em suas divisões jurídico-políticas, suas heranças históricas e seu atual conteúdo econômico, financeiro, fiscal e normativo, o território constitui, através dos lugares, aquele quadro da vida social onde tudo é interdependente, levando também à fusão entre o local, o global invasor e o nacional que, na era da globalização, fica às vezes sem defesa. Essa interdependência está, sempre, a se renovar, atribuindo um caráter tenso à existência dinâmica do território (SILVEIRA, 2011, p. 4).

Entende-se necessário esse exercício teórico que dá fundamento e explicação às ações corporativas no espaço, em busca das melhores condições para reprodução do modo de acumulação capitalista. A divisão territorial do trabalho é, portanto, o sujeito primeiro da divisão internacional do trabalho, numa perspectiva de escala que concentra na economia política do território sua base teórica fundamental. Ou seja, a forma como o capitalismo estabelece suas variáveis fundamenta o surgimento da divisão territorial e internacional do trabalho a partir da divisão social do mesmo. Com o avanço do meio

³ Para uma melhor compreensão das ideias de recursos e ativos genéricos e específicos, ver SILVEIRA, M. L. 2011.

técnico-científico-informacional vinculado à modernização dos modos de produção e expropriação capitalistas, a divisão internacional do trabalho passou a construir um aparato normativo no espaço geográfico que deu origem às atuais dinâmicas econômicas, cercadas por desigualdades e contradições. Uma sobreposição não igualitária de objetos técnicos em detrimento da organização social dos povos e culturas.

Castells (1992) entende que a reorganização da economia capitalista a partir da crescente inserção da ciência, da tecnologia e da informação, desde a segunda metade do século XX, tem flexibilizado a produção visando atender uma demanda globalizada onde os elementos se organizam e reproduzem em fluxos e dinâmicas supranacionais. Desta forma, o espaço geográfico ora construído pelas complexidades internas altamente abstratas, agora exprime aspectos ainda mais amplos e que demandam uma mudança na escala de análise, pois cria uma relação de dependência altamente desigual entre o lugar e o Global, entre periferia e centro. Segundo o autor, nesse período, destacam-se alguns traços/tendências fundamentais e articulados entre si de forma sistêmica: a produtividade e o crescimento econômico dependem cada vez mais da aplicação da ciência e da tecnologia; transição de atividades de produção material para atividades de produção de informação; uma produção cada vez mais flexível, visto as novas organizações entre lugares globais de diferentes escalas e magnitudes; a capacidade dos novos fluxos econômicos de atravessarem as fronteiras nacionais, tanto pela ação de empresas multinacionais com interesses próprios, como de pequenas e médias empresas que de forma mais descentralizada se relacionam com o mercado mundial (CASTELLS, 1992, p. 5-9).

As tendências acima assumidas são complementadas por Silva (2012, p. 51), ao afirmar que

[...] as novas tendências da divisão internacional do trabalho baseiam-se, principalmente, em suas articulações com o Estado, com os interesses das classes dominantes em manterem uma estrutura de relações desiguais, e, não somente, como subproduto das firmas multinacionais. Essas tendências não eliminam a antiga divisão centro - periferia, mas as colocariam de uma maneira sobreposta mais sofisticada.

Ou seja, grande parte da compreensão acerca das operações espaciais da DIT, durante a segunda metade do século passado, eram explicadas pela acumulação altamente flexível das grandes corporações e empresas multinacionais, relativizando a articulação entre os interesses de Estados-nação e seus respectivos projetos de poder.

Entende-se, portanto, que apesar da DIT ser um instrumento de acumulação de capital, ela também confere estratégico poder geopolítico para os países de economia central e desenvolvida. Os projetos destas nações atuam como propulsão da expansão do capitalismo como modo de produção predominante e, por conta disso, a China tem sofisticado sua relação diplomática e comercial com todo o mundo, estabelecendo relações comerciais estrategicamente planejadas e projetadas pelo Estado. O imponente crescimento econômico chinês nas últimas décadas será o objeto de análise do último item deste capítulo.

Todas essas formas de organização do trabalho social e territorial, ocorrem sempre sobre a égide de relações de dominância por parte dos países capitalistas centrais, que gozam de vantagens absolutas e comparativas favoráveis (GUIMARÃES, 1997) ou criam as condições necessárias para sua exploração em outros territórios nacionais.

Uma divisão internacional do trabalho desigual pressupõe um desenvolvimento desigual entre os países envolvidos no comércio mundial, ou seja, o desenvolvimento distinto de modos de produção entre os agentes envolvidos.

[...] a desigualdade entre os diferentes países existe e pode ser vista facilmente em nosso mundo. Mesmo entre os países chamados desenvolvidos evidenciam-se diferenças e são elas que expressam a existência de relações desiguais entre as diversas nações, o que permite o acirramento da desigualdade mundial. Isso é parte importante da DIT, que pode passar por mudanças conjunturais de forma, sem mudar sua estrutura central (COSENZA, 2015, p. 66).

A DIT resulta, portanto, na (re)estruturação produtiva e social dos países, especialmente os periféricos e suas correspondentes competências e vocações. Silva (2012, p. 51) entende que “[...] quanto mais internacional se torna a produção e a competitividade entre empresas, mais pontos específicos do território são chamados a atender as exigências da produtividade sempre crescentes”. Entende-se, portanto, que à medida em que os lugares se inserem no comércio internacional e passam a participar da demanda global, as redes passam a ser mais descentralizadas e conectadas entre si. A interdependência que esses agentes possuem entre si, no entanto, varia de acordo com os papéis que os mesmos desempenham, e sua conexão está vinculada à hierarquia existente entre empresas, países, cidades e seus respectivos vetores ligados a interesses econômicos, culturais, políticos, sociais, entre outros.

Essa desigualdade entre países nos circuitos produtivos internacionais que estruturam o comércio global atual são, para Castells (1992), em grande medida compreendidas a partir da capacidade tecnológica de suas estruturas produtivas, tendo no seu núcleo central, um determinado nível de capacidade de criação de novos conhecimentos e tecnologias e sua

posterior aplicabilidade nas mais diversas atividades humanas. Desta forma, "a economia informacional é uma economia global cuja estrutura e lógica definem um sistema mundial caracterizado por uma nova divisão internacional do trabalho" (CASTELLS, 1992, p. 10).

Carlotto e Pinto (2015) reforçam o caráter tecnológico da atual Divisão Internacional do Trabalho, ao analisar o papel da propriedade intelectual e das patentes tecnológicas que regulam e fundamentam a economia política contemporânea, marcada pela conferência de valor econômico ao conhecimento e a mercantilização do mesmo através de mecanismos de controle (políticos e jurídicos) de acesso.

É das características inerentes ao conhecimento e das potencialidades que ele incorpora para o processo de convergência científico-tecnológica entre os países que emerge um dos grandes paradoxos do nosso tempo: por um lado, o conhecimento, diferente dos demais bens, é um valor de uso de fácil difusão, não exclusivo e não rival; por outro, cada vez mais, ele é a base sobre a qual se sustenta a acumulação de capital no sistema capitalista, estando, portanto, na raiz da contemporânea divisão internacional do trabalho (CARLOTTO; PINTO, 2015, p. 99).

Entende-se, desta forma, que as estruturas produtivas não mais se apegam tão somente às suas relações de trabalho e produção físicas e sua materialidade tem passado por um processo altamente volátil e complexo, envolto a dinâmicas tecnológicas sofisticadas que viabilizam a organização, segmentação e comércio de produtos e conhecimentos. Portanto, a capacidade de relacionamento entre territórios das mais variadas escalas se amplia de forma significativa e, logo, estabelece novas relações de divisão territorial do trabalho descentralizadas, porém, muito dependentes, nas quais os países emergentes vêm ganhando projeção e criando novas estruturas de poder.

Castells (1992) entende que tais constatações se consolidam a partir dos anos 80, quando o crescimento da atividade produtiva de atividades relacionadas à informação cresce em um ritmo mais acelerado que as atividades não centradas na informação.

[...] as tecnologias de informação são também decisivas para incrementar a descentralização e a flexibilidade das empresas e da atividade econômica, constituindo-se num novo tipo de espaço econômico que se tem denominado, a partir da minha própria investigação, de "o espaço dos fluxos" (CASTELLS, 1992, p. 9).

As considerações acima, a respeito da constituição de 'novas' características da DIT, permitem refletir sobre a forma como espaços dos mais variados tipos e escalas se comunicam e constroem relações entre si, possibilitando um mais amplo grau de abstração na análise das

atuais estruturas econômicas e industriais do Oeste de Santa Catarina e suas relações com a China.

Essa integração internacional entre lugares, para Castells (1992, p. 12), representa um “[...] crescente grau de interdependência na economia global, porém assinalando, ao mesmo tempo, a importância dos limites próprios de cada uma das grandes áreas geoeconômicas que operam no interior da citada economia global”. Segundo o autor, apesar do surgimento de novas demandas por parte do grande capital internacional para com os países periféricos, as relações entre eles ainda são densamente desiguais. Cosenza (2015, p. 64) afirma que ocorreram mudanças conjunturais na DIT ao longo do tempo, contudo “permaneceu a estrutura econômica pautada na divisão internacional entre centro e periferia do sistema”.

Ainda que no cerne da DIT estejam compiladas estruturas desiguais entre os diversos sujeitos, um novo espectro tem surgido em torno dos países emergentes. Medeiros (2019) realiza um importante estudo sobre a relação entre as políticas industriais nacionais e a construção de dinâmicas contemporâneas da DIT. Segundo o autor, muitos países de industrialização tardia realizaram uma ‘industrialização por cópia de técnicas’ durante a segunda metade do século XX, que se afirmou como a principal forma de modernização tecnológica e de incorporação de bens de capital novos e mais sofisticados, incentivando a “criação de instituições públicas de pesquisa, e o desenvolvimento de capacitações tecnológicas complementares” que deram impulso à formação de “Sistemas Nacionais de Inovação (SNI)”, que ao longo do tempo passam a fazer diferença sobre a competitividade das indústrias nacionais (MEDEIROS, 2019, p. 74). Sobre as economias asiáticas que passaram por processos de industrialização tardias e se tornaram altamente competitivas no pós-Segunda Guerra Mundial, o autor enfatiza o papel do Estado como autoridade pública capaz de gerir o território e com capacidade de liderar o processo de mudança.

Sobre este aspecto a guerra e a posição geopolítica dos países (após a II GM) foi um ‘primum mobile’ para a política deliberada de desenvolvimento e para as exportações industriais dos países do Sudeste da Ásia como Japão, Coreia do Sul e Taiwan. Para Rússia, China, Vietnã, Índia, Israel não apenas a guerra ou a ameaça de guerra foram agentes catalisadores para a industrialização, mas as capacitações técnicas emanadas de seus complexos industrial-militar foram fatores propulsores para a indústria moderna como na aeronáutica e no setor de bens de capital (MEDEIROS, 2019, p 75).

A premissa guia é de que dentro do contexto de consolidação, estagnação e crise dos Estados Desenvolvimentistas nos anos 1990, diferentes realidades e formações econômicas e sociais se desenvolvem, algumas com maior protagonismo. Segundo Medeiros (1990, p. 76),

nesse período ocorre uma ampla difusão de tecnologias de informação, além da abertura comercial, financeira e de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, que de forma contundente passam a “ampliar a divisão de tarefas na produção de bens e serviços e consequentemente o comércio de produtos intermediários articulados em CGV⁴”.

Entende-se, portanto, que os novos atores de impacto na DIT estão atrelados, em diferentes intensidades, a processos de crescimento e desenvolvimento industrial. Evidente que países asiáticos, como China e Índia (este com limitações de excelência tecnológica), possuem sistemas produtivos industriais com uma consistência tecnológica mais robusta e diversificada que o Brasil. Contudo, conforme será abordado no próximo item, o papel de determinados países emergentes e a incorporação de seus territórios em dinâmicas de escala global devem ser analisados de forma conjunta, na construção de novos blocos e polos de poder econômico e político.

2.2 O PAPEL CONTEMPORÂNEO DOS PAÍSES EMERGENTES NA DIT E NA FORMAÇÃO DE UM NOVO BLOCO DE PODER

A condição primeira e inerente à divisão internacional do trabalho, conforme exposto no item anterior, está centrada na forma desigual com que os sujeitos globais interagem entre si, em redes e fluxos materiais e informacionais que no seu cerne expressam inúmeras contradições do modo de produção e acumulação capitalista. Desta condição territorial da produção, onde os agentes globais territorializam o poder em espaços determinados e fazem do uso do território de outros países e regiões sua representação/expressão de poder, emergem formas distintas de governabilidade. A centralidade em torno do poder acumulado pelos Estados Unidos e Europa durante o século XX, resultou na construção de uma ordem mundial hegemônica, onde os territórios nacionais e suas respectivas dinâmicas passaram a ser incorporados pela prevalência e predomínio de relações de trabalho e produção favoráveis ao regime dos países considerados centrais, países onde o capitalismo industrial havia se desenvolvido internamente a ponto de criar condições para sua ampla expansão.

Contudo, nas últimas décadas, é possível perceber a ascensão de novas realidades econômico-sociais de escala global, especialmente em relação aos chamados países emergentes e suas formas de governança, que passaram a apontar em direção ao reequilíbrio de forças nos planos econômico e político da ordem mundial. O significativo crescimento de economias de países como China, Índia e Brasil são exemplo disso, visto que possuem

⁴ Cadeias Globais de Valor.

grandes extensões territoriais, grande oferta de mão de obra, vastos mercados consumidores, abundância em recursos naturais, entre outros ativos e recursos (SILVEIRA, 2011), que impulsionaram e deram corpo às suas aspirações no cenário internacional. Jabbour e Gabriele (2021) apresentam a seguinte consideração a respeito do capitalismo e do surgimento de novas realidades econômico-sociais:

Como resultado do desenvolvimento desigual e não linear dos processos históricos, o mundo contemporâneo é caracterizado pela existência de múltiplos Estados nacionais e várias formas de cooperação e rivalidade entre eles. No entanto, apesar das restrições inevitáveis, mas em evolução, impostas pelo atual contexto global, no qual as relações comerciais e financeiras são predominantemente baseadas no mercado, sistemas econômico-sociais e articulações superestruturais significativamente diferentes estão se desenvolvendo em vários países (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 29).

Para além das distintas FES que coexistem em determinados Estados nacionais, como o caso chinês que será melhor explorado no próximo item, as interações entre países têm seguido padrões diferentes dos tradicionais nas últimas décadas. O principal destaque é percebido na crescente correlação de forças construídas pelos países considerados emergentes. Benachenhou (2013) estabelece reflexões a respeito do “perfil típico de um país emergente”.

[...] um país que tenha conseguido a diversificação de sua economia, desenvolvendo principalmente os produtos de maior demanda no mercado mundial; que goze frequentemente de uma intermediação financeira eficaz, com uma indústria bancária eficiente e um mercado de capitais dinâmico; que disponha de uma base agrícola forte, capaz de limitar sua fatura de importações e consolidar a indústria agroalimentar; que tenha posto em funcionamento um vigoroso setor de telecomunicações que eleve a produtividade global da economia e que ligue validamente essa nação ao resto do mundo; que haja constituído um setor de PMEs eficaz, de dimensões e produtividade elevadas; que tenha uma política de abertura – muitas vezes seletiva, porém evolutiva – que lhe permita inscrever-se em uma divisão regional e/ou global do trabalho e que impulse o crescimento com suas tecnologias, seus mercados e seus capitais, assegurando um fluxo notável de investimentos estrangeiros e destinos internacionais crescentes para suas exportações. [...] Os países emergentes, porém, enfrentam grandes desafios, que precisam ser geridos da melhor maneira e o mais rapidamente possível (BENACHENHOU, 2013, p. 199).

Apesar do amplo crescimento de determinados países no comércio global, ainda prevalecem estruturas desiguais nas relações estabelecidas entre si, conforme abordado no item anterior. As nomenclaturas adotadas para definição dos países em determinados níveis de desenvolvimento, ainda que distintas em cada período histórico ou de acordo com a abordagem utilizada, reforçam a leitura de que ainda existem estruturas de dominação que constroem relações desiguais entre distintos espaços da globalização e seus respectivos

sujeitos. Para Cosenza (2016, p. 65) “a diferença de riquezas é resultante da diferença do momento histórico em que cada país se encontra, e do sistema de exploração e dominação estabelecido em favor dos países desenvolvidos”. O autor entende que a divisão internacional do trabalho está relacionada com o desenvolvimento de ferramentas que se reproduzem historicamente para exploração de recursos e vantagens por parte dos países centrais. Essas vantagens historicamente determinadas durante o colonialismo e o imperialismo ainda são a base para o desenvolvimento desigual entre os países do mundo, mesmo que a conotação divisora entre países industrializados e exportadores de produtos primários tenha sido relativamente superada. Para Rocha e Almeida (2013, p. 2),

Os mecanismos de cooperação então adotados pelos países desenvolvidos visavam promover estabilidade política e social nos países em desenvolvimento para criar as bases para um alinhamento político e econômico. A cooperação ocorria por meio de intervenções pontuais, ao arbítrio dos países desenvolvidos, e não trouxeram contribuições efetivas ao desenvolvimento dos países beneficiários. Ainda assim, evidenciadas suas limitações, o regime verticalizado que pauta a cooperação internacional tem perdurado, constituindo o que se convencionou chamar de cooperação Norte-Sul.

Entende-se que por mais que o cenário político-econômico contemporâneo apresente mudanças importantes, os países de industrialização pioneira ainda desfrutam de posições vantajosas. A Ordem Internacional, contudo, tem sofrido intensas transformações e novos sujeitos têm interagido com maior sustância, especialmente nas últimas duas décadas.

Stuenkel (2017) discute em seus estudos o papel desempenhado pelo grupo BRICS nessas transformações, no que chamou de uma “uma imensa transferência de poder, dos Estados Unidos e Europa, para potências emergentes como China, Índia e Brasil” (Stuenkel, 2017, p. 21). Ainda, segundo o autor, “essa mudança foi ocorrendo com rapidez, deixando o mundo menos ocidentalizado e mais ideologicamente diversificado”.⁵

Nesta mesma linha, Silva e Furtado (2016, p. 2) entendem que

A construção do bloco econômico BRICS, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, se insere na reorganização das forças políticas que rompem barreiras geográficas, e criam condições preliminares de ordenamento para um novo regime. Este agrupamento de países é portador, tanto da insatisfação de economias emergentes com a atual configuração da governança global, quanto um dos

⁵Cabe ressaltar que existem grandes assimetrias entre os países integrantes do BRICS, desde interesses econômicos, participação e voto em instituições internacionais, discordâncias diplomáticas, sistemas políticos e econômicos distintos, entre outros. Tais diferenças, de início, levaram os EUA e a Europa a desacreditarem o grupo, “dado que as diferenças entre os membros de longe contrabalanceavam o que possuíam em comum, não sendo um grupo coerente, já que suas posições na ordem política global apresentam diferenças imensas” (STUENKEL, 2017, p. 8).

responsáveis pela reação ao status quo mantido pelos países que apoiam a continuação do regime internacional vigente, e que mostra sinais de esgotamento.

Magalhães (2011, p. 83) analisa as funções que determinados países emergentes, em especial o BRICS, têm desempenhado como novos globalizadores, protagonizando “papéis tradicionalmente desempenhados pelos países desenvolvidos”. O avanço da globalização e a noção de país globalizador, segundo o autor, “depende da atuação de países que lideram o desenvolvimento e a difusão de tecnologias, constituem redes globais e determinam a direção dos fluxos transnacionais”.

Os estudos de Magalhães (2011) contextualizam o caráter das relações internacionais, demonstrando a hegemonia construída em torno do eixo Estados Unidos, Japão e membros da União Europeia na segunda metade do século XX (que derivam do adensamento dos fluxos já existentes nos primeiros anos do século XX), onde se concentravam a maior parte dos investimentos externos diretos (IED) e das multinacionais. As relações estabelecidas entre os países então desenvolvidos possuíam um caráter eminentemente diferente daquele estabelecido com os países “em desenvolvimento”. Haviam, portanto, fluxos muito bem definidos, que apesar de complexos, consolidaram a posição central e dominante dos países acima citados.

A estratificação da globalização reflete o contraste entre os fluxos Norte-Norte (entre países desenvolvidos) e os fluxos Norte-Sul (entre desenvolvidos e países em desenvolvimento). As relações Norte-Norte tendem a ser mais simétricas: intenso fluxo de IEDs, predomínio do comércio de bens de alto valor agregado (bens industrializados e serviços). As relações Norte-Sul tendem a ser mais assimétricas: o Norte “globaliza” o Sul, com novas tecnologias, redes e fluxos. Assim, sobretudo entre 1980 e 2000, a terceira revolução industrial chegou a países como os BRICs, modernizando suas estruturas econômicas (MAGALHÃES, 2011, p. 88).

Asseguradas as assimetrias dos seus respectivos processos internos, os países emergentes incorporaram tecnologias e investimentos, modernizando suas economias e ampliando seu desenvolvimento industrial. Lê-se aqui um grande conjunto de contradições, pois à medida em que as multinacionais se expandiram através da divisão internacional do trabalho e da exploração de recursos e ativos dos países então subdesenvolvidos, expandindo seu domínio político e econômico, criaram-se determinadas condições embrionárias que possibilitaram a expansão econômica no mercado internacional de um grupo de países até então densamente explorados. Dentre estas condições, destaca-se a industrialização dos países emergentes, que passaram a diversificar suas economias e estabelecer um conjunto mais

complexo de dinâmicas centralizadoras nos seus respectivos espaços urbanos de maior influência. Santos (2014, p. 129) já destacava que

Quanto mais pronunciado o nível de industrialização do país, mais as atividades econômicas das metrópoles estão sujeitas a obter autonomia, isto é, mais provável se torna que elas se sustentem mutuamente e criem seu próprio mercado em vez de serem condicionadas pelo mercado em si.

Os países emergentes construíram condições políticas e econômicas em seus respectivos territórios (muito diferentes entre si e cercados de contradições) que possibilitaram o desenvolvimento de parques industriais significativos, alguns deles com considerável densidade tecnológica, que passaram a diferenciá-los de outros países do Sul. Os setores agrícola e minerador, por exemplo, passaram de 77% das exportações dos países em desenvolvimento em 1973, para 36% em 1995, ao passo que nesse mesmo período, as exportações industriais desses países passaram de 22% para 62% (MAGALHÃES, 2011).

Os BRICs, por exemplo, mudaram suas posições na divisão internacional do trabalho, atenuaram a dependência estrutural relacionada a crédito e a tecnologia, e melhoraram significativamente indicadores socioeconômicos domésticos (MAGALHÃES, 2011, p. 90).

O autor segue, exemplificando o grande crescimento chinês.

Esses países passaram a exercer certos papéis tradicionalmente exercidos por países do Norte. O caso mais simbólico desse fenômeno é o da China, que recentemente tornou-se a segunda maior economia mundial. O país substituiu o papel do Japão como propulsor das economias do Pacífico e do Sudeste asiático, ao liderar o "voo dos gansos" (MAGALHÃES, 2011, p. 90).

Há, desta forma, novas realidades na DIT, liderada por novas alianças e formas de cooperação entre países do Sul Global, que figuram como novos globalizadores com ampla influência em regiões circundantes.

A estratificação detectada nos anos 1990 tende a mudar, pois as relações Sul-Sul – terceiro nível de estratificação – estão se intensificando em um ritmo maior que o ritmo da globalização Norte-Sul (segundo nível). Assim, no século XXI, os emergentes têm sido fundamentais para integrar as economias menos globalizadas da América do Sul, da África e da Ásia. Por isso, aqueles países figuram atualmente como globalizadores (MAGALHÃES, 2011, p. 91).

Pautasso (2011) analisa o fortalecimento dos países emergentes ainda num contexto de pleno desenvolvimento do neoconservadorismo norte-americano durante o governo Reagan e

a expansão da globalização neoliberal, onde os projetos de expansão geopolítica eram guiados através da “imposição de seus interesses econômicos a partir das políticas definidas pelo Consenso de Washington e viabilizadas pelas instituições multilaterais (FMI, BIRD e OMC) e pelo poder do dólar” (PAUTASSO, 2011, p. 50). Segundo o autor, a expansão desse grande aparato de normas⁶ que passaram, em certa medida, a regular novos espaços da globalização ou a direcioná-los aos interesses norte-americanos, têm começado a sucumbir, de um lado, diante de suas próprias contradições e crises e, de outro, diante do rápido crescimento de países do Sul global, em especial a China, Índia e Brasil.

O que ocorre atualmente é que a alteração no balanço de poder tem redimensionado as rivalidades entre os Estados na disputa pela imposição de seu poder financeiro (moeda, crédito, etc.), produtivo (comércio, domínio tecnológico, etc.), político-militar (instituições, capacidade destrutiva, etc.) e cultural (informação, ideais, etc.) (PAUTASSO, 2011, p. 51).

Para Guimarães (2000), os mecanismos de dominação estabelecidos no âmbito internacional devem ser analisados sob a perspectiva das ‘estruturas hegemônicas de poder’. O autor entende que, no cerne das dinâmicas econômicas e de poder que envolvem diversos sistemas de objetos globais, estão os Estados nacionais.

O conceito de “estruturas hegemônicas” é mais flexível e inclui vínculos de interesse e de direito, organizações internacionais, múltiplos atores públicos e privados, a possibilidade de incorporação de novos participantes e a elaboração permanente de normas de conduta; mas, no âmago dessas estruturas estão sempre os Estados Nacionais (GUIMARÃES, 2000, p. 28).

Entende-se aqui, portanto, que apesar das empresas multinacionais e suas complexas operacionalidades serem o corpo da DIT desde o século XX, é nos Estados Nacionais que encontramos o cérebro responsável pela projeção de determinadas formas de governança global.

[...] o expansionismo do poder dos EUA fez com que os países periféricos buscassem construir e/ou reforçar suas capacidades estatais. Por um lado, ocorreu a retomada dos projetos nacionais de desenvolvimento como resposta às crises sociais e políticas que emergiram no contexto das reformas neoliberais. Estas reformas tiveram o efeito de rapidamente rearticular os movimentos sociais, trazendo de volta à cena política forças de centro-esquerda que se voltam para a recuperação do papel do Estado como promotor do desenvolvimento com inclusão social, como atestam as experiências de governos na América Latina e África. Por outro, as ameaças à soberania impulsionaram novos mecanismos de integração e consulta multilaterais

⁶ Segundo Pautasso (2011) essas normas estão relacionadas com a difusão da crença em mercados supranacionais desregulados e no predomínio de instituições internacionais e, para Dardot e Laval (2016) elas são responsáveis pela mundialização de uma nova razão de mundo.

no âmbito Sul-Sul, bem como a recuperação do poder militar defensivo (PAUTASSO, 2011, p. 52).

Desta forma, os países emergentes devem ser entendidos como catalisadores das transformações no âmbito internacional, promovendo rupturas nas estruturas de poder centradas nos EUA, Japão e União Europeia. Pautasso (2011) entende que o conceito de emergente está relacionado com as capacidades materiais de seus países, que têm observado um aumento nos seus recursos e instrumentos de poder (comercial, financeiro, diplomático, militar) construindo legitimidade e influência com maior vigor no mercado internacional. O autor adverte que os países emergentes não devem ser definidos tão somente através de dados estatísticos, mas sim de acordo com os recursos, ferramentas e mecanismos “de poder e inserção regional-global” (PAUTASSO, 2011, p. 53).

Lopes e Pautasso (2016, p. 4) reforçam a ideia de que a

[...] perda de credibilidade da agenda neoliberal após a crise euroamericana consiste em outro aspecto que contribui para a articulação de novos arranjos e acordos de caráter regional e multilateral, como o BRICS. As “potências emergentes” e o mundo em desenvolvimento, portanto, atuam de acordo com as brechas e os vácuos de poder proporcionados pelo reordenamento de poder mundial.

Entende-se, desta forma, que as interações no eixo Sul-Sul têm se fortalecido desde a virada do século, especialmente na figura de determinados países emergentes, que desenvolvem estratégias voltadas ao fortalecimento das instituições multilaterais e buscam alterar o balanço de poder ao seu favor, construindo alternativas à concentração hegemônica de poder no mundo através da exploração de suas vulnerabilidades e trabalhando na construção de um novo bloco de poder.

As relações Sul-Sul se configuram como uma estratégia dos países emergentes tanto para estabilizar quanto para reformar o sistema internacional. Esta estratégia de fortalecimento do eixo Sul-Sul não se limita apenas a uma mudança de orientação diplomática de China, Índia, Brasil e África do Sul. Para além disso, é parte de uma realidade que reflete um aumento lento e gradual do peso demográfico, político e econômico dos países periféricos em âmbito mundial. E, mais do que buscar novas oportunidades econômicas, trata, sim, de lançar as bases para um mundo que experimenta notável reequilíbrio, tornando-se mais complexo e multipolar (PAUTASSO, 2011, p. 54).

Os países emergentes têm ganhado destaque no âmbito econômico pela participação nas recentes dinâmicas da DIT (produção mundial, comércio exterior, reservas financeiras, relações diplomáticas, entre outros) visto a progressiva ampliação de suas capacidades

internas (asseguradas suas diversas contradições e limitações) que elevaram a participação da sua produção no PIB mundial de 30,7% em 1990, para 48,6% em 2011 (Pautasso, 2011).⁷

Isso reflete o fato de que os países emergentes têm liderado o crescimento da economia mundial e afetado profundamente a dinâmica do comércio internacional e dos investimentos, apesar da diferença de modelos de desenvolvimento e de desempenho, cujo destaque evidente tem sido a China (PAUTASSO, 2011, p. 55)

O que chama atenção no atual cenário geopolítico internacional, não é apenas a intensa relevância das economias emergentes, mas o fato delas interagirem com mais contundência entre si, numa cooperação Sul-Sul que tem ampliado a interdependência entre essas economias e formado um significativo bloco de influência regional e global. Em duas décadas, de 1990 a 2010, o percentual do comércio da China com países periféricos/emergentes passou de 15% para 32%; o do Brasil de 28% para 51%, da África do Sul de 12% para 45%; e o da Índia de 25% para 57%⁸. Ressalva para o predomínio e liderança da China nesse cenário, que será melhor abordado no item seguinte.

O aumento do comércio entre os países emergentes nas últimas décadas, aponta para a construção de novos fluxos econômicos e de centralização geopolítica em novos eixos. Isso se deve, em grande parte, pelo fato de: os países centrais terem ampliado as políticas de protecionismo econômico, além da queda da dinamicidade de suas economias internas; os países emergentes terem sido favorecidos pela ampla valorização das *commodities*, além do aprofundamento dos processos de integração regional com países na Ásia, América Latina e África.

Portanto, compreende-se que os países emergentes têm se aproveitado de determinadas tendências e construído internamente condições e políticas que têm redirecionado e complexificado estruturas internacionais de produção e constituição de poder. Tal fato é percebido na esfera econômica, com a ampliação desses países em circuitos econômicos globais altamente sofisticados (embora a China seja muito mais preponderante e agressiva que os demais), e na esfera político-diplomática, onde a atuação destes países se difunde com força diante de instituições e organismos internacionais, buscando ampliar seu protagonismo em assuntos de grande relevância (Ex: meio ambiente e sustentabilidade; debate acerca da entrada do Brasil e da Índia no Conselho de Segurança da ONU; liderança e fortalecimento de ações e estratégias no G20 e na OMC, etc.).

⁷ Em 2023, o PIB do BRICS já corresponde a mais de 30% do PIB global, com previsões para que ultrapasse 50% a partir de 2030. Disponível em: <<https://monitormercantil.com.br/pib-dos-brics-ultrapassa-o-dos-paises-do-g7/>>. Acesso em 18/11/2023.

⁸ Pautasso (2011, p. 56).

Além do BRICS, Pautasso (2011, p. 58) destaca a existência de outras iniciativas diplomáticas que vem fortalecendo a relação entre países do eixo Sul, uma gradativa mudança no que concerne à governança global estabelecida pelos Estado Unidos e Europa no século XX, uma vez que

[...] países como Brasil, Índia e China são signatários das principais organizações e convenções internacionais. Por fim, cabe destacar ainda a criação de iniciativas diplomáticas no âmbito Sul-Sul carreadas pelos países emergentes, notadamente o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África (IBAS), a Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), a Cúpula América do Sul-África (ASA), o Fórum Índia-África (FIA) e o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC).

É na organização do BRICS, contudo que Stuenkel (2017) verifica um “descontentamento emergente”. Segundo o autor, a emergência de novas crises financeiras, produtivas e diplomáticas podem reduzir a legitimidade da ordem internacional a ponto de fortalecer ainda mais a cooperação entre potências ascendentes. Além disso, o autor defende a ideia de que o estabelecimento de estruturas institucionalizadas, como o Arranjo Contingente de Reservas do BRICS e o Banco de Desenvolvimento do BRICS, são sinais de que a cooperação entre o bloco continua sólida mesmo após a ausência das condições propícias iniciais.

[...] até mesmo em períodos breves de legitimidade reduzida na governança global podem rapidamente levar à ascensão de instituições alternativas. No caso da crise que começou em 2008, por exemplo, a plataforma do BRICS agora é um elemento importante da governança global (STUENKEL, 2017, p. 25).

Entretanto, há de se destacar algumas considerações relevantes. O fortalecimento dos países emergentes num crescente bloco de poder não invalida o entendimento de que os mesmos ainda enfrentam graves problemas internos. A construção de novas realidades, como a configuração de uma divisão internacional do trabalho com os países emergentes como protagonistas, se apresenta de forma mais consolidada na forma de estruturas de poder (MAGALHÃES, 2011), mas que tem nos seus principais sujeitos um conjunto muito variado de dependências e vulnerabilidades.

Como sujeito em ação singular, alguns países emergentes ainda enfrentam graves problemas estruturais: defasagem de suas indústrias e na respectiva reprimarização de suas estruturas produtivas frente a valorização das commodities; na vulnerabilidade e na pulverização das suas fronteiras frente décadas de interesses imperialistas e ações de empresas multinacionais, muitas atuando em conjunto com governos neoliberais; dependência

econômica frente o dólar⁹ e instituições como o FMI e o Banco Mundial; o caráter das relações comerciais exteriores, onde predominam exportações de bens de baixo valor agregado e importações de produtos sofisticados, de alto valor agregado; graves problemas políticos, econômicos e sociais internos que inviabilizam uma ação externa mais contundente enquanto sujeitos de influência internacional; dentre outras contradições específicas de cada país.

As realidades de China e Brasil serão melhor trabalhadas nos próximos capítulos, explorando processos internos de cada país e dando ênfase na crescente presença chinesa no mercado internacional, como ator construtor de novas realidades no espaço global.

2.3 A CRESCENTE PRESENÇA DA CHINA NO MERCADO INTERNACIONAL

Tem sido frequentemente reiterada a noção comum de que estamos passando por amplas mudanças e transições nas relações internacionais, com a ordem mundial cada vez mais modulada por novos atores. A formação de um novo bloco de poder, liderado pelos países emergentes e suas coesões e simultaneidades mais singulares, têm apontado para o surgimento de novas realidades e disputas. Os anseios imersos nas estratégias recentes da política internacional norte-americana¹⁰, são um marco fundamental do reconhecimento da China como grande núcleo de poder do século XXI.

O presente item, portanto, pretende analisar e discutir a operacionalidade internacional da China, a partir da consolidação de uma política interna que se propõe antagônica e disruptiva da normatividade geral contemporânea centrada nos EUA e na Europa, permitindo compreender seus impactos na divisão territorial do trabalho e a predominância do país na nova nucleação de poder global.

Para tanto, pretende-se canalizar as discussões em duas temáticas centrais: primeiro, caracterizar o crescimento econômico chinês e sua política comercial exterior, com vistas à iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative) e a dinamização das dinâmicas territoriais de produção e circulação; segundo, analisar e apresentar considerações sobre a aproximação entre China e América Latina, esta como uma “extensão natural” das iniciativas chinesas

⁹ Apesar do rápido crescimento do Renminbi/Yuan, moeda chinesa que nos últimos anos têm apresentado excelente desempenho, com o aumento na participação das reservas internacionais e a maior circulação no mercado comercial internacional. Soma-se ainda, o crescente uso da moeda chinesa pela Rússia, que em meio ao conflito na Ucrânia, tem buscado alternativas ao dólar.

¹⁰ Por exemplo: o aumento de embargos econômicos contra a China, aumentando a austeridade e o protecionismo econômico; interferência nas relações de diversos países com a China; participação direta nos conflitos globais de grande escala em regiões de interesse geopolítico estratégico, entre outros.

(Pires, 2019), a fim de explorar as potencialidades e/ou vulnerabilidades presentes na relação. Parte-se de um pressuposto fundamental para a discussão, que concerne em uma relativização e reinterpretação de conceitos ocidentais, insuficientes ou demasiadamente generalizados, quando da análise da economia chinesa.

Autores como Jabbour (2019; 2021), Barbosa (2021), Gomes (2020), Lopes e Pautasso (2016), Pomar (2021), entre outros, destacam o fato de a economia chinesa possuir grande pujança há muitos séculos, organizando sua economia local, baseada na produtividade agrícola, de forma muito bem articulada muito antes do expansionismo comercial na Europa. Para Barbosa (2021), contudo, o capitalismo como regime de acumulação nunca se desenvolveu na China ao longo dos séculos, visto suas singularidades econômica, espacial, política e social.

[...] em virtude do espaço superabundante, torna-se necessário um volume de acumulação de capital extremamente elevado - apenas obtido via conexões externas poderosas - para transformar uma dinâmica essencialmente incremental. Faltaria, enfim, “a realidade mercantil de alta tensão”, típica do comércio de longa distância, que tende a se isolar diante dos territórios imensos do continente (BARBOSA, 2021, p. 19).

Apointa-se também, para a diferença chinesa em relação à Europa, não na ausência de liberdade comercial, mas na incapacidade política das classes de mercados em subordinar o estado aos seus interesses. Segundo Arrighi (2007 *apud* BARBOSA, 2021) na China se desenvolveu uma economia de mercado não capitalista a partir do século XIII, seguindo o caminho de uma maturidade econômica no emprego do capital “da agricultura para a indústria e o comércio externo” (BARBOSA, 2021, p. 21).

Muito se deve às formas de relacionamento da China com os demais países, descaracterizada dos tradicionais formatos expansionistas típicos do colonialismo europeu e centradas, especialmente, no desenvolvimento e organização de sua estrutura socioespacial interna. Ao longo do último milênio, longe de simplificar a complexidade do país, entende-se que as políticas do Estado Chinês estavam centradas em outras prioridades.

[...] em termos geopolíticos, o foco era a manutenção da unidade interna e das relações amistosas com seus vizinhos, tendo então emergido um sistema pautado na ausência de competição externa, articulado por meio do comércio tributário em torno da China (BARBOSA, 2021, p. 22).

Segundo Jacques,¹¹ é necessário contestar a suposta identidade entre ocidentalização e modernização econômica. Segundo o autor, o desenvolvimento econômico e a modernização produtiva não são especificamente ocidentais, havendo “modernidades em disputa”.

Daí a necessidade de buscar o porquê da divergência de padrões de desenvolvimento a partir do século XVIII entre China e a Europa, resposta que inclui uma interação assaz complexa entre geografia, história e estrutura de classe, com lugar - e por que não? - para as instituições, se vistas sob um prisma não apriorístico. Essa releitura exige também uma reconsideração de conceitos, como economia de mercado, padrão de desenvolvimento e capitalismo, de modo a libertá-los do uso pouco criterioso ao qual estão sujeitos (BARBOSA, 2021, p. 25).

O autor conclui que a abertura do mercado chinês viria somente com as Guerras do Ópio e uma conseqüente desestruturação do espaço econômico do país posteriormente ocupado pelo imperialismo britânico e japonês, ficando sua estrutura produtiva na “protoindustrialização”.¹²

Não se pretende realizar uma análise discursiva completa das condições políticas ocorridas na China e que levaram o país ao status de potência global, nem mesmo a abordagem de seus mais diversos e complexos processos internos que vão desde a Revolução em 1949 às reformas econômicas de 1978. Contudo, entende-se relevante e indispensável como unidade de análise a dissertação de determinadas variáveis internas a fim de contextualizar o crescimento do país e seu protagonista da formação de novos blocos de poder e de novas dinâmicas de divisão do trabalho. É necessário, também, realizar uma breve análise da estrutura produtiva e política do país em torno do Estado, evidenciando suas diretrizes primeiras a fim de diferenciá-las do imperialismo norte-americano e europeu. Os estudos de Jabbour (2019; 2021) são indispensáveis, pois permitem a construção de arco teórico apegado às realidades materiais do país historicamente e espacialmente determinadas e que demonstram as assimetrias frente ao modo capitalista de acumulação típico de nossa época.

A partir da Revolução de 49 se organizou em território chinês um amplo conjunto de políticas econômicas, sociais e culturais, engendradas pelo Estado e que buscavam construir novas dinâmicas internas em um país ainda devastado pelas décadas de ocupação imperialista. O país, coordenado pelo comitê central do Partido Comunista Chinês (PCCs), passou por um amplo conjunto de reformas que buscavam reunificar seu território e reorganizar sua produção

¹¹ *Apud* Barbosa, 2021, p. 24 - 25.

¹² “Diversificação produtiva, sem expansão comercial e acumulação de capital, selando um padrão de desenvolvimento até então ancorado numa economia de mercado expansiva e introvertida.” (BARBOSA, 2021, p. 26)

interna, superando a protoindustrialização. Apesar de se observarem leis de mercado e de valor na estrutura econômica que se configurava, um novo modo de produção passou a ser estruturado a partir da interação de relações sociais e de produção e troca inseridas no surgimento de diferentes formações econômico-sociais (Jabbour; Gabriele, 2021).¹³

Jabbour e Gabriele realizam um amplo debate acerca de diversos conceitos chave para melhor compreender a realidade chinesa, propondo uma “interpretação do conceito de modo de produção que enfatiza a interação dialética e hierárquica das relações de produção e troca típicas de diferentes modos de produção em diferentes dimensões da realidade econômico-social”.¹⁴ A categoria de modo de produção também é tratada pelos autores como um sistema “entendido como um conjunto de regras e leis internamente consistentes de autopreservação e movimento”,¹⁵ podendo implicar na “formação e evolução concreta de formações econômico-sociais historicamente existentes”.¹⁶

O propósito das discussões aqui estabelecidas, está na tentativa de questionar e repensar as interpretações ortodoxas em virtude dos conceitos e categorias de análise para realidade chinesa, normalmente enquadradas no marco teórico entre ser e não ser capitalista, onde a ideia de aceitar e se integrar ao capitalismo ganha força à medida em que o país moderniza e desenvolve suas forças produtivas e se lança ao mercado internacional.

Para tanto, quando da análise das formações econômico-sociais de orientação socialista (Fesos), em especial à China, os autores entendem que

Várias economias nacionais são caracterizadas, em grande parte, por sistemas socioeconômicos mistos, específicos de cada país. Nesses países, os modos de produção capitalista e socialista coexistem, seguindo uma estratégia desenvolvimentista de orientação socialista na qual o Estado exerce alto grau de controle direto e indireto sobre a economia nacional (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 30).

Os autores complementam, afirmando a ideia da ocorrência de uma

[...] coexistência multilateral de diferentes modos de produção em um contexto global no qual determinado modo de produção tende a permanecer dominante por

¹³ Nas palavras dos autores (2021, p. 26 - 27), “o conceito de formação econômico-social deve ser entendido diretamente com referência a um sistema econômico-social dotado de certo grau de consistência e estabilidade interna que, historicamente, prevalece em um Estado nacional específico, ou seja, em um país. Se forem dotadas de um grau suficiente de estabilidade e resiliência, as economias de orientação socialista podem ser consideradas formações econômico-sociais de orientação socialista”. A convergência de diferentes modos de produção inseridas em diferentes formações econômico-sociais é amplamente trabalhada na Parte I da obra de Jabbour e Gabriele (2021).

¹⁴ JABBOUR; GABRIELE, 2021, p.73.

¹⁵ *Idem*, p. 72

¹⁶ *Idem*, p. 73

um longo período. Um sistema econômico internacional multiforme e em evolução é dotado de graus de liberdade suficientes para permitir que diferentes estruturas socioeconômicas se desenvolvam em diferentes pontos do espaço e do tempo (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 30-31).

Desta forma, o processo de abstração para análise da realidade chinesa, em meio às condições milenares típicas e específicas de um espaço singular no planeta, demanda a construção de uma visão/compreensão disruptiva, uma reinterpretação parcial de determinadas variáveis e conceitos. A isso, novamente agregam as análises de Jabbour e Gabriele (2021), quando discutem a noção de prevalência absoluta ou relativa de um ou mais modos de produção numa dada formação espacial, neste caso, a China. Para os autores, em determinadas FESs ocorre a supremacia de um único modo de produção e a difusão de suas relações sociais de produção são onipresentes, criando uma totalidade de vida com absoluta supremacia, como é o caso dos Estados Unidos e de sua formação econômico-social capitalista, quase inquestionável e que limita o surgimento de novos modos de produção.

Para o caso chinês, contudo, os autores entendem que ocorre a coexistência de diversos modos de produção, onde o capitalista ainda prevalece enquanto conjunto de relações sociais e econômicas, mas não exerce dominância.

[...] em muitos outros casos, a primazia de um modo de produção é relativa, pois ele coexiste com outros. Logo, o próprio termo *primazia* se torna, em certa medida, relativo, e pode ser usado de vários modos, portanto, os termos mais importantes são *dominância* e *prevalência*. Como a dominância é por si só hierárquica e se desdobra por meio de procedimentos hierárquicos, o *status* dominante não exige necessariamente que a maioria da população esteja diretamente envolvida em atividades de produção e troca típicas de um determinado conjunto de relações sociais de produção e troca. Referimo-nos ao conjunto de relações sociais de produção e troca que possuem influência direta sobre os meios de subsistência da maioria da população como modo de produção *prevalente* (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 75).

Entende-se aqui, que a construção de uma determinada realidade socioespacial, demanda da integração de variado conjunto de condicionantes determinadas no espaço e no tempo histórico. A isso, cabe ressaltar que na China, não obstante de outras realidades pelo globo, as transformações acima citadas findam não apenas na estruturação de uma nova formação econômica-social, como numa nova formação econômica-espacial. O espaço e suas regionalizações, dadas suas limitações e potencialidades, foi tema central na reestruturação produtiva da China pós-revolução de 49, analisando suas demandas primeiras a fim de atendê-las no território disposto. A unificação territorial, a formação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), e um complexo dimensionamento dos seus recursos internos (buscando

identificar os déficits e as capacidades atendidas) são fatores determinantes para a compreensão das atuais formas de governança e atividade comercial externa do país. O espaço é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro no qual a história se dá” (SANTOS, 2020, p. 63).

Lopes e Pautasso (2016, p. 5) ressaltam que, portanto, a crescente projeção internacional da China é guiada pelo resultado dos “imperativos de desenvolvimento decorrentes da esfera doméstica”. Ou seja, para além do recente enfraquecimento estadunidense e suas dificuldades em lidar com as transformações de um sistema internacional em transição¹⁷, a China têm reunido condições internas para sua projeção regional e global, pautada numa atuação internacional em torno da retórica de “ascensão pacífica” (*Idem*, p. 5).

Os argumentos expostos acima possuem a seguinte função: esboçar, brevemente, considerações que demonstrem que a China tem operacionalizado em seu território uma nova forma de organização econômica e social, na qual o Estado se coloca na centralidade das relações, e que externaliza uma complementaridade entre a política macroeconômica e a política industrial, que culmina numa atuação comercial externa de caráter oposto/contrário ao das econômicas do capitalismo central/ocidental. Disso, a discussão a seguir pretende analisar algumas dinâmicas contemporâneas da geopolítica chinesa, como a iniciativa One Belt One Road e demais estratégias de escoamento de capital, além de discorrer sobre o papel de protagonismo do país na formação de novos polos/blocos de poder, nos quais o Brasil se insere.

2.3.1 A operacionalidade internacional chinesa e suas principais estratégias e iniciativas

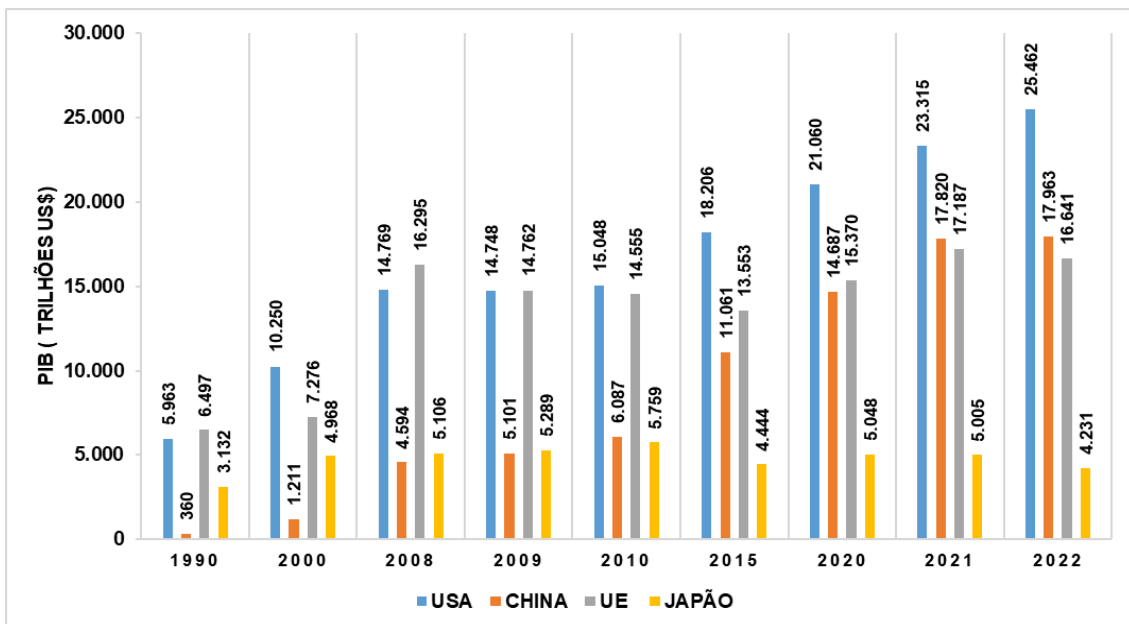
A República Popular da China (RPC) construiu, desde a Revolução de 1949 e suas políticas subsequentes, as condições necessárias à construção de uma política econômica no seu território que desse conta das demandas básicas da população e que fosse capaz de desenvolver suas forças produtivas e inseri-las nas cadeias globais de valor. Entende-se que a abertura econômica em 1978 e as modernizações da era Deng Xiaoping não representam o início do capitalismo na China, mas o entendimento do PCCs de que o país carecia de desenvolvimento tecnológico e aumento de produtividade, sendo necessária a captação de

¹⁷ Segundo Visentini (1998 *apud* LOPES E PAUTASSO, 2016, p. 4) essas mudanças se devem a intensificação da competição capitalista, as mudanças estruturais da economia mundial e a diluição de poder em nível global.

capital financeiro e tecnológico dos países desenvolvidos, especialmente do Estados Unidos. O país ainda era carente em vários setores e observava o Japão e os Tigres Asiáticos apresentarem resultados extraordinários quanto ao desenvolvimento de suas economias internas. Para entendermos, desta forma, a força com que a China tem penetrado na economia global contemporânea, é fundamental entendermos que esse processo de construção do socialismo no modelo chinês, ainda embrionário, só pode ser realizado a partir das reformas e políticas de Estado adotadas desde 1949 e que hoje são perpetradas por novas e mais complexas dinâmicas.

Parte do desenvolvimento chinês pode ser demonstrado pelo contundente crescimento de sua economia interna, que já se coloca em posição de disputa com os Estados Unidos na esteira do comércio internacional. De acordo com dados do Banco Mundial¹⁸, a China teve um PIB bruto de mais de 18 trilhões em 2022 e mais de 30 trilhões em PPC (poder de paridade de compra), ultrapassando países e núcleos de poder tradicionais do capitalismo, conforme apontam os Gráficos 1 e 2.

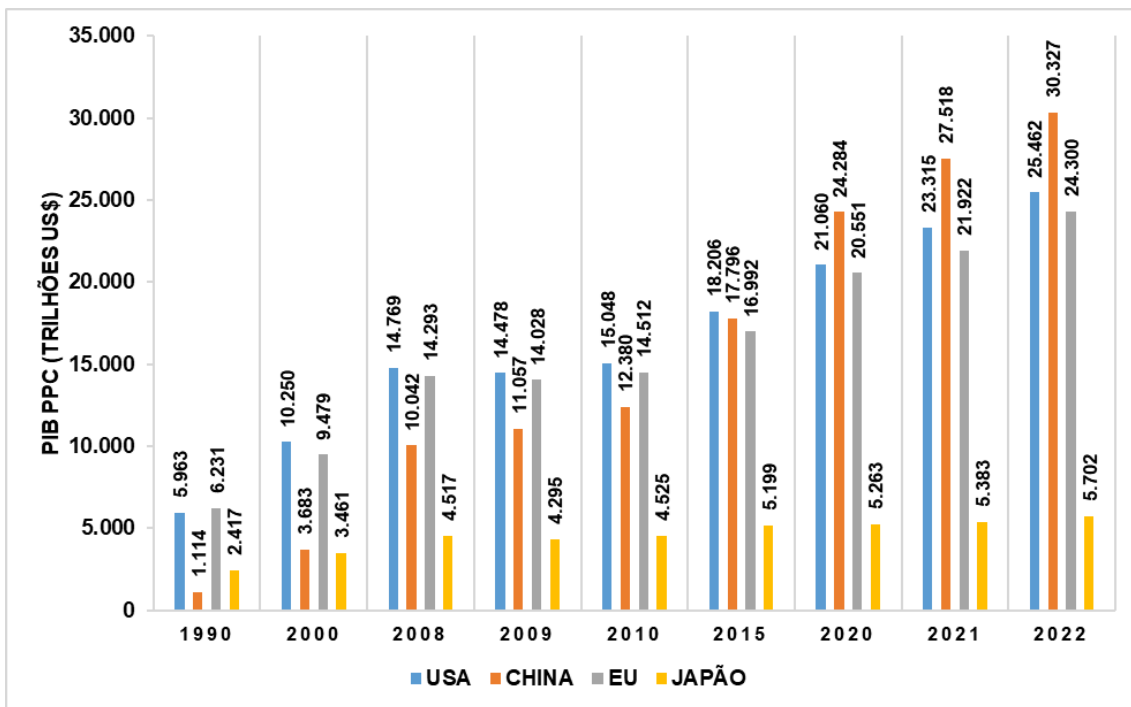
Gráfico 1 - Evolução do PIB (US\$ corrente) de China, Estados Unidos, União Europeia e Japão, 1990 - 2022.



Fonte: adaptado de Banco Mundial (2023).

¹⁸ Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&country=CHN>. Acesso em 12/08/2023.

Gráfico 2 - Evolução do PIB em Poder de Paridade de Compra - PPP (US\$ corrente) de China, Estados Unidos, União Europeia e Japão, 1990 - 2022

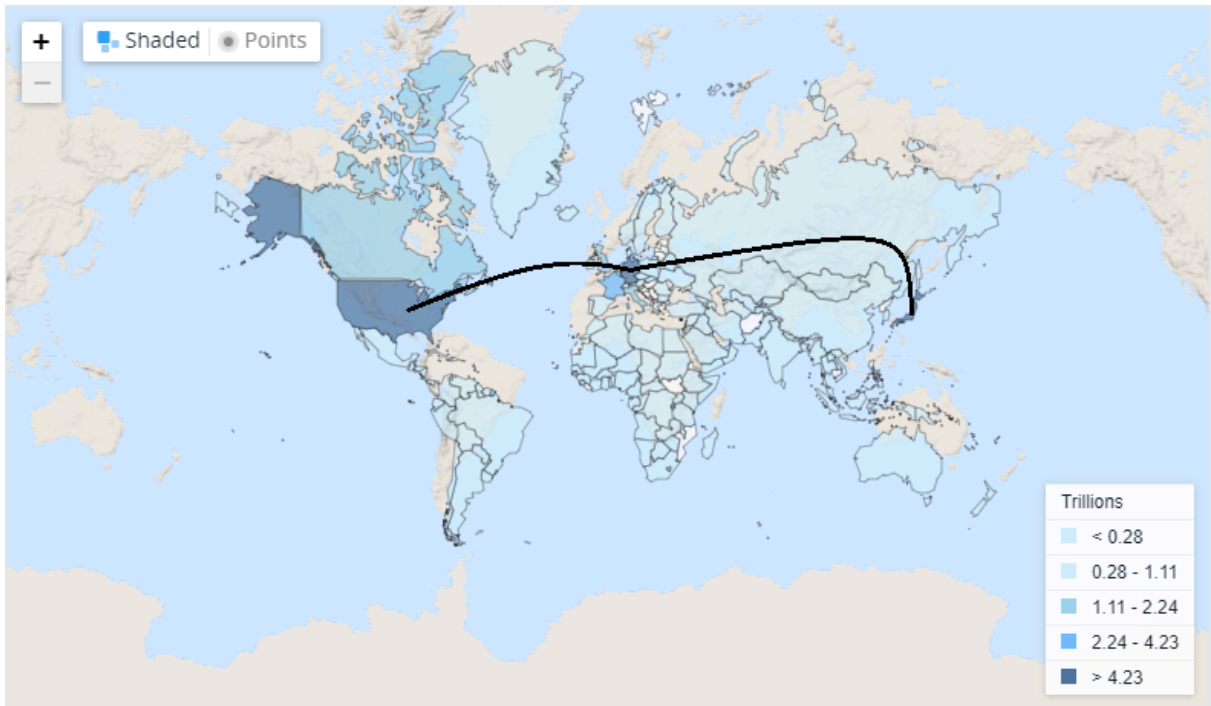


Fonte: adaptado de Banco Mundial (2023).

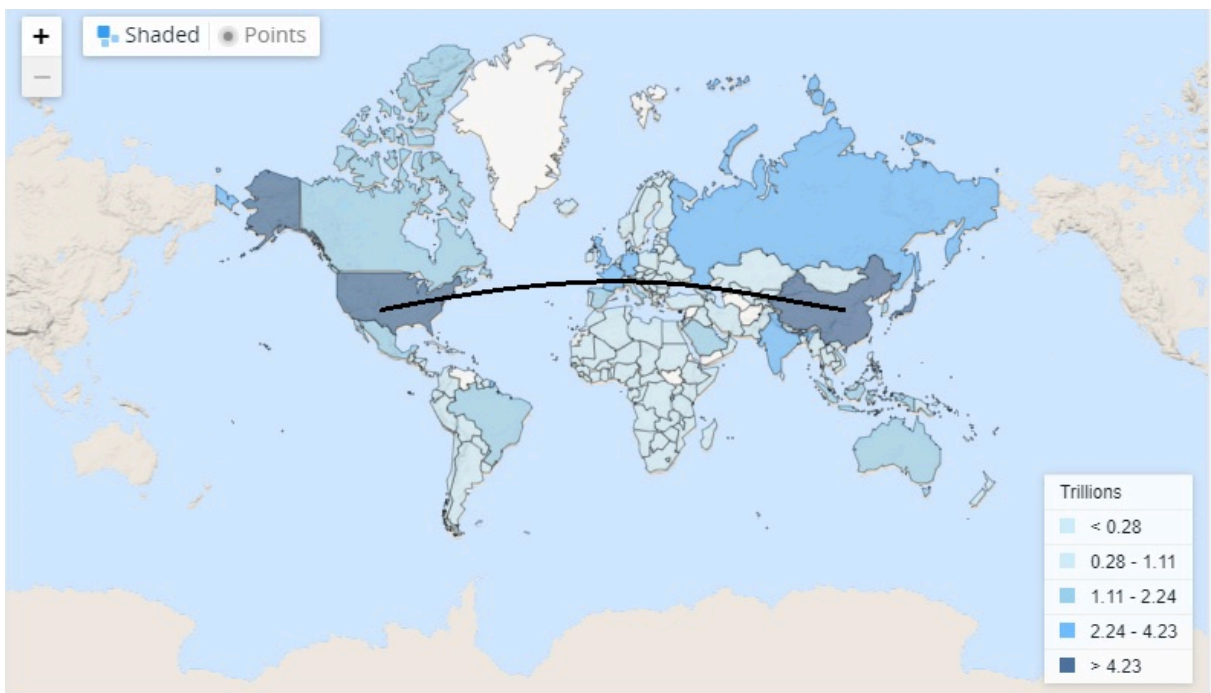
Percebe-se que o crescimento chinês se dá proporcionalmente à queda e/ou estagnação da Europa e do Japão, além de crescer em taxas mais elevadas que os EUA. A Crise de 2008 teve reflexos efusivos nestes 3 eixos tradicionais de poder, que viram parte de sua capacidade produtiva e financeira ser deteriorada, ao passo que a China se apresentava ao mundo como parceiro econômico e diplomático viável e disposto a suprir as lacunas que estavam emergindo.

Os mapas abaixo tratam da evolução do PIB global entre 1990 e 2022, enfatizando a alteração dos eixos de protagonismo econômico, numa evidente expansão dos países emergentes, em especial a China. É fato que a geopolítica global se dá em termos mais complexos do que a mera análise do PIB, mas esse indicador é representativo ao demonstrar a variação e dar magnitude a concentração de poder e influência exercidos ao longo das últimas décadas por determinados países, que têm reconfigurado a diplomacia global, em meio as intensas disputas territoriais e por recursos.

Mapa 1 - PIB global em Trilhões (US\$) - 1990 - demonstra a concentração de riquezas no eixo EUA, Europa e Japão.

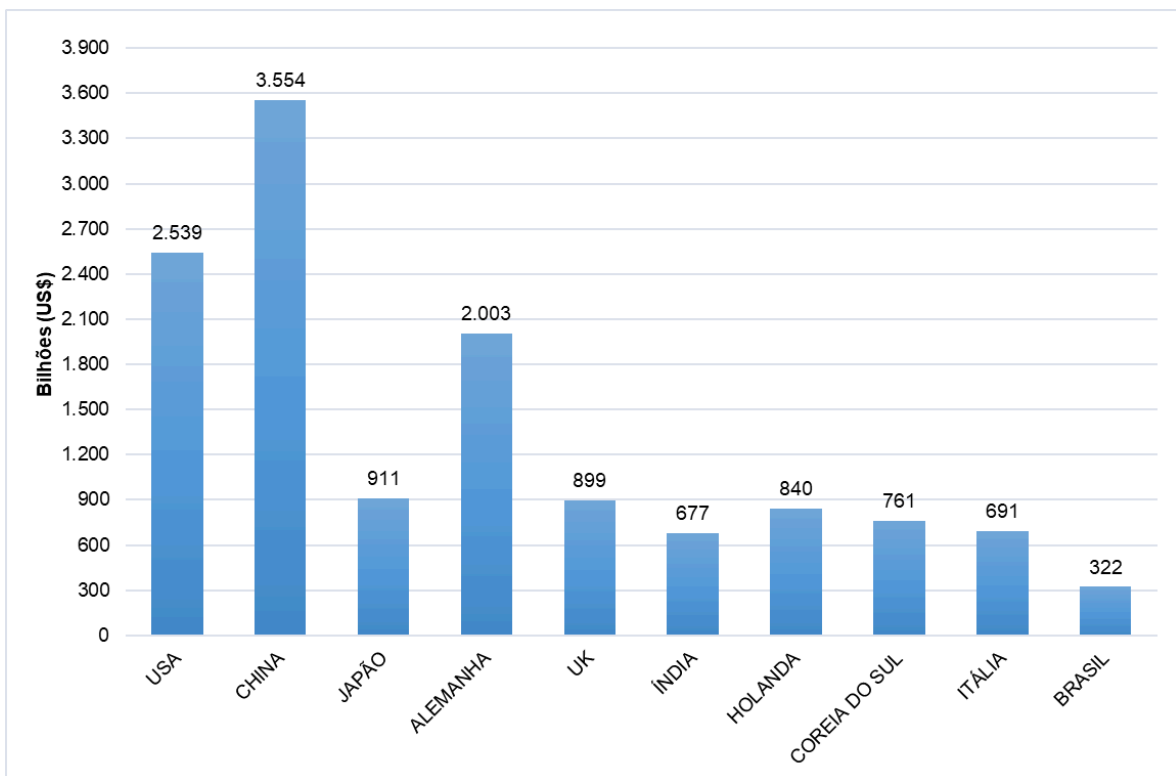


Mapa 2 - PIB global em Trilhões (US\$) - 2022 - demonstra a alteração da concentração de riquezas, agora polarizada entre EUA e China.



O desenvolvimentismo chinês e sua gradativa presença no comércio global também fazem parte da estratégia interna do país, que busca ampliar laços diplomáticos e suprir as demandas internas, numa relação distinta à das tradicionais potências ocidentais (PIRES; PAULINO, 2017). Tal estratégia tem se pautado na ampliação das exportações de bens e serviços (Gráfico 3), com uma presença cada vez maior de produtos de alta intensidade tecnológica de alto valor agregado, pertencentes a setores estratégicos da economia.

Gráfico 3 - Exportações de bens e serviços (US\$) - 2021.



Fonte: adaptado de Banco Mundial, 2023.

Na esteira do comércio internacional, a adaptação e incorporação dos territórios às demandas globais, cada vez mais tem alterado a dinâmica econômica regional. Portanto, ao se tratar da China, os olhares têm se voltado para a grande iniciativa *One Belt, One Road* (OBOR) ou Um Cinturão, uma Rota, como o principal projeto chinês em escala internacional, que correlaciona um amplo conjunto de estratégias de cooperação entre países de diferentes continentes. Bruno e Ribeiro definem a iniciativa da seguinte forma:

Trata-se de uma reestruturação geoeconômica transcontinental que causará significativos impactos no comércio e nos investimentos internacionais, revivendo no Século 21 as rotas comerciais milenares que conectavam o Ocidente e o Oriente (BRUNO; RIBEIRO, 2017, p. 194).

Os autores destacam que a diplomacia chinesa tem atuado na construção de fóruns internacionais que buscam selar acordos de cooperação e desenvolvimento econômico entre países e instituições de todo o mundo.

Esses acordos efetivam o projeto em duas frentes, a primeira com projeções para que nos próximos anos ocorra a estruturação denominada Cinturão Econômico da Rota da Seda. Emoldurando, também, em outra frente, a Rota da Seda Marítima do Século 21, resultante das últimas rodadas de negociações da Associação de Nações do Sudeste Asiático. Os dois projetos, em linhas gerais, assumem que a iniciativa busca integrar a Europa, a Ásia e a África por meio de cinco diferentes rotas e envolvem mais de sessenta por cento da população mundial. [...] A meta da iniciativa é promover uma extensa rede de infraestrutura, comércio e cooperação econômica ao longo dos mais de sessenta países que compõem o extenso trajeto que engloba os três continentes (BRUNO; RIBEIRO, 2017, p. 194).

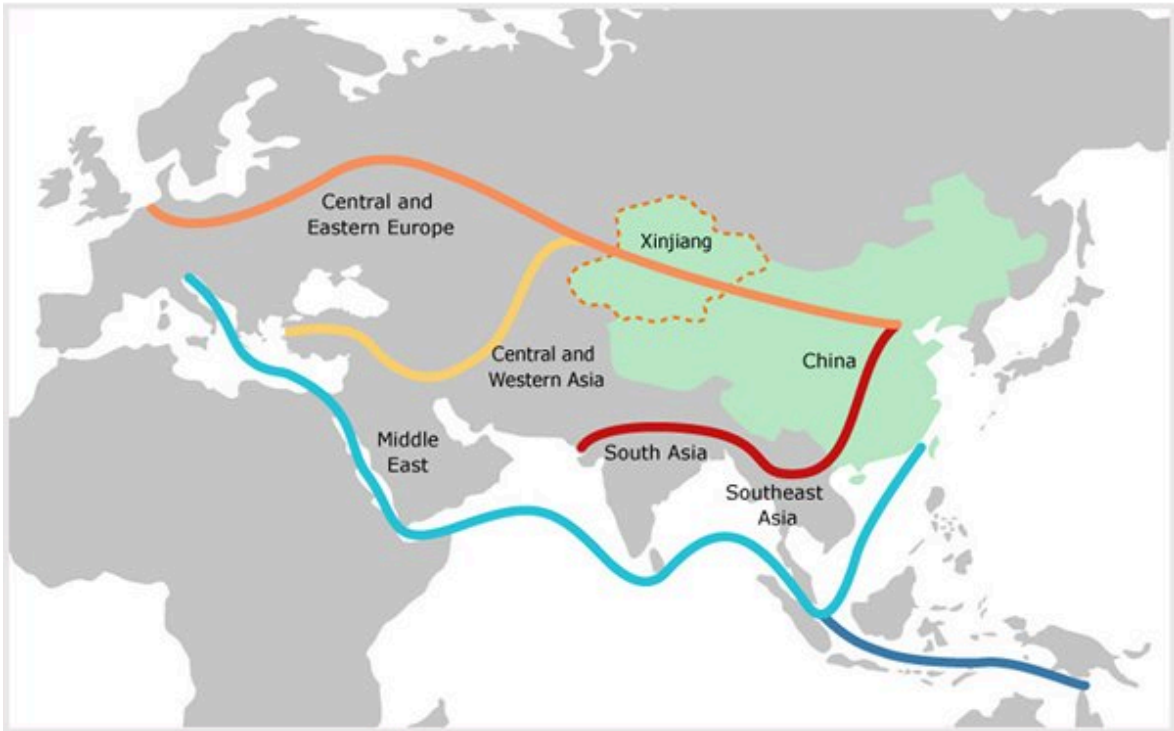
Os estudos de Gomes *et al* (2021, p. 29) reforçam a tentativa de aproximação da China com os países vizinhos, afirmando que

A partir da segunda metade da década de 1990, a China solucionou questões fronteiriças com países da Ásia Central e buscou cooperar com seus vizinhos asiáticos, passando a negociar multilateralmente em organizações regionais, principalmente no âmbito da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Torna-se importante, então, uma compreensão que extrapola os aspectos econômicos do projeto, visto que a Iniciativa OBOR assume um papel crucial enquanto uma reconfiguração da estratégia de política externa chinesa com potencial relevante de transformação nos âmbitos doméstico, regional e internacional.

A iniciativa OBOR surge como ponto central das novas dinâmicas econômicas globais, centrada numa visão geopolítica e geoeconômica estratégica de facilitação do escoamento comercial chinês através da construção de novas infraestruturas e, principalmente, da formação de núcleos diplomáticos com importantes países do mundo, em especial a integração da África, Ásia e Europa¹⁹. Portanto, trata-se de um processo amplo de reconfiguração dos territórios que ocorre na esteira da consolidação de uma nova ordem econômica global, a qual passa a ter a China como um dos seus principais protagonistas.

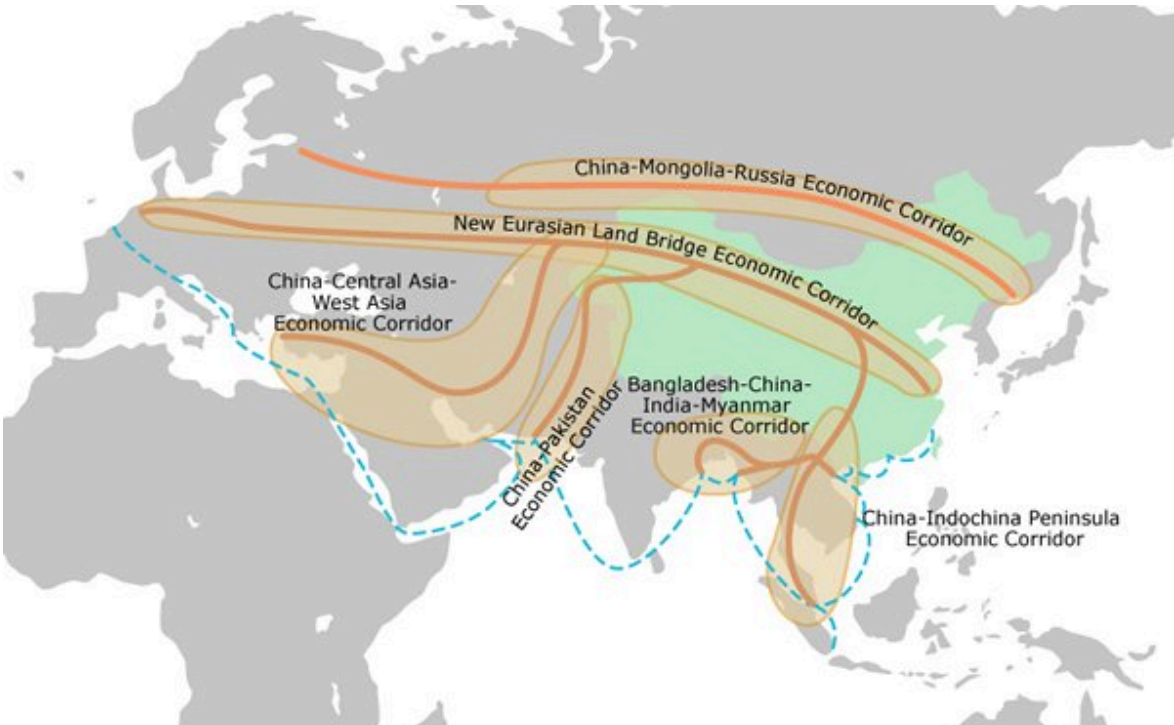
¹⁹ Segundo Lopes e Pautasso (2016, p. 7-8) “As visitas de Xi Jinping a Ásia Central e ao Sudeste Asiático, em setembro e outubro de 2013, sublinharam a pretensão chinesa de construir os dois eixos da Nova Rota da Seda. Em linhas gerais, assume-se que a Iniciativa OBOR busca integrar Ásia, África e Europa através de cinco diferentes rotas. Em relação ao Cinturão Econômico, ressaltam-se três rotas conectando a) China e Europa através da Ásia Central e da Rússia; b) China e Oriente Médio através da Ásia Central; c) China, Sudeste Asiático, Ásia Meridional e Oceano Índico. No que diz respeito à Rota da Seda Marítima, são duas rotas integrando: d) China e Europa através do Mar do Sul da China e Oceano Índico; e) China, Pacífico Sul e o Mar do Sul da China. Considerando estas rotas principais, a Iniciativa OBOR tem como finalidade aproveitar a já existente infraestrutura logística internacional de modo a estabelecer seis corredores econômicos internacionais: a) China-Mongólia-Rússia; b) New Eurasian Land Bridge; c) China-Ásia Central-Ásia Ocidental; d) Bangladesh- China-Índia-Mianmar; e) China-Península Indochina; f) China-Paquistão.”

Mapa 3 - Cinturão Econômico da Rota da Seda e Nova Rota da Seda Marítima.



Fonte: HKTDC Research, 2023.²⁰

Mapa 4 - Corredores Econômicos Internacionais da Nova Rota da Seda.



Fonte: HKTDC Research, 2023.²¹

²⁰ Disponível em: <Xinjiang: A Core Component of Belt and Road> Acesso em 20/07/2023.

²¹ Disponível em: <"One Belt, One Road" Initiative: The Implications for Hong Kong | HKTDC Belt and Road Portal> Acesso em 20/07/2023.

Visto a grande magnitude das rotas, percebe-se que a China tem projetado sua economia em consonância com as demandas dos países integrados às rotas terrestres e marítimas, fomentando o estabelecimento de fluxos e de redes de transporte modernos, uma rede logística de rodovias, portos, aeroportos, gasodutos, oleodutos e linhas de transmissão e comunicação que aprofundem a integração econômica regional, num esquema baseado na cooperação de benefício mútuo entre os países envolvidos (Lopes e Pautasso, 2016).²² Essa estratégia está relacionada tanto com a modernização logística da região para ampliar as capacidades comerciais, consolidando uma diplomacia econômica cada vez mais proativa a partir do escoamento de capital excedente chinês para países subdesenvolvidos do entorno, além de trabalhar no fortalecimento dos desafios e metas domésticas, especialmente em relação a integração produtiva do seu território.²³

Gomes et al (2019, p. 29) destaca que “a iniciativa chinesa possui grande potencial transformativo das relações geopolíticas estabelecidas a nível global, regional e sub-regional.” Essa afirmação se solidifica quando da percepção de que o protagonismo chinês tem se ampliado em larga escala nos últimos anos, num circuito produtivo global no qual o país ganha *status* de protagonista central. Para Jabbour e Dantas (2021) a República Popular da China (RPC) construiu internamente uma imensa base produtiva de alta intensidade tecnológica e incorporada à economia internacional mais sofisticada, como o 5G, Big Data e a inteligência artificial, o que elevou a capacidade de planificação, controle e planejamento do Estado sobre o território e, também, permite a rápida expansão de capital chinês pelo mundo. Os autores denominam esse intenso processo de crescimento econômico do país como sendo uma “Nova Economia do Projeto”, marcada, entre tantas, por um desenvolvimento interno produtivo de mais de 96 grandes conglomerados empresariais estatais.

O alcance externo do surgimento desse novo paradigma, em matéria de gestão e coordenação da produção e de planificação da economia, reflete-se no mundo via “Iniciativa Cinturão e Rota”, acelerando o processo de reestruturação hegemônica do mundo e, conseqüentemente, uma nova divisão internacional do trabalho centrada na China (JABBOUR, DANTAS, 2021, p. 44).

²² Quanto aos principais projetos de integração com os países da região, ver Lopes e Pautasso (2016, p. 9-13).

²³ Segundo Gomes et al (2021, p.30) “Externamente, entende-se que o projeto estabelece uma nova esfera de influência na comunidade internacional baseada em rotas econômicas e diplomáticas, além de representar uma oportunidade de ampliação da presença militar internacional da China. Internamente, o projeto relaciona-se aos desafios e reformas domésticas, como a expansão da infraestrutura nacional para o interior do país e a diminuição das disparidades socioeconômicas entre regiões do leste e oeste chinês.”

Junto ao grande desenvolvimento industrial interno da China, a iniciativa OBOR, ainda em plena expansão, pode ser entendida como uma estratégia mais contemporânea de extroversão de capital (a partir de 2013). Contudo, conforme aponta Cariello (2021, p. 54), desde a virada para o século XXI a China tem adotado estratégias de “going outside”, implementando políticas que incentivassem o investimento externo de empresas com vantagens comparativas, com o objetivo de “explorar recursos naturais com parceiros locais, participar de projetos de engenharia e aumentar a presença da mão de obra chinesa em âmbito internacional”.

Estimulados pelo governo central, os aportes chineses no exterior seguiram em contínuo crescimento. Entre 2003 e 2015, o valor dos investimentos não financeiros aumentou por 13 anos consecutivos, com média de expansão anual de 33,6%. Gradualmente, as motivações para a saída de capital começaram a se diversificar, passando a focar também na procura por novos mercados consumidores – incluindo o aumento das linhas de produção no exterior e a aquisição de marcas competitivas – e a obtenção de novas tecnologias. Da mesma forma, os investimentos também experimentaram maior diversificação em relação à forma de ingresso em outros países, que se deram via projetos greenfield, fusões e aquisições e joint ventures. Esse movimento de extroversão ficou ainda mais evidente e relevante a partir da crise financeira internacional de 2008-2009, momento em que o mundo se via às voltas para evitar uma nova depressão econômica. Com Estados Unidos e Europa mais retraídos, a China se firmava como um dos mais importantes atores do sistema internacional, não apenas por ter ascendido à posição de principal parceira comercial de 150 países, mas também por dar continuidade ao processo de internacionalização de suas empresas. (CARIELLO, 2021, p. 54).

O investimento externo da China acompanhou a estratégia diplomática em duas frentes principais: ampliar as relações bilaterais necessárias ao desenvolvimento do país e suas respectivas demandas domésticas e; evitar a política de isolamento tradicionalmente imposta pelo ocidente, mostrando a viabilidade econômica e social do socialismo chinês.

Na sequência de anos de crescimento acelerado, os investimentos não financeiros chineses no exterior bateram um recorde histórico em 2016, com aportes que somaram US\$ 170,11 bilhões, valor 44,1% superior ao verificado no ano anterior, com projetos ligados a 7.961 empresas localizadas em 164 países e regiões. Pela primeira vez, o fluxo de investimentos da China no exterior superou a entrada de aportes de origem externa no país asiático (MOFCOM, 2017 apud CARIELLO 2021, p. 55).

Após 2016, Pequim passou a adotar políticas mais restritivas aos investimentos externos não financeiros, coibindo que recursos naturais saiam do país.²⁴ Tal medida é um

²⁴Em 2017 o governo chinês criou um marco regulatório a respeito buscando organizar a saída de capital do país, que resultou na criação de 3 grupos de investimento. Segundo CARIELLO (2021, p. 56) “O primeiro deles enquadra as transações encorajadas pelo governo, que incluem negócios estratégicos para o crescimento e desenvolvimento da China, em setores como alta tecnologia, manufaturas de alto valor agregado, pesquisa e desenvolvimento, agricultura, recursos energéticos, comércio, cultura e logística, além de projetos de

retrato da planificação da economia chinesa e a forma que o Estado atua na organização de suas forças produtivas em seu território.

Visando o controle interno de sua economia e o aumento do protagonismo externo, Lopes e Pautasso (2016), destacam o papel dos bancos de desenvolvimento como estratégia central no campo da diplomacia econômica da RPC, adotando uma abordagem mais proativa com os países vizinhos da região, historicamente marcados por atritos e disputas com a China.

O protagonismo da RPC no cenário internacional e regional, portanto, se expressa na liderança tomada pelo país na expansão das operações dos bancos de desenvolvimento nacionais, assim como na formalização de novos bancos de fomento internacionais. [...] Além disso, é ilustrativa a deficiência das instituições internacionais e regionais existentes no atendimento das demandas em infraestrutura no mundo em desenvolvimento (LOPES, PAUTASSO, 2016, p. 7).

A presença chinesa vem sendo observada também, de forma maciça, em regiões tradicionalmente sob intensa tutela dos EUA, como é o caso da América Latina. Barbosa (2011) em seus estudos sobre a China e a América Latina na nova divisão internacional do trabalho, realiza importantes reflexões sobre as projeções internacionais dos países e as relações estabelecidas entre si. O autor destaca que, apesar da China ser um grande parceiro econômico dos países latino-americanos, essa região continental participa de forma ainda marginal nas exportações chinesas, visto que o país abastece nações desenvolvidas, como os EUA, a Europa e o Japão (responsáveis pela compra de cerca de 50% das exportações chinesas). Contudo, o cenário é outro quando analisadas as importações chinesas, nas quais a América do Sul e Central respondem por uma fatia significativa dos produtos agrícolas e minerais consumidos pela China.

O autor discute elementos que vão ao encontro as proposições realizadas nesta pesquisa, ao demonstrar que as relações chinesas com a América Latina, no atual contexto, mantêm a posição deste segundo como fornecedor de produtos primários e como economia dependente.

Ao se associar o perfil de exportações dos países latino-americanos concentrado em commodities e a necessidade de alimentos, matérias-primas agrícolas, minerais e combustíveis por parte da China durante a aceleração do seu crescimento – que superou a taxa de 10% a.a. na primeira década do século XXI, pelo menos até a crise

infraestrutura no âmbito da BRI. O segundo grupo trata dos investimentos com restrições, que são desencorajados pelo governo por não estarem nas prioridades de desenvolvimento nacional e terem riscos elevados, em áreas como entretenimento, clubes esportivos, hotelaria, indústria audiovisual e setor imobiliário. Por fim, há o grupo de transações proibidas, que podem prejudicar os interesses do Estado e colocar em risco a segurança nacional, no qual são incluídas atividades como jogos de apostas e afins.”

de 2008 –, compreende-se a expansão formidável das exportações desta região para a potência asiática (BARBOSA, 2011, p. 277).

Essa articulação é também trabalhada por Pires (2019), que discute as possibilidades da integração da América Latina à Iniciativa OBOR. O autor enfatiza as pretensões chinesas na região, buscando um aumento nas relações comerciais, nos investimentos diretos e na crescente presença de empresas chinesas, fazendo ressalvas significativas ao fato das assimetrias políticas entre países da região e da incapacidade de criação de estratégias nacionais e regionais de desenvolvimento, o que poderia dificultar a inserção latino-americana em posições mais vantajosas. O autor afirma que

[...] os países latino-americanos não possuem estratégias nacionais que possam se conformar às proposições chinesas. Este problema é essencial, pois o pacote de investimentos que poderia estar associado à Iniciativa poderia representar uma mudança qualitativa na estrutura econômica da região se existisse, simultaneamente, estratégias nacionais e regionais de desenvolvimento. A implementação de projetos estruturantes deve estar subordinada à lógica do ganho compartilhado, conjugando simultaneamente os interesses chineses e latino-americanos. Seria decepcionante para os países da região se a extensão da Iniciativa Cinturão e Rota servir apenas para potencializar a estrutura primário-exportadora sem alcançar outros setores que proporcionem maior agregação de valor ou ganhos de produtividade. A simples transplantação de capitais por meio de investimentos diretos para setores tradicionalmente relacionados com as vantagens naturais da América Latina, como a História já provou, não são suficientes para a criação de novas capacidades produtivas e para a superação do atraso tecnológico e social da região, objetivos últimos da cooperação de perfil Sul-Sul (PIRES, 2019, p. 91).

O autor realiza uma série de apontamentos sobre diretrizes, possibilidades e empecilhos desta relação, mas sempre chamando atenção para a necessidade de crescimento mútuo, explorando as condições favoráveis da região em favor do desenvolvimento de seus países.

Caso se concretize a inserção da América Latina e Caribe na Iniciativa Cinturão e Rota, esta não deve ser vista como parceiro menor da cooperação, pois nossa região possui condições naturais e demográficas para potencializar uma nova onda de inovação tecnológica, principalmente aquela que começa a ganhar corpo na China (PIRES, 2019, p. 97).

Barbosa (2011) aponta para uma série de problemas no atual status das relações, mas destaca que a China é um agente internacional com novos comportamentos a respeito de acordos bilaterais e demais parcerias, o que pode potencializar a presença na região nos próximos anos.

Do ponto de vista da região, a substituição dos Estados Unidos e da União Europeia pela China como fornecedora de produtos industriais não parece ser um problema em si. Além do fator preço, a China pode vir a se tornar um parceiro mais palatável nas negociações bilaterais e geopolíticas. Não existe, por exemplo, uma imposição de acordos comerciais (BARBOSA, 2011, p. 284).

O autor também destaca que essa relação é distinta em cada país da região, dadas as suas assimetrias, podendo inclusive levar a uma “loteria das *commodities*” (Barbosa, 2011). O autor apresenta um quadro de classificação das economias regionais, em que importantes características são evidenciadas e se alinham, em certa medida, às análises posteriores da presente pesquisa.

Quadro 1: Tipologia de padrões de relações comerciais da América Latina com a China.

Padrões	Efeitos macroeconômicos	Efeitos produtivos internos	Deslocamento nos mercados externos	Efeitos em termos de investimentos externos
“A” – Exportadores de commodities “chinesas” com reduzido parque industrial – Chile e Peru.	Positivos: superávits comerciais puxados por altos preços das commodities minerais e pela demanda chinesa.	Positivos: efeitos limitados pela baixa agregação de valor nas cadeias produtivas dos produtos exportados para a China.	Indiferentes: Não existe concorrência expressiva entre os produtos exportados por estes países e pela China nos mercados internacionais e o Peru tende a ser mais afetado nas suas exportações têxteis e de vestuário.	Positivos: investimentos de reduzida magnitude localizados nos setores primários e de infraestrutura.
		Negativos: riscos de substituição de produtores nacionais em alguns segmentos industriais ou de redução expressiva da margem de lucro com impactos sobre o mercado de trabalho.		Negativos: perda do potencial de atração de investimentos em alguns nichos de setores industriais pela expansão chinesa.

<p>“B” - Economias industriais sem TLC (economias industriais sem tratado de livre comércio) e exportadores de commodities – Brasil e</p>	<p>Positivos: elevação das receitas externas em virtude dos altos preços das commodities minerais e agrícolas e da demanda chinesa</p>	<p>Positivos: efeitos limitados pela baixa agregação de valor nas cadeias produtivas dos produtos exportados para a China. No caso brasileiro, os investimentos de algumas empresas brasileiras na China podem trazer resultados favoráveis em termos produtivos.</p>		<p>Positivos: aumento dos investimentos das empresas chinesas, ainda concentrados em commodities e infraestrutura, mas podendo avançar para eletroeletrônicos e automotivo.</p>
<p>Argentina</p>	<p>Negativos: risco de deterioração da balança comercial caso os níveis de crescimento econômico se mantenham elevados</p>		<p>Negativos: perda crescente de espaço para as exportações brasileiras de produtos industrializados na América Latina e nos Estados Unidos, desvio do comércio intra-Mercosul em vários setores industriais com prejuízos para Brasil e Argentina</p>	<p>Negativos: investimentos de novos projetos globais que poderiam se direcionar para estes países, mas se concentram na China pela maior competitividade e dinamismo do seu mercado</p>

<p>“C” - Economias exportadoras de produtos industriais e que possuem TLC com os Estados Unidos – México e vários países da América Central.</p>	<p>Indiferentes: não contam com uma oferta de commodities expressiva para a China, a exceção de alguns produtos minerais</p>	<p>Negativos: deslocamento de produtores internos em virtude da crescente importação de produtos chineses especialmente eletroeletrônicos e têxteis/vestuário</p>	<p>Negativos: forte deslocamento das exportações mexicanas no mercado dos Estados Unidos, em virtude da alta semelhança do perfil exportador entre os dois países</p>	<p>Negativos: deslocamento de atividades de empresas multinacionais de suas plantas no México para a China.</p>
			<p>Positivos: algumas empresas logram se tornar fornecedoras industriais de empresas com base na China – comércio intra-industrial ou intra-multinacional</p>	<p>Positivos: maiores investimentos chineses nos ramos têxtil/vestuário têm sido realizados para aceder ao mercado dos Estados Unidos</p>

<p>“D” - Países pequenos e potenciais exportadores de commodities com reduzido parque industrial – Equador e Uruguai</p>	<p>Positivos: dependem da oferta exportadora e da sua capacidade de atender à demanda chinesa;</p> <p>Positivos: a importação de produtos industriais mais baratos pode melhorar os termos de intercâmbio</p>	<p>Negativos: efeitos produtivos internos tendem a se concentrar nos setores têxteis e de vestuário</p>	<p>Indiferentes: estes países não competem com a China nos mercados internacionais</p>	<p>Positivos: realização de investimentos chineses nos setores de infraestrutura, vinculados aos setores exportadores e possibilidade de investimentos industriais chineses para atender aos mercados regionais</p>
--	---	---	--	---

Fonte: Barbosa, 2011.

Essas reflexões contribuem para o entendimento de que a presença da China nas mais diversas relações internacionais tem provocado intensas mudanças, com efeitos nas mais diversas escalas territoriais. Suas relações econômicas possuem formas e efeitos distintos em cada país, mas demonstra uma relativa tendência na América Latina. As relações de troca e os vínculos já estabelecidos e ainda vindouros, indicam que “a relação bilateral com a China pode levar a um padrão de especialização produtiva incapaz de trazer por si mesmo transformações estruturais e aumento sustentado da produtividade para os países da região”, devendo-se, contudo, entender que essas relações possuem grandes possibilidades e a responsabilidade pelos problemas apontados deve ser “imputada à ausência de visão estratégica por parte dos países da região” (Barbosa, 2011, p. 294).

[...] a China aparece como produto de uma aliança exitosa entre capital local, nacional e transnacional, estruturada no âmbito do estado, desorganizando por meio de seu dinamismo econômico, vertical e horizontal, as estruturas econômicas e sociais dos países do Norte e do Sul, e acarretando, por sua vez, um conjunto de reações (Barbosa, 2011, p. 294).

As considerações presentes no capítulo I permitiram um melhor entendimento das novas dinâmicas internacionais entre países e demais sujeitos, alterando a organização da divisão territorial do trabalho e promovendo novos vínculos, onde se destaca o desenvolvimento chinês como grande evento transformador global. O próximo capítulo pretende estreitar a escala de análise, de forma focalizada à realidade brasileira, analisando características econômicas e de que forma as mesmas possuem relação com a China. O capítulo, portanto, realiza um panorama de duas tendências da economia nacional, para em seguida analisar a forma como o Brasil tem articulado suas políticas econômicas a partir da relação com a China. A proposta visa situar a economia nacional nas atuais dinâmicas internacionais, com ênfase no crescimento chinês, para posteriormente inserir a mesorregião do Oeste catarinense nas análises, demonstrando como a região passou a integrar a crescente rede de fluxos comerciais com a China.

3 ASPECTOS E TENDÊNCIAS DA ECONOMIA INDUSTRIAL BRASILEIRA, AS SINGULARIDADES REGIONAIS E SUAS CONEXÕES MULTIESCALARES COM A CHINA

A indústria brasileira possui singularidades espaciais e históricas. À medida que nossas especializações regionais se transformam devido aos seus respectivos segmentos produtivos, novas e complexas relações de trabalho e de uso do território são introduzidas, sejam pelas demandas de agentes internos ou externos. Há, contudo, alguns processos consolidados e alguns ainda correntes que, se analisados de forma segmentada, mas inseridos em noções de totalidade (Santos, 2020), demonstram certas tendências.

Neste capítulo serão analisados determinados conjuntos de aspectos e fenômenos da indústria brasileira, apresentando contextos, componentes e agentes econômicos que promoveram o desenvolvimento industrial a partir da metade do século XX e que estagnaram nas últimas décadas. A releitura de um dos mais importantes fenômenos da formação territorial do Brasil é a fonte de informações necessária à pretensão de se compreender os atuais panoramas regionais e locais, inseridos em dinâmicas próprias e que se amplificam de forma categórica em escalas maiores. Desta forma, a tarefa de análise dos atuais panoramas da indústria nacional, assim como sua inserção no comércio global, é indispensável para que se possa situar as singularidades e/ou tendências de adaptação e estagnação dos lugares. Afinal, é necessário pensar os fenômenos em sua totalidade.

A neoliberalização da economia global na segunda metade do século passado buscou deflagrar economias pelo mundo e em meio a rupturas políticas e econômicas internas, diversos países incorporaram tendências e formas de acumulação distintas em seus territórios, criando circuitos espaciais de produção orientados pelas necessidades e exigências de corporações e Estados do centro do capitalismo, ou de economia desenvolvida. Pretende-se compreender de que forma o Estado e a iniciativa privada estabelecem os parâmetros produtivos da região Oeste de Santa Catarina a partir de novas tendências de acumulação do mercado internacional, orientadas especialmente para a China, que tem aumentado sua presença na economia global de forma contundente nas últimas duas décadas.

O presente capítulo, portanto, parte da análise da indústria nacional em direção às suas especializações regionais, onde propõe-se o estudo da competitividade industrial e setorial no estado de Santa Catarina, em especial na região oeste do Estado. Os procedimentos e dimensões de análise das dinâmicas econômicas na região concentram-se em compreender as características e dinâmicas produtivas regionais que têm consolidado a indústria catarinense nacionalmente e

ampliado suas capacidades competitivas no mercado externo. O estudo, contudo, está focado nas orientações produtivas que visam atender as demandas chinesas, visto que a China tem ampliado suas relações econômicas com o Brasil, conforme já analisado nos capítulos anteriores, tanto na busca de mercado para absorção de seus capitais produtivos e excedentes de produção, quanto na busca de matérias primas e demais produtos que atendam a crescente demanda do país.

Inicialmente pretende-se analisar os principais aspectos da economia nacional, dando ênfase no atual panorama da indústria de transformação e a atual composição das exportações brasileiras, tratando de processos como a desindustrialização de determinados setores da nossa economia e sua conseqüente reprimarização, além de brevemente refletirmos sobre as novas tendências regionais que têm estruturado novos circuitos produtivos. Pretende-se também analisar de que forma os processos acima mencionados e as demais estratégias de desenvolvimento econômico e uso do território tem sido planejadas com vistas às exigências do mercado chinês.

Tal estudo é importante para que, em seguida, seja possível analisar a atual conformação das dinâmicas econômicas de Santa Catarina, com ênfase na região Oeste do estado, compreendendo a magnitude da relação da região em questão com a China, analisando o reordenamento, reestruturação, surgimento e consolidação de novos circuitos espaciais produtivos integrados ao mercado internacional e especialmente relacionados com as possíveis potencialidades de exportação para a China.

3.1 ASPECTOS GERAIS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

O desenvolvimento dos países pós revolução industrial, em maior ou menor medida, esteve estreitamente relacionado com o desenvolvimento de suas forças produtivas, criando de acordo com as condições historicamente e espacialmente determinadas, novas formações econômico-espaciais. Em grande medida, a indústria emerge como divisor de águas, como importante sujeito numa relação dialética que tem na sua alta flexibilidade e constante transformação, o seu principal sustentáculo, ou seja, a consolidação do predomínio capitalista na fase industrial transforma de maneira muito abrangente e rápida toda a sociedade. O estudo e análise da indústria global são fundamentais desde então, seja pela dinâmica divisão de classes estabelecidas a partir de relações de produção e relações de trabalho cada vez mais complexas, seja pelo papel destas dinâmicas na estruturação de uma sociedade.

A industrialização é condição necessária, mas não suficiente, para que uma economia subdesenvolvida alcance o padrão de desenvolvimento das economias desenvolvidas. No caso da industrialização da economia brasileira, a dependência tecnológica e a financeira formam os dois fatores restritivos à superação do subdesenvolvimento. A dependência tecnológica das economias subdesenvolvidas industrializadas não se resume só a adoção de novas tecnologias que podem reduzir a heterogeneidade estrutural marcada pela baixa produtividade dos países subdesenvolvidos quando comparada com as dos países desenvolvidos possuidores de estruturas industriais mais homogêneas, mas também porque a adoção de novas tecnologias implica em mudanças no padrão de consumo da sociedade sob a forma de novos bens e serviços finais (CARVALHO e CARVALHO, 2011, p. 41).

Ao longo das últimas décadas, percebe-se a ampliação da divergência sobre as ferramentas de crescimento e desenvolvimento ao longo prazo, levadas a cabo por pesquisadores e, nem tanto, pelas políticas econômicas nacionais. O crescimento de longo prazo perpassa pela consolidação de ganhos de produtividade em que se projete uma ampliação da acumulação de capital (físico e humano), além de um necessário progresso tecnológico. Há, contudo, elementos na política econômica nacional que transformaram a industrialização brasileira numa das mais complexas do mundo, seja no seu incipiente surgimento (no século XIX), no seu amplo crescimento e consolidação (entre 1930 até meados de 1970), até sua diversificação nos anos de 1990 e na primeira década dos anos 2000. Interessa aqui, através da análise de elementos historicamente e territorialmente determinados, esboçar algumas considerações a respeito da indústria brasileira no século XXI, em especial às mais recentes evidências que, desde já é possível afirmar, apontam para uma desindustrialização precoce do Brasil.

Cabe, inicialmente, entendermos que a relação entre a produção agrícola (independente do seu grau de beneficiamento) e a manufatura industrial está cercada de contradições desde a primeira metade do século XIX, quando, ainda que de forma incipiente, a produção industrial surgia no Brasil. O trabalho de Hees (2011) apresenta uma perspectiva histórica em que a indústria é analisada desde seu esboço inicial ainda no Brasil Império até seu mais amplo desenvolvimento no início da década de 30, onde pretende, dentre tantas, demonstrar os principais aspectos que dificultaram a introdução e diversificação de indústrias no Brasil, seja pelo baixo protecionismo²⁵ das tarifas alfandegárias nacionais ou pela ampla monopolização da economia nacional pela produção de café.

É certo que a criação das primeiras indústrias esteve quase que inteiramente condicionada aos circuitos produtivos do setor cafeeiro, que estabelecia os parâmetros do comércio externo e criava circuitos produtivos dependentes (direta ou indiretamente ligados ao setor agrícola). As

²⁵ Vale ressaltar que o protecionismo adota na época, como afirma Hees, tinha intenções fiscais e não de fato protecionistas ou que visassem reverter os déficits da balança comercial. A intenção primeira estava relacionada a questões de ordem fiscal, na arrecadação de tributos, fruto do crescente déficit orçamentário (Hees, 2011).

condições atreladas às possibilidades do desenvolvimento da manufatura estavam estritamente ligadas a uma economia-política da época em que as disputas acabavam na capacidade e interesse da elite cafeeira em corroborar com a industrialização do País. Dito isso, vale destacar que as tentativas de incentivo a industrialização ocorriam sempre por parte do Estado, no protecionismo aduaneiro (que era essencialmente fiscal; uma prática indireta) ou, principalmente, através de concessões e subsídios de benefícios. Segundo o autor

Observando-se o conjunto do período que vai da década de 1840 até a grande depressão, em 1929, evidencia-se que a dinâmica econômico-financeira do Império respondeu a três ordens de fatores: primeiro, aos interesses agrícolas, francamente liberais, que pleiteavam a diminuição das tarifas tanto de exportação (para tornar o café mais barato internacionalmente) quanto de importação (em virtude de significativa parcela dos gêneros alimentícios cerca de 20% em 1860 ser importada); segundo, aos interesses da atividade industrial nascente, eminentemente conservadores, favoráveis ao protecionismo alfandegário; e terceiro, a política tarifária de caráter essencialmente fiscal levada a cabo pelo governo, em razão de serem os impostos sua principal fonte de receita orçamentária (HEES, p. 113, 2011).

Percebe-se que o desenvolvimento da indústria nacional, desde seu princípio, esteve atrelado, de forma habitual, ao setor primário da economia. Chama atenção, contudo, como a dependência econômica pelo café foi responsável, em grande medida, pela não expansão e diversificação das atividades industriais durante o Império e a República Velha, quando os interesses estavam muito concentrados nas mãos de oligarquias regionais. É quando a centralização do poder no nível federal ocorre, em 1930, que se superam tais estruturas.

O breve esboço destas considerações permite compreender algumas condições historicamente e espacialmente determinadas, importantes em dois aspectos principais: primeiro, em relação ao papel do Estado e da economia política na construção de estratégias de desenvolvimento da indústria nacional; segundo, a respeito da relação de dependência entre as estruturas agrária e urbana, com a ainda prevalência das atividades primárias no comércio externo.

Evidente que não há linearidade nesse processo, como se não tivessem ocorrido rupturas importantes. Contudo, as bases que sustentam nossa estrutura produtiva ainda estão muito preservadas, pois as relações de trabalho e o modo de acumulação e produção seguem à risca determinados preceitos típicos de subversão (seja à elite interna ou aos países e instituições capitalistas do norte global).

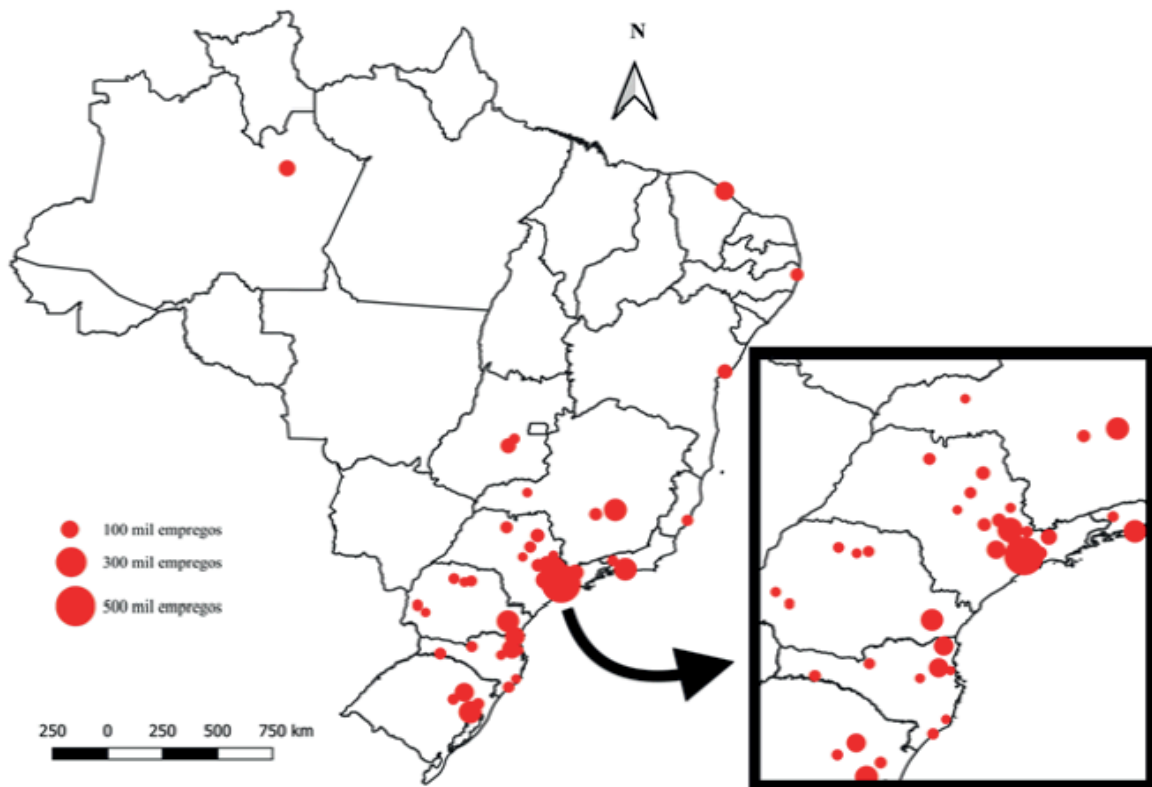
Fato é que enfrentamos dilemas recentes relacionados à indústria de transformação nacional, como sua diminuta participação no PIB nacional, na geração de renda e a perda de participação no emprego, além de sua diversificação ser concentrada, em grande medida, na

produção de produtos de baixo/médio valor agregado e na produção de commodities com baixo beneficiamento. Tais elementos vêm aumentando ou se consolidando após a década de 80 e são algumas das evidências do processo de desindustrialização precoce.

Para além do processo de desindustrialização que o Brasil enfrenta, é necessário apontarmos inicialmente um panorama geral da atual distribuição industrial nacional e seus principais aspectos. Os estudos de Diniz e Mendez (2021) organizados pelos IPEA, voltados para discussões sobre tendências e perspectivas da indústria nacional no século XXI, discutem a versatilidade territorial da localização industrial após os períodos de desconcentração. Apesar da ainda expressiva concentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo, as novas 149 Áreas Industriais Relevantes (AIR), existentes em 2018, se localizam no espaço denominado por Diniz e Mendez (2021) como novo polígono industrial: “Belo Horizonte, Anápolis, Rio Verde, Campo Grande, Foz do Iguaçu, Santa Cruz do Sul, Porto Alegre, Florianópolis, Volta Redonda, Belo Horizonte”. Nestas áreas, concentram-se, de forma diversificada e especializada, os principais núcleos de produção industrial do Brasil (e os mais tecnológicos).

É possível evidenciar ainda, como a produção industrial interna é concentrada e, ao mesmo tempo, dispersa no território. Os territórios envoltos ou estendidos pelo polígono industrial possuem atividades de manufatura especialmente relacionadas ou complementares com a produção industrial dos grandes centros urbanos próximos ou de novas centralidades regionais, concentrando as AIR nas regiões Sul e Sudeste, tanto que em 2018, do total de AIR no território brasileiro, 47 possuíam mais de 30 mil empregos cada e, destas, 41 estavam localizadas no polígono industrial, conforme o Mapa 1 (Diniz e Mendez, 2021). As demais AIR com mais de 30 mil empregos se encontram distribuídas de maneira dispersa pelo território, fruto de políticas regionais, como incentivos fiscais e de mão de obra para setores com alta presença de força de trabalho (normalmente ligados ao setor têxtil, alimentício e demais setores processadores de bens primários voltados, em grande medida, para o abastecimento regional).

Mapa 5 - Distribuição espacial das AIRs com mais de 30 mil empregos industriais - 2018.



Fonte: Diniz e Mendez, 2021.

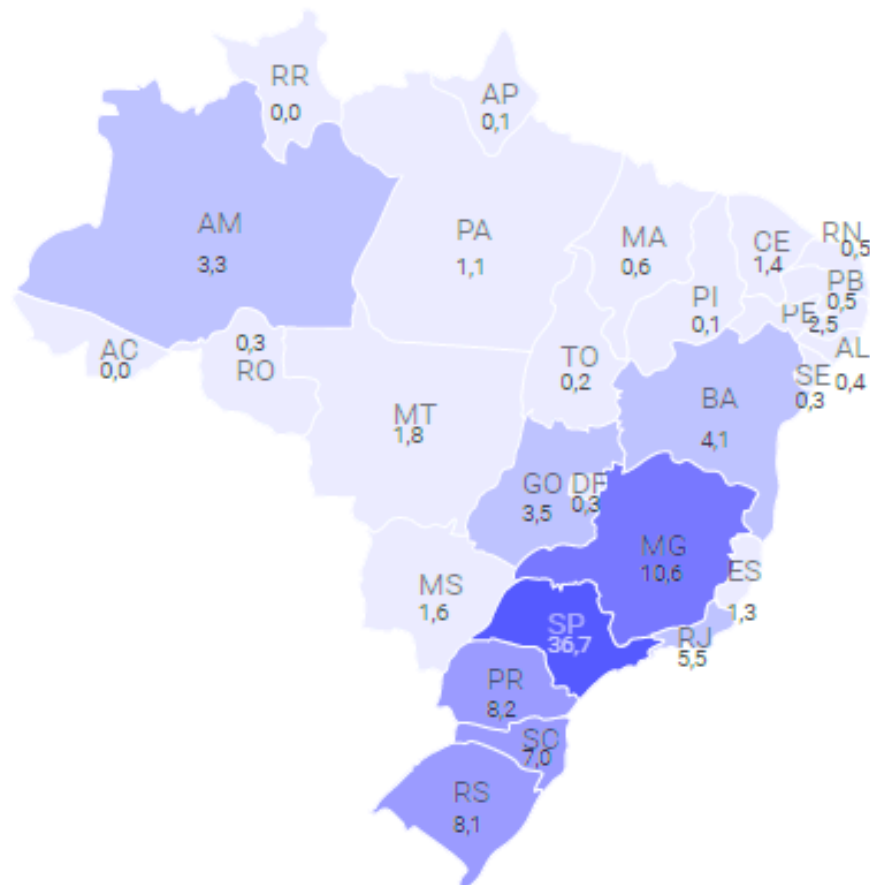
Verifica-se aqui que a concentração das principais áreas industriais do país ainda está localizada no Sudeste e Sul do Brasil. O Mapa 2 apresenta a participação no PIB da indústria de transformação em 2020. Destaque para Santa Catarina, com a 5ª maior participação, além dos Estados da Bahia e do Amazonas, fruto das políticas de descentralização produtiva do século passado, que implicaram numa considerável presença de empresas nas regiões Nordeste, Norte e Centro Oeste do país.

Além dos aglomerados metropolitanos compostos por mais de uma ou várias AIRs, outras aglomerações vêm formando eixos, corredores ou outras formas geográficas de integração produtiva. Nesses casos, por sua proximidade ou complementaridade, elas criam economias de aglomeração, estimulando a atração de novos investimentos (Diniz e Mendez, 2021, p. 11).

Os autores também analisam a distribuição territorial das indústrias através das microrregiões geográficas que possibilitam recortes adicionais e complementares para melhor análise da funcionalidade e distribuição de uma AIR.

Além das AIRs, existiam no Brasil, em 2018, um total de 84 microrregiões geográficas com emprego industrial entre 5 mil e 10 mil, das quais 45 estão localizadas dentro da área do novo polígono, muitas complementares às AIRs de maior escala, ou dedicadas a atividades típicas de mercados locais. As outras 39 estão distribuídas de forma dispersa no restante do país (Diniz e Mendez, 2021, p. 19).

Mapa 6 - Distribuição geográfica da indústria de transformação: participação no PIB da indústria de transformação - 2020 (%).



Fonte: CNI – Perfil da Indústria Brasileira, 2020²⁶.

Contudo, o foco e preocupação central reside na gradativa perda de competitividade da economia brasileira e reprimarização das exportações, visto que a indústria de transformação tem perdido protagonismo em setores mais competitivos e de maior presença tecnológica e vem pautando suas exportações em setores ricos em recursos naturais, sendo a participação no emprego/renda sendo direcionada cada vez mais para o setor de serviços.

A indústria e sua ampla participação no desenvolvimento de uma sociedade não são novidade. A perda da sua participação não pode ser analisada como dado isolado ou parte subjacente da economia, mas sim como uma determinante fundamental do processo de *catching*

²⁶ Disponível em: <<https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/grafico/total/producao/#/industria-total>>.

*up*²⁷ de uma economia periférica que deve pautar o desenvolvimento de diversos setores industriais visando uma maior diversificação econômica, rompendo com nossa atual subalternidade e dependência de bens industrializados.

A estagnação da indústria manufatureira nacional possui um custo relativamente alto para todos os demais aspectos relevantes no país, desde o aumento da renda média da população, até o desenvolvimento de aspectos mais gerais do país. Segundo Schymura e Pinheiro (2013, p. 82)

[...] a estagnação manufatureira ganhou contornos mais graves, acompanhados por uma trajetória de produtividade bastante ruim. O cenário de superoferta internacional de bens industriais, em função da baixa demanda dos países ricos e da superprodução asiática, intensificou-se. Além disso, o nível historicamente valorizado do real se soma à alta salarial derivada do mercado de trabalho aquecido para compor um custo unitário do trabalho que drena a competitividade da indústria. [...] Em outras palavras, a desindustrialização poderia ser avaliada pelo impacto que causaria à sociedade, como, por exemplo: na perda de postos de trabalho, na qualidade do emprego, no impacto no crescimento potencial da economia e nos efeitos redistributivos.

O desenvolvimento industrial deve ser entendido como sujeito que, para além da criação das classes e da intensa exploração e uso dos recursos naturais, pode criar as condições necessárias para o amplo progresso científico e social de uma sociedade. Desta forma, a superação de suas contradições pode ocorrer à medida em que suas forças produtivas e suas relações de trabalho superam as mazelas da exploração capitalista. O debate em torno da indústria tem retornado com força, verificada a intensidade da dependência por bens de alto valor agregado providos pelas importações e a atual reprimarização da economia nacional, onde produtos primários *in natura* e outros de baixo beneficiamento tem dominado, fato que será melhor discutido adiante.

3.1.1 A perda de protagonismo da Indústria de Transformação

As análises econômicas voltadas ao diagnóstico e/ou estruturação de políticas industriais, independentemente de suas respectivas abordagens metodológicas, compreendem que o Brasil tem passado por uma desindustrialização precoce, ou seja, sua desindustrialização não ocorre

²⁷ Jabbour e Paula (2016, p. 46) descrevem o processo de catching up nas seguintes palavras “Neste sentido, o processo descrito como catching up, assim, seria a representação de um arranque de um estágio de subdesenvolvimento para um estágio de desenvolvimento econômico, entendido como um processo histórico de acumulação de capital e de aumento de produtividade que permite um crescimento da renda per capita e melhoria no bem-estar da população de um país. [...] A essência do processo de desenvolvimento econômico reside na tomada de uma decisão política capaz de mobilizar toda uma sociedade em torno de uma estratégia de modernização e superação de uma situação de atraso, e no alcance de um equilíbrio entre a ação do Estado e do mercado, ou seja, trata-se do estabelecimento de uma estratégia nacional de desenvolvimento.

devido ao desenvolvimento e aumento da produtividade e da elasticidade-renda²⁸, mas sim, possui um mercado que enfrenta problemas relacionados ao equilíbrio na taxa de câmbio e uma economia dependente de setores primários abundantes em recursos naturais, que inclusive apontam, segundo alguns autores, para um processo de Doença Holandesa²⁹.

A realização de um diagnóstico da indústria no Brasil é importante para que possamos inserir e caracterizar as análises regionais posteriormente realizadas e para compreendermos que em contexto o Brasil se insere na economia internacional. A pesquisa, portanto, não irá se preocupar em analisar a fundo a complexa situação da indústria nacional e suas dinâmicas, mas concentra sua análise nesse item em dois aspectos: entender o fenômeno da reprimarização da economia e; esboçar reflexões sobre o atual panorama da indústria com vistas a sua desindustrialização.

Segundo dados da CNI (Confederação Nacional da Indústria), em 2021, a indústria de transformação representou 12% do PIB nacional, 14,9% do emprego formal, 46,2% do total das exportações de bens e serviços, representando 1,3% da produção mundial da indústria de transformação. Os gráficos abaixo apresentam a evolução histórica dos dados acima apresentados.

Gráfico 4 - Evolução da participação da indústria de transformação no PIB do Brasil.

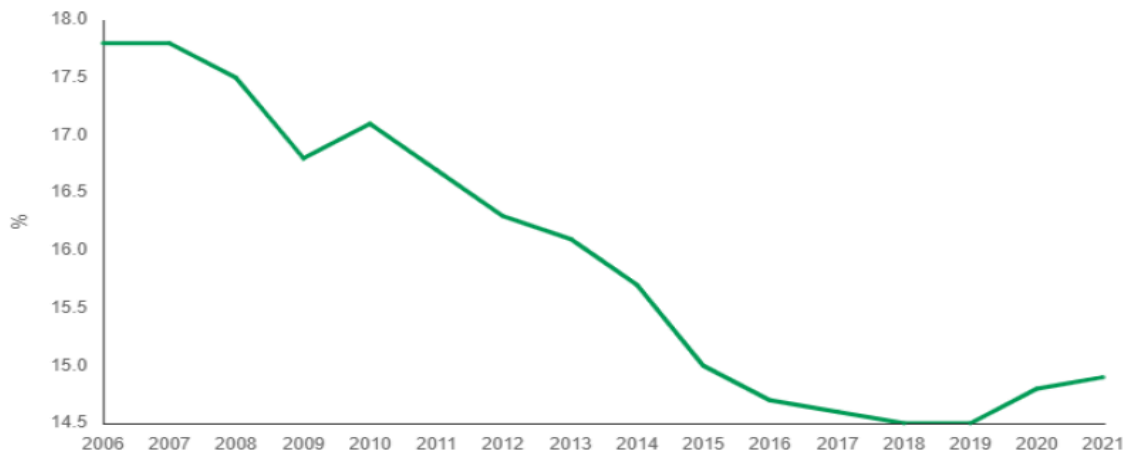


Fonte: Perfil da Indústria Brasileira - CNI, 2020.

²⁸ Como ocorre nos países de economia industrial desenvolvida e madura, por exemplo.

²⁹ O termo doença holandesa é usado para caracterizar o processo de desindustrialização que ocorreu na Holanda, na década de 1970, quando a pauta de exportações desse país mudou de bens manufaturados para produtos primários como consequência da descoberta de recursos naturais. Quando uma economia industrializada passa a exportar mais produtos primários em detrimento de produtos manufaturados esse fenômeno é conhecido como reprimarização, isto é, um retorno à fase histórica quando essa economia exportava mais produtos primários do que manufaturas (CARVALHO E CARVALHO, 2011, p. 52).

Gráfico 5 - Evolução da participação da indústria de transformação no emprego formal no Brasil.



Fonte: Perfil da Indústria Brasileira - CNI, 2020.

Gráfico 6 - Evolução da participação do Brasil na produção mundial da indústria de transformação.



Fonte: Perfil da Indústria Brasileira - CNI, 2020.

Os gráficos apresentam dados relevantes que devem ser devidamente analisados dentro de suas possibilidades e limitações. O Gráfico 4 é representativo ao apontar os períodos de crescimento, estabilidade e queda da participação da manufatura no PIB, especialmente a partir da segunda metade da década de 80, que evidencia uma expressiva regressão e está relacionada a períodos de instabilidade política e financeira interna e externa.

A participação da manufatura no emprego formal é um dado utilizado amplamente na análise do processo de desindustrialização e o Gráfico 5 demonstra uma significativa queda desde 2006. Vale ressaltar que a relação indústria/emprego deve levar em consideração a produtividade do trabalho e da indústria, que varia de acordo com o progresso tecnológico. No Brasil, grande parte da mão de obra tem migrado para o setor de serviços e comércio, num

processo considerado precoce, visto a baixa elasticidade-renda, marcada pela baixa renda per capita nacional.

A análise da desindustrialização brasileira deve ser realizada sob várias óticas. Morceiro e Guilhoto (2019) entendem que o processo de desindustrialização deve ser compreendido através da análise setorial, de acordo com a intensidade tecnológica correspondente. Segundo os autores, a desindustrialização em setores intensivos em trabalho não é anormal, especialmente as atreladas a produção de alimentos e vestimentas, contudo, nos setores da manufatura que envolvem mais conhecimento e tecnologia com produtos de maior valor agregado, a desindustrialização é indesejada e precoce. Segundo os autores,

É esperado que a parcela dos setores manufatureiros individualmente atinja o pico no PIB em diferentes níveis de renda per capita (ou estágios do desenvolvimento), devido principalmente ao efeito renda, pois à medida que a renda per capita aumenta a composição da demanda altera-se. Em baixos níveis de renda per capita, o orçamento das famílias destina-se a bens essenciais como alimentos, roupas, calçados e moradia, e, em níveis elevados, concentra em itens mais elásticos à renda como automóveis, produtos de informática e viagens. Assim, é de se esperar que setores que produzem alimentos, roupas e calçados registrem seus picos em níveis de renda per capita inferiores aos daqueles que fabricam automóveis e produtos de informática (MORCEIRO E GUILHOTO, p. 11, 2019).

Quando a desindustrialização inicia na década de 90 no Brasil, nossa renda per capita havia alcançado apenas 60% do valor estimado em países desenvolvidos quando de seus respectivos processos. O processo de desindustrialização é analisado, segundo os estudos de Haraguchi (2016), a partir de três estágios de desenvolvimento da renda média (inicial, intermediário e avançado) e quais setores da manufatura alcançariam o pico de participação no PIB em cada estágio de desenvolvimento, como consta na tabela 1.

Tabela 1 - Pico dos setores manufatureiros no PIB por grau de desenvolvimento.

Estágio de desenvolvimento	PIB per capita PPC de 2016	Setores manufatureiros que atingiram o pico no PIB
1) Inicial	< US\$ 8 mil	Alimentos e bebidas; fumo; têxteis; vestuário; madeira; impressão; móveis Minerais não-metálicos
2) Intermediário	US\$ 8 mil a US\$ 18,5 mil	Petróleo e coque Papel e celulose Metalurgia Produtos do metal
3) Avançado	> US\$ 18,5 mil	Plásticos e borracha Veículos automotores Químicos; máquinas e equipamentos; material elétrico; informática e eletrônica

Fonte: Morceiro e Guilhoto, 2019.

Levando em consideração o PIB per capita do Brasil em PPC em 2023 (US\$ 15.600), os autores argumentam que os setores avançados da produção deveriam estar no seu auge e não

perdendo participação na produção agregada, como é o caso do Brasil. A participação da indústria com estrutura produtiva mais tecnologicamente dinâmica, como informática e eletrônicos, é incipiente e apresenta queda desde a década de 70³⁰. O autor entende que ocorre uma desindustrialização precoce do Brasil em determinados setores (especialmente os relacionados à maior presença de tecnologia e valor agregado) e em diferentes intensidades nas últimas décadas, não seguindo os padrões de desindustrialização natural elaborados por Haraguchi (2016)³¹.

Segundo Morceiro e Guilhoto (2019, p. 15)

[...] o Brasil não segue o padrão encontrado por Haraguchi (2016) para os setores do estágio avançado do desenvolvimento. Borracha e plásticos e alguns setores intensivos em tecnologia e conhecimento – casos de máquinas e equipamentos; química e petroquímica; e automobilística e outros equipamentos de transporte – começaram a se desindustrializar no limiar inferior de renda per capita do estágio intermediário. Os demais não seguem uma trajetória de industrialização robusta que se espera para um país de renda per capita intermediária – casos da farmacêutica, e material elétrico, informática e eletrônica [...] o Brasil apresenta uma grave desindustrialização prematura em alguns setores de alta e média-alta tecnologia. Os demais setores tecnológicos apresentam uma tendência estável da parcela setorial no PIB quando deveria apresentar uma forte tendência de industrialização conforme o padrão encontrado por Haraguchi (2016). Assim, do ponto de vista setorial, a desindustrialização prematura brasileira deve-se, principalmente, às indústrias de maior conteúdo tecnológico.

Os autores concluem, afirmando que

A gravidade da desindustrialização brasileira pode ser dimensionada pelo fato de o produto real da maioria dos setores manufatureiros, inclusive para a manufatura agregada, ter crescido à taxa inferior à da população economicamente ativa desde o início da desindustrialização da indústria agregada em 1981. Portanto, ocorre uma retração de longo prazo do produto manufatureiro real per capita desde 1981 e, conseqüentemente, aumento significativo do hiato de renda per capita em comparação com os países desenvolvidos. Se considerar a renda per capita como uma proxy do desenvolvimento, a desindustrialização brasileira contribuiu negativamente para o desenvolvimento do país (MORCEIRO e GUILHOTO, 2019, p. 20).

Contudo, a literatura em torno da temática é extensa e suas interpretações divergem quanto a intensidade da desindustrialização no país e suas causas. Bresser Perreira e Marconi

³⁰ Em 2015, o Brasil contribuiu com apenas meio por cento do valor adicionado global deste setor, enquanto China e Estados Unidos lideraram, respectivamente, com 25,7% e 22,9% do total global (Morceiro e Guilhoto, p. 16, 2019).

³¹ Segundo Haraguchi (2016), entre 1970 e 2016 o PIB per capita em PPC do Brasil aumentou de US\$ 6,8 mil para US\$15,0 mil, sendo níveis de renda que correspondem ao espaço entre o estágio inicial e grande parte do estágio intermediário de desenvolvimento e, portanto, espera-se que: i) os setores manufatureiros intensivos em trabalho e supridores de necessidades básicas diminuam sua participação no PIB, pois eles já deveriam ter atingido seu pico; ii) os setores intensivos em capital e processadores de recursos naturais que produzem insumos materiais para outras indústrias atinjam o pico no PIB no estágio intermediário; e iii) os setores manufatureiros intensivos em tecnologia e em conhecimento ainda estejam em franca trajetória de industrialização e aumentem de modo expressivo sua participação no PIB (HARAGUCHI, 2016 *apud* MORCEIRO e GUILHOTO, 2019, p. 15).

(2008) entendem que não há no Brasil uma desindustrialização galopante (ou evidências suficientes para se confirmar uma Doença Holandesa) se comparada a países dependentes do petróleo, mas um processo contínuo de estagnação e limitação do setor industrial e dos benefícios que agrega à economia³². Para Bresser isso se deve, especialmente, pela tendência histórica a sobrevalorização/apreciação da taxa de câmbio nacional, fazendo com que a indústria nacional de maior densidade tecnológica perca competitividade no comércio externo e a importação de insumos seja vantajosa.

Caso a apreciação cambial estivesse relacionada com uma política econômica nacional visando a importação de bens de capital altamente tecnológicos para modernização da indústria brasileira, seria possível obter um aumento de sua competitividade externa. O que ocorre, segundo Bresser e Sonaglio, é uma volatilidade da taxa de câmbio que, normalmente e em determinados períodos, tende à sobrevalorização. Portanto, "os impactos da apreciação cambial sobre a estrutura produtiva da economia residem na especialização em atividades de baixo valor agregado e com baixa elasticidade-renda das exportações" (SONAGLIO, 2013, p. 80).

Para Gala (2006 *apud* Sonaglio, 2013, p. 76) deve-se destacar que

[...] as consequências da doença holandesa na economia podem ser descritas pelo deslocamento dos fatores de produção para o setor "próspero" e o efeito gasto decorrente do aumento na demanda por bens não comercializáveis. O deslocamento dos fatores para o setor que mostra crescimento acelerado e o aumento da demanda em todos os setores, não apenas nos comercializáveis, acabam por ampliar as importações de bens de maior intensidade tecnológica - que têm sua produção interna bloqueada -, por não conseguirem competir em termos de rentabilidade.

Desta forma, segundo o autor, o setor industrial mais intensivo em recursos abundantes ganha amplitude, ao passo em que o setor de comercializáveis de maior valor agregado se reduz, "retardando o desenvolvimento dessa economia, devido à baixa intensidade tecnológica" (SONAGLIO, 2013, p. 76). Tal constatação define em grande medida a situação atual da indústria nacional e sua relação com o comércio exterior, que se mantém às margens das condicionantes cambiais relacionadas à produção de *commodities* e demais produtos com baixo beneficiamento.

A estrutura das exportações por classe de produtos também sinaliza consideráveis tendências, especialmente relacionadas à predominância do setor agrário e pecuário e que serão

³² Segundo Bresser e Marconi, existe uma desindustrialização ocorrendo no Brasil relacionada à Doença Holandesa. Segundo os autores, a taxa de câmbio apreciada provoca efeitos sobre a produção industrial, criando um desestímulo da produção em setores menos competitivos. Desta forma, visualiza-se uma tendência à especialização de exportação de produtos primários, manufaturados intensivos em recursos naturais e de bens de baixa tecnologia, especialmente devido a demanda externa e o aumento dos preços das *commodities* (BRESSER e MARCONI *apud* SOARES; MUTTER; OREIRO, 2013).

melhor detalhadas no próximo item. Carvalho e Carvalho (2011, p. 57) examinam a participação por fator agregado das exportações de produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados no total das exportações de 2000 a 2011, onde percebe-se que a participação dos manufaturados caiu de 60,66% (2000) para 37,51% (2011), enquanto os produtos básicos passaram de 20,84% (2000) para 46,39% (2011), conforme a tabela 2. Os dados apontam para um crescimento significativo das exportações de produtos básicos, especialmente pela alta demanda internacional e valorização das *commodities* do agronegócio e da indústria extrativa mineral, que sugerem uma continuidade das políticas econômicas nacionais.

Tabela 2 - Participação das Exportações por Classe de Produto Agregado do Brasil: 2000-2011.

Ano	Participação das Exportações por Classe de Produto no Total das Exportações (%)		
	Básicos	Semi Manufaturado	Manufaturado
2000	20,84	16,64	60,66
2001	22,91	14,76	58,24
2002	24,47	14,32	57,16
2003	27,73	15,27	54,72
2004	29,55	14,29	54,56
2005	25,93	14,95	57,20
2006	27,52	13,53	56,39
2007	30,16	13,94	53,85
2008	30,44	14,04	52,76
2009	39,64	13,20	45,05
2010	41,34	13,79	42,49
2011	46,39	13,87	37,51

Fonte: Carvalho e Carvalho (2011, p. 57).

Segundo autores como Nassif (2008, *apud* Carvalho e Carvalho, 2011), ainda é cedo para uma conclusão definitiva visto a crescente instabilidade internacional e a não confirmação da consolidação desse cenário no país. Porém, o comportamento das dinâmicas industriais brasileiras vêm apresentando continuidade em determinadas tendências, especialmente na perda de protagonismo da indústria manufatureira, em seus setores mais tecnológicos, no PIB e na pauta das exportações, além de uma contínua expansão de exportações de produtos do agronegócio, em sua maioria *commodities* sobrevalorizadas no comércio exterior e direcionadas a atender a demanda doméstica de países como a China, o que aponta para uma reprimarização da pauta exportadora, diretamente relacionada a um processo de desindustrialização precoce.

Visto que o dinamismo do setor exportador reflete no comportamento de setores competitivos de uma economia, a composição das exportações será impactada pelas políticas nacionais adotadas.

O setor industrial é defendido como um importante agente de difusão tecnológica, e responsável por gerar economias externas e efeitos de encadeamento sobre os demais setores da economia. Alterações na pauta de exportações - no sentido de minimizar a participação desse setor - trarão efeitos negativos sobre a dinâmica econômica e, conseqüentemente, sobre o desenvolvimento (SONAGLIO, 2013, p. 75).

O fenômeno analisado evidencia importantes considerações a respeito da economia-política brasileira das últimas décadas. O consenso de Washington e a virada neoliberal atingiram o Brasil com projetos muito bem estruturados, dando papéis e consolidando supostas vocações econômicas ao país. Em termos gerais, a gradativa perda de protagonismo da indústria nacional é representativa da falha das políticas neoliberais em conduzir o desenvolvimento da nação, especialmente através da intensa regulação/desregulamentação do Estado. Vale mencionar, que esse amplo conjunto de políticas econômicas, de industrialização e reprimarização, partem do Estado e do capital privado, os sujeitos que ao interagirem entre si direcionam a política nacional às tendências aqui levantadas e que, envoltas a isso, acabam por estruturar novos circuitos produtivos nas mais diversas regiões do país. Essa interpretação é importante, pois ela contrapõe as concepções reducionistas do papel do Estado, que no Brasil é o grande construtor e organizador de todo nosso sistema produtivo, conforme será exposto de forma mais detalhada no próximo capítulo, quando da análise da formação econômica da mesorregião Oeste de Santa Catarina.

A inserção brasileira no comércio global parece estar condicionada, com exceção de períodos históricos específicos, aos interesses de agentes internacionais e das elites internas (sempre se utilizando das benesses do Estado). A formação socioespacial brasileira tem

determinantes e variáveis que muito se apegam ao passado colonial e seu papel subalterno, incapaz de se distanciar das exigências dos países centrais do capitalismo e suas corporações, ao menos em partes. Isso não significa que nossa desindustrialização tenha origem apenas em processos externos, mas sim, que o modo de acumulação brasileiro tende a ancorar nas suas mazelas e contradições mais primitivas. O Brasil é um grande produtor de *commodities* e demais produtos primários e sua estrutura produtiva agrária, altamente tecnológica, está estruturada em fortes redes de poder político, muito bem articuladas em estruturas regionalizadas e redes e fluxos de comércio global, atendendo suas exigências privadas sobre o pretexto de estratégia geopolítica nacional.

O desenvolvimento da indústria nacional em setores estratégicos da economia interna e externa, que ampliem sua competitividade e especialização em ramos mais dinâmicos (sem geração de demasiadas vulnerabilidades), pode estimular melhores perspectivas de crescimento de renda e menores restrições e vulnerabilidades frente ao mercado externo, superando visões de curto prazo e que conduzem nossas políticas industriais a constantes desequilíbrios. Para Moreira

[...] as vantagens competitivas construídas ao longo do tempo através de política industrial, científica e tecnológica, aliada a uma política de comércio exterior, propiciam as condições para a especialização em ramos de exportações industriais líderes do crescimento no comércio mundial (MOREIRA, 2009, p. 221).

Analisado o atual panorama da indústria nacional e sua constante perda de protagonismo, pretende-se agora vincular essa discussão com o processo complementar de reprimarização das exportações brasileiras. A discussão será em torno da análise dos produtos importados e exportados e de que forma isso implica na posição do Brasil na divisão internacional do trabalho, ao passo que caracteriza o país como comprador de bens industrializados (levando a sua desindustrialização) e vendedor de produtos primários (implicando na reprimarização das suas exportações).

3.1.2 Reprimarização das exportações nacionais

Apesar do papel brasileiro de território produtor e exportador de recursos naturais datar do século XVI, suas atuais estruturas e seus agentes articuladores estão agora inseridos em novos formatos comerciais e territoriais, não menos dependentes, mas com arquiteturas mais complexas. A relativa perda de protagonismo de determinados setores da indústria nacional, como trabalhado nos itens anteriores, é um fenômeno ensejado dentro da consolidada

dependência econômica em torno dos agronegócios, que enseja um novo patamar de sujeição financeira dos países periféricos, em especial o Brasil.

O trabalho tem por finalidade o estudo entre dinâmicas de diferentes escalas, articuladas pela ação de amplo conjunto de agentes e políticas territoriais. Para isso, é fundamental compreendermos de que forma se configura e se insere a economia regional (pretendida em análise posterior) dentro de tendências econômicas nacionais, ligadas ao fortalecimento do agronegócio e, em especial, as agroindústrias. O presente item pretende apresentar reflexões e dados que corroboram com as afirmações de que a economia nacional tem sido fortemente influenciada por um processo de reprimarização das exportações, não de forma natural ou ocasional, mas inserida nas formas contemporâneas do capitalismo neoliberal.

A crítica da economia política brasileira será sustentada pela teoria marxista da dependência que, segundo Xavier (2017), fornece elementos visando a apreensão dos processos de acumulação típicos das economias periféricas latino-americanas em detrimento das economias centrais do capitalismo. Os mercados monopolistas, vinculados às grandes transnacionais e demais instituições globais amplamente financeirizadas, visto a queda da taxa de lucros devido a saturação de determinados mercados do comércio interno, exigiam e ainda exigem uma gradativa expansão territorial, seja na busca por novos espaços produtivos industriais ou na ampliação de novas razões e modos de produção ancorados na teoria neoliberal. Desta forma, ocorrem sucessivas ofensivas do capital global sobre outros países, visando a realização de investimentos e a construção de novas dinâmicas de acumulação de capital através da coerção de mercados periféricos para realização do excedente (Xavier, 2017).

O próprio processo de industrialização da grande maioria dos países periféricos foi construído com alta dependência tecnológica.

Em que pese a necessidade de realização do excedente por parte das economias centrais (Estados Unidos, oeste europeu e Japão, principalmente) e as transformações no caráter do imperialismo, instauradas pela dinâmica de realização de investimentos em setores estratégicos nas economias periféricas (América Latina e Ásia, sobretudo), foram sendo constituídos, nessas economias, processos de industrialização com alta dependência tecnológica. Ao passo que, a periferia do capitalismo global se tornava, no pós Segunda Guerra, destino para os investimentos em setores como a siderurgia, alterando a lógica da dependência, se aprofundava o caráter primário de participação das economias periféricas. Com efeito, no pós Segunda Guerra, a economia norte-americana torna-se hegemônica, constituindo um poderoso imperialismo sobre as economias dependentes. É nesse período que as economias dependentes, especialmente a brasileira, a argentina e a mexicana promovem suas industrializações e aprofundam, via substituição de importações e associação ao capital estrangeiro, a consolidação de suas bases industriais (Xavier, 2017, p. 152).

Dentro desse contexto de imperialismo das economias centrais, pode-se afirmar que o agronegócio brasileiro consiste em elemento central da consolidação de seus projetos. Nas palavras de Xavier (2017), “entende-se por agronegócio a empresa capitalista voltada para a produção agrícola, pecuária e mineral de elevada monta e que possui conexão com capital industrial, financeiro e bancário”, ou seja, uma atividade capitalizada e amplamente inserida nas atuais estruturas financeirizadas de especulação da produção de *commodities* em países dependentes do setor primário.

Segundo Xavier (2017, p. 153)

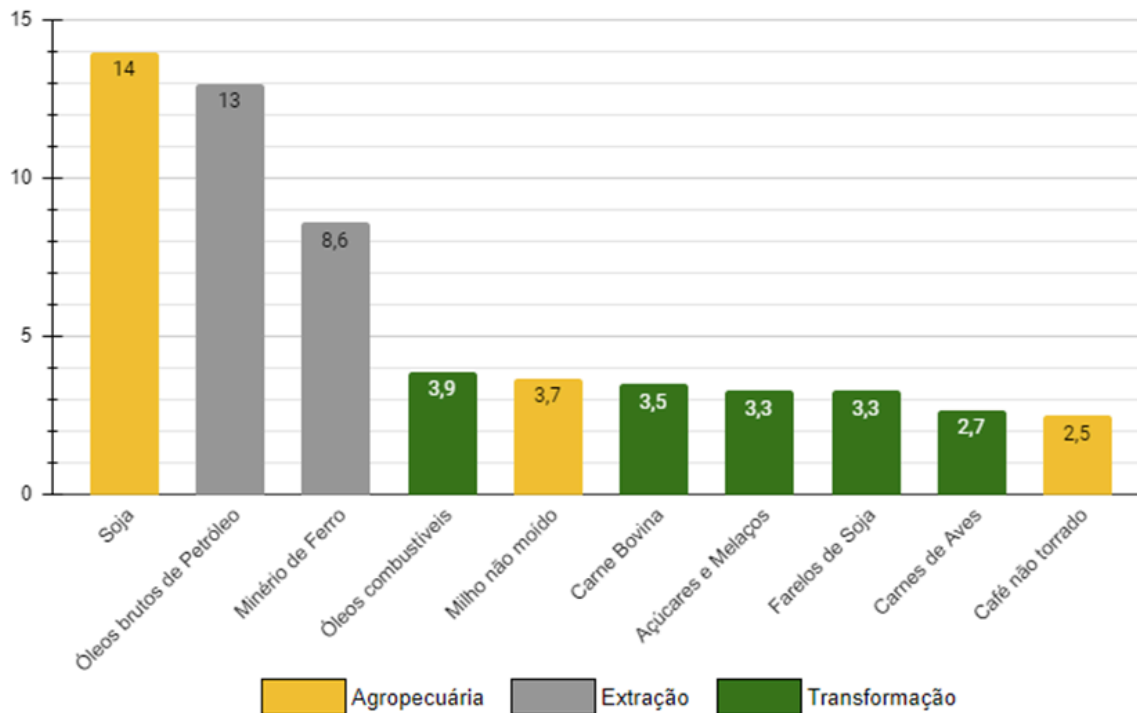
[...] conforme a UNCTAD (2016), são considerados países dependentes de suas economias primárias aqueles cujas pautas de exportações contenham, em mais de 60%, esse tipo de produto. Ainda conforme o relatório, considerando dados para o período 2012/2013, a dependência de exportações de commodities por parte dos países latino americanos perfazia o seguinte quadro: Argentina (67%); Belize (89%); Bolívia (96%); Brasil (65%); Chile (87%); Colômbia (83%); Costa Rica (24%); Cuba (74%); El Salvador (29%); Equador (93%); Guiana (92%); Guatemala (62%); Haiti (11%); Honduras (55%); México (25%); Nicarágua (60%); Panamá (50%); Paraguai (91%); Peru (88%); República Dominicana (38%); Suriname (95%); Uruguai (77%) e Venezuela (85%).

Mitidiero Júnior e Goldfarb (2021, p. 05) assinalam que

O agronegócio cumpre um papel nos países centrais e outro nos países subalternizados. O caso de sucesso do agronegócio brasileiro é diferente do norte-americano ou europeu. Aqui, as vitórias do Agro vêm levando o Brasil a inserir-se de forma regressiva na economia mundial, reprimarizando sua economia e criando uma enorme dependência industrial, tecnológica e financeira estrangeira, com impactos sociais, econômicos e ambientais destrutivos.

As exportações nacionais de 2022, segundo o ComexStat, foram dominadas por vendas de matérias primas, seja pela agropecuária, pela indústria extrativa ou pela indústria de transformação de produtos alimentícios, conforme demonstra o gráfico 4.

Gráfico 7 - Participação dos principais produtos exportados pelo Brasil em 2022 – por categoria (%).



Fonte: adaptado de Comex Stat, 2023.

O predomínio de produtos relacionados à ampla oferta de recursos naturais expõe determinadas tendências da economia brasileira, especialmente em relação aos papéis desempenhados no comércio internacional. A reprimarização das exportações está diretamente relacionada com o processo de desindustrialização precoce do Brasil, em que tendências subalternas tem consolidado suas políticas no território nacional.

Contudo, cabe refletirmos sobre as mudanças que esses processos, especialmente o relacionado ao sistema agroindustrial, têm provocado no território brasileiro, arquitetando novas singularidades regionais à medida em que o agronegócio nacional revitaliza sua operacionalidade e cria novas estruturas e circuitos produtivos. Os estudos de Elias (2011) propõem importantes reflexões a respeito do uso e da organização do território a partir das transformações espaciais provocadas pelo agronegócio brasileiro nas últimas décadas, destacando as chamadas Regiões Produtoras Agrícolas (RPAs).

As RPAs são os novos arranjos territoriais produtivos agrícolas, os territórios das redes agroindustriais, escolhidos para receber os mais expressivos investimentos produtivos inerentes ao agronegócio globalizado, representando suas áreas mais competitivas. Nelas encontram-se partes dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação de importantes commodities agrícolas, evidenciando a dinâmica territorial do agronegócio (ELIAS, 2011, p. 153).

O agronegócio, sendo sujeito ativo do processo de globalização capitalista e capitaneador das grandes corporações internacionais, tem participado ativamente na produção e reconfiguração de territórios por todo o país, propondo novas interpretações sobre a relação campo-cidade à medida que seus circuitos espaciais produtivos se urbanizam, com o crescimento de “cidades totalmente funcionais ao agronegócio” e, portanto, é fundamental compreender os novos papéis desempenhados pelos espaços agrícolas regionais em ampla expansão e articulados junto às redes agroindustriais cada vez mais inseridas na economia internacional (ELIAS, 2011). As reflexões a respeito da metodologia proposta pela autora são importantes para posterior análise da região Oeste de Santa Catarina e suas relações comerciais com a China.

À vasta extensão territorial do Brasil deve-se considerável atenção, especialmente pela importância das condicionantes do espaço geográfico à estruturação do capital agroindustrial em todas as suas instâncias. Aqui, entende-se a dinâmica dialética da atividade econômica nacional de maior articulação internacional, à medida em que o espaço interfere na organização dos circuitos produtivos e é transformado por estes. Nas RPAs estão localizados os principais circuitos espaciais produtivos e os círculos de cooperação de importantes *commodities* sob a tutela de empresas nacionais e multinacionais que criam lugares funcionais de acordo com seus interesses (ELIAS, 2011).

Como o agronegócio globalizado se realiza totalmente a partir da dialética entre a ordem global e a ordem local, as RPAs estão conectadas diretamente aos centros de poder e consumo em nível mundial e, assim, as escalas locais e regionais articulam-se permanentemente com a internacional e o território organiza-se com base em imposições do mercado, comandado por grandes empresas nacionais e multinacionais [...] Processa-se, dessa forma e em última instância, a produção de territórios especializados e corporativos inerentes aos diversos circuitos da economia agrária e agroindustrial, notadamente relacionados ao circuito superior do agronegócio globalizado. (ELIAS, 2011, p. 155).

As novas estruturas produtivas introduzidas no Brasil desde a Revolução Verde, mas de forma ainda mais aguda nas últimas duas décadas, salientam a alta adaptabilidade do capital hegemônico em sustentar sua reprodução de acordo com as tendências e exigências do mundo contemporâneo. Elias (2011) entende que a organização do espaço brasileiro, por conta de sua inserção em estruturas hegemônicas, tem feito emergir grandes fragmentações socioespaciais, fruto de constantes reestruturações urbanas e regionais e de dinâmicas de especialização e acumulação do agronegócio que ampliaram a divisão social e territorial do trabalho.

Dessa maneira, a reestruturação produtiva da agropecuária tem profundos impactos sobre os espaços agrícolas e urbanos não metropolitanos, ainda em processo acelerado de reorganização, compondo novos arranjos territoriais fortemente alicerçados no agronegócio globalizado. Tal realidade acirra a refuncionalização desses arranjos e leva à difusão de especializações territoriais produtivas, denotando-se inúmeras seletividades, seja da organização da produção, seja da dinâmica dos respectivos espaços (ELIAS, 2011, p. 156).

O uso do território pelas atividades agroindustriais, por exemplo, promove a difusão do que Silveira (2011) entende por dinâmicas de especialização e dinâmicas de diversidade. Para a autora, a dispersão das atividades produtivas modernas dão novos papéis às cidades médias e pequenas, criando circuitos espaciais de produção que se especializam na complementaridade das atividades principais e, à medida em que os espaços urbanos se complexificam, diversificam a economia regional. Essas especializações territoriais produtivas consolidaram atividades competitivas em determinadas áreas do país, seja na indústria de alto valor agregado e com uso intensivo de tecnologias - conforme discutido no item anterior -, seja nas agroindústrias e demais atividades vinculadas ao setor primário, levando em consideração novos ativos e recursos como fatores locacionais.

Tais reflexões evidenciam uma característica fundamental das relações capitalistas de produção contemporâneas: a ampla mobilidade e flexibilidade territorial das empresas multinacionais e dos Estados que, inseridas numa complexa divisão internacional do trabalho, fazem do uso do território uma importante ferramenta para reprodução do seu conjunto de normas e relações de produção, apropriando-se do desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional de acordo com as respectivas diretrizes reservadas a países em diferentes estágios de desenvolvimento. Ou seja, a atuação exploratória e geradora de dependência das corporações globais que são vinculadas aos seus Estados-nação, apesar de possuírem diferentes interesses, ocorre de forma diversificada em cada país, com maior autonomia em países onde o Estado tem perdido parte de sua capacidade de regulação do território³³. Tal processo é muito distinto na China, conforme já abordado.

Fato é que a reestruturação produtiva da agropecuária nacional tem implementado novos papéis a regiões e cidades pequenas e médias, altamente vinculadas às demandas do comércio global, e que “despontam como a forma de aglomeração por excelência num território vasto” (SILVEIRA, 2011, p.6). As reflexões a respeito do rearranjo do território e suas respectivas características e consequências serão novamente retomadas quando da análise das dinâmicas econômicas do território catarinense, em especial a região Oeste e suas relações com a China.

³³ Afinal, para que determinadas políticas empresariais se efetivem no território, são efetuados um conjunto de regulações por parte do Estado que viabilizam tais ações privadas, tornando-se, neste caso, um agente indispensável.

Conforme evidenciado, os espaços urbanos próximos às RPAs passam a ter novas funções que são inerentes aos interesses estruturais do capital agropecuário. Desta forma, para Elias (2011, p. 159)

[...] a produção agrícola e agroindustrial intensiva exige que os espaços urbanos próximos ao espaço agrícola racionalizado se adaptem para atender às suas principais demandas, em virtude de fornecerem parte dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão de obra e de todos os demais produtos e serviços necessários à sua realização. Nesse âmbito, citaria as casas de comércio de implementos agrícolas, sementes, grãos e fertilizantes; os escritórios de marketing e de consultoria contábil; os centros de pesquisa biotecnológica; as empresas de assistência técnica e de transportes de cargas; os serviços de especialista em engenharia genética, veterinária, administração, meteorologia, agronomia, economia, administração pública; os cursos técnicos de nível médio e os cursos superiores voltados ao agronegócio, entre tantas outras atividades.

Percebe-se que toda a construção de fluxos e fixos num determinado território está inteiramente relacionada com processos que são inerentes às dinâmicas da demanda e da organização de um comércio globalizado e altamente dependente entre si. Ou seja, a consolidação de uma política no território é construída e planejada através da ação direta ou indireta de incontáveis agentes globais, difusos no processo e incorporados pela massiva fragmentação das relações de trabalho que, contudo, sempre estão regradas pela economia política do polo hegemônico. O papel do Estado, contudo, sempre é central neste debate, pois é o sujeito que cria as condições efetivas para a instalação de empresas e materialização dos processos produtivos. A concepção de que o capital privado é o motor de desenvolvimento se vê reduzida nessa perspectiva, visto sua grande dependência para/com as diversas políticas de incentivo promovidas pelo Estado.

A análise das características da ampla expansão da agropecuária nacional fornece a base necessária para elaboração da pesquisa, visto que a proposta de analisar a estrutura econômica regional através de sua dinâmica industrial direcionada para o mercado Chinês, precisa ser devidamente situada. Em grande medida, as exportações brasileiras de produtos agropecuários, da indústria de extração e da indústria manufatureira de baixa intensidade tecnológica têm como principal destino o crescente mercado chinês, em amplo processo de desenvolvimento de suas forças produtivas, envolvendo lógicas de produção distintas das brasileiras.

3.2 A RE(ORIENTAÇÃO) DA ECONOMIA BRASILEIRA PARA A CHINA

A cooperação bilateral entre países do eixo Sul Global tem representado o fortalecimento de novas regionalizações globais e uma abrangência comercial de ampla escala de seus mercados

internos. A atual ordem mundial perpassa por uma série de contradições visíveis, que vão desde conflitos armados de escala internacional, até a Guerra Comercial entre Estados Unidos e China, ambos seus respectivos maiores parceiros comerciais. O Brasil se insere na dicotomia da disputa geopolítica com determinado equilíbrio, mas com o pêndulo tendendo cada vez mais para o lado chinês. Pretende-se, neste item, discutir brevemente como a economia brasileira orientou-se para o mercado chinês, ampliando suas relações comerciais a partir do estabelecimento de acordos bilaterais e do entendimento comum a respeito de políticas globais multilaterais, em determinados períodos históricos.

Inseridas nas diversas circunstâncias que levaram aos processos anteriormente analisados, de desindustrialização e reprimarização da economia brasileira, as proximidades do país com determinados países e suas demandas também influenciam os projetos econômicos internos. Aqui pretende-se evidenciar a seguinte questão: à medida que a China superava seus dilemas e contradições após a Revolução de 49 e desenvolvia sua economia doméstica, suas relações de trabalho e seu sistema produtivo (especialmente após as reformas econômicas em 1978, sob a tutela de Deng Xiaoping), permitindo um incremento substantivo na renda média da população, em especial à crescente classe média, o Brasil iniciava na década de 1990, um denso processo de desindustrialização e projetava uma economia dependente da produção de *commodities* que, em grande medida, passaram a ser escoadas para a crescente demanda chinesa. A seguir, será realizada uma recapitulação da trajetória das relações sino-brasileiras, especialmente a partir da segunda metade do século XX.

3.2.1 Trajetória das relações diplomáticas e comerciais Brasil e China.

Conforme aponta Oliveira (2004), as relações entre Brasil e China são anteriores à retomada diplomática de 1974. Desde o século XIX os países possuem relações estabelecidas por acordos comerciais, como o “Tratado de Amizade, Comércio e Navegação” em 1881 e, em 1883, a abertura de um consulado brasileiro em Xangai³⁴. Contudo, os contatos foram escassos devido aos conflitos nos quais a China estava envolvida e, após a Revolução Comunista de 1949, o Brasil rompe as relações diplomáticas com o país, fechando o consulado em Shanghai. As relações diplomáticas entre os países seriam retomadas formalmente durante a Guerra Fria, em

³⁴ O tratado seria assinado dois anos após uma missão brasileira na China em busca de mão de obra não ter sido concretizada, visto que havia no país uma proibição em permitir emigração para outros países. Segundo Oliveira (2004, p. 10) “a razão da não permissão de vinda dessa mão-de-obra ao Brasil decorre essencialmente dos problemas que as primeiras correntes migratórias para o continente americano tinham sofrido, em especial em Cuba, no Peru e na Califórnia”.

1974, inseridas numa perspectiva ainda inicial de Cooperação Sul-Sul, sendo a China o único país asiático a estabelecer relações com o Brasil nesse período.

Após o restabelecimento das relações diplomáticas em 15 de agosto de 1974, a parceria sino-brasileira objetivou uma ação conjunta em tópicos de interesses comuns de desenvolvimento na agenda internacional. Apesar das diferenças em relação aos sistemas políticos, ambos, Brasil e China demonstraram similaridades em alguns princípios de política externa, principalmente a determinação em assegurar a autonomia internacional, sua ênfase na soberania nacional e integridade territorial, opondo-se assim a qualquer tipo de interferência externa nos assuntos internos. China e Brasil apresentaram também posicionamentos similares em relação a outras questões internacionais, tais como a oposição à diplomacia de direitos humanos dos Estados Unidos e a responsabilidade comum à cooperação multilateral Sul-Sul, em especial a oposição ao protecionismo comercial dos países desenvolvidos (OLIVEIRA, 2004, p. 12).

Neste período, o Brasil conduzia seu relacionamento externo com cuidado e com relativa imparcialidade, sempre buscando celebrar acordos comerciais evitando-se quebras diplomáticas com regimes antagônicos. Contudo, segundo Oliveira (2004), as relações bilaterais com a China se mantiveram modestas durante as décadas de 70 e 80, salvo relativa paridade em questões “político-diplomático, realçando as similaridades de posicionamentos comuns frente ao sistema internacional” (OLIVEIRA, 2004).

Durante a década de 90, com a abertura econômica brasileira e crescente presença da China no comércio global, as relações comerciais entre os países ganham novas perspectivas.

A década de 1990 foi marcada pela abertura econômica brasileira e pela maior inserção chinesa no comércio internacional, o que prodigalizou uma aproximação comercial mais estreita entre os dois países. Em 1993, a China declarou o Brasil como parceiro estratégico, o primeiro na América Latina a receber tal designação. Também houve uma aproximação no campo da ciência e tecnologia através do desenvolvimento em conjunto de satélites de sensoriamento remoto (CBERS), o primeiro deles lançado em 1999 e o segundo em 2003, além de cooperação nos setores de biotecnologia, de informática, de desenvolvimento de novos materiais e na área da saúde, para iniciativas de combate à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids), produção de genéricos e pesquisa de novos medicamentos (MASSUQUETTI et al 2013, p. 131).

Contudo, foi a partir dos anos 2000 que as relações sino-brasileiras crescem de forma vertiginosa, fruto de políticas de aproximação com a China que vinham desde os Governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e que graham profundidade nos Governos Lula (2003-2010), de modo que a participação chinesa nas exportações brasileiras cresce de 2%, em 1999, para cerca de 15%, em 2010, tornando-se o principal parceiro comercial do Brasil em 2009.

O presidente Luís Inácio Lula da Silva visitou a China em 2004 – ano em que se comemoraram as três décadas do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países – acompanhado por nove ministros, seis governadores e, aproximadamente, 400 empresários, o que gerou nove atos bilaterais e 14 contratos empresariais assinados. Em 2009, o presidente Lula fez nova visita, na qual foi estabelecido um “Plano de Ação Conjunta” para o período de 2010-2014, contemplando todas as áreas de cooperação bilateral. A presidenta Dilma Rousseff seguiu a mesma política e fez questão de ir à China durante seus primeiros 100 dias no cargo, visita esta que tinha caráter eminentemente econômico. Por sua vez, o presidente chinês Hu Jintao visitou o Brasil em 2004 e em 2010 (BECARD, 2009; JENKINS, 2012 *apud* MASSUQUETTI et al, 2013, p. 135).

Percebe-se um reposicionamento do Brasil a respeito das suas relações bilaterais e multilaterais, motivado pela perspectiva de alinhamento a um país que se apresenta como um modelo de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico e com potenciais possibilidades de complementaridade ou parcerias diversas, além de atender “os objetivos brasileiros de relacionamentos bilaterais e de posições similares nos fóruns multilaterais, de forma a garantir as diretrizes brasileiras de autonomia e diversificação de parcerias” (OLIVEIRA, 2004, p. 14). Ou seja, percebe-se que o Brasil busca reequilibrar suas relações externas e ampliar sua capacidade comercial que, até então, era amplamente dependente dos EUA, que além de ser o maior parceiro econômico, sempre observou (quando não interviu) atentamente todos os setores determinantes da economia brasileira. A China surge como importante aliada nesse processo, especialmente pelo seu protagonismo frente à hegemonia norte-americana, apontando para duas perspectivas: reduzir a dependência política-diplomática externa ao passo que protagoniza importante papel diplomático no cenário global e; vê na China um mercado em potencial para equilibrar a balança comercial brasileira, especialmente através da importação de *commodities*.

O relacionamento sino-brasileiro sempre se apresentou como altamente promissor pela constatação de inúmeras complementaridades no plano econômico e pela contínua presença em ambos os países de uma real vontade política de estabelecimento de uma cooperação tanto no plano bilateral quanto no multilateral (OLIVEIRA, 2010, p. 91).

Não cabe aqui analisar profundamente as tendências pós Guerra Fria quanto ao relacionamento entre países do Sul Global, mas sim, demonstrar como nossa economia passou a redirecionar seus projetos para outras regiões, em especial à Ásia e à China, estreitando posicionamentos, firmando acordos financeiros e comerciais, ampliando a diplomacia nacional e construindo distintos caminhos de diálogo.

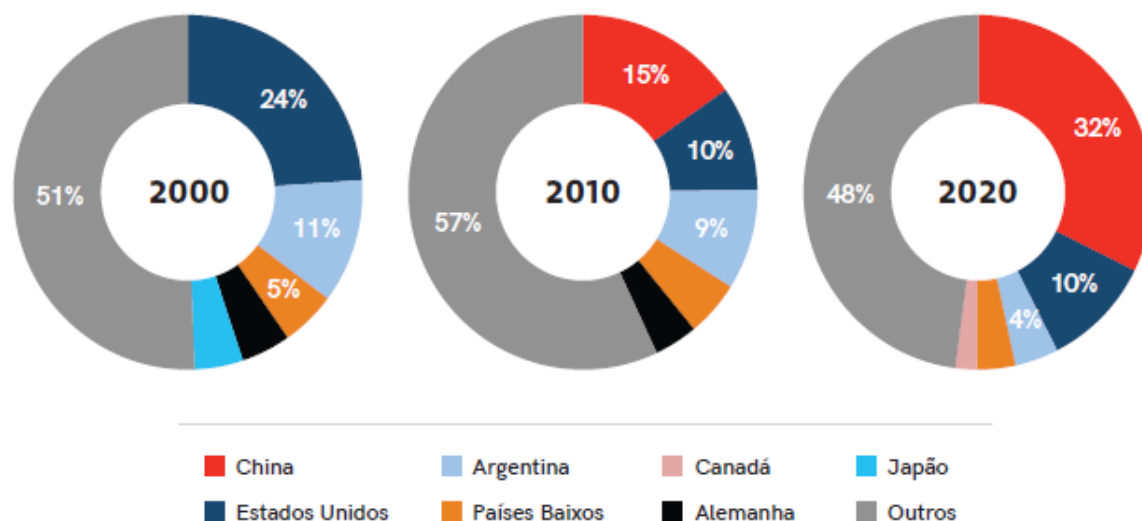
Os acordos comerciais eram o guia das relações sino-brasileiras: em novembro de 2001, foi criada uma joint-venture entre a Companhia Vale do Rio Doce e a siderúrgica Baosteel; em agosto de 2002, foi assinado um acordo de equivalência sanitária que abre possibilidades de

exportação de carne bovina e de frango; em setembro de 2002, foi concluída a parceria entre a Embraer e a empresa aeronáutica chinesa AVIC2 (OLIVEIRA, 2004); ainda em 2002 o ingresso da China na OMC intensificou as possibilidades de comércio; em 2004, o presidente da China Hu Jintao visitou o Brasil, momento em que foi assinado o ‘Memorando de Entendimento sobre Comércio e Investimentos’, o qual previa, dentre outros pontos, que o Brasil reconheceria a China como economia de mercado; em 2004 as empresas exportadoras com interesses na China formaram o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), buscando reforçar as relações econômicas entre os países; em 2006 foi formada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban); em 2007 estabeleceu-se o Diálogo Estratégico Brasil-China; em 2008 instituiu-se a agenda China e o Diálogo Financeiro Brasil-China; em 2010 o Plano de Ação Conjunta Brasil - China, 2010-2014 (MASSUQUETTI et al 2013). Os acordos e ações acima destacados são ainda complementados por diversas visitas diplomáticas entre representantes de ambos os países³⁵ e demais projetos de cooperação, tanto na esfera bilateral como multilateral, com ênfase para o BRICS.

A ampliação das relações comerciais brasileiras com a China, a partir da agenda de aproximação diplomática e econômica acima descrita, intensificou de forma intensa e rápida o comércio entre os países. Os gráficos abaixo, por exemplo, demonstram como a China vem ampliando sua participação na economia nacional, tanto nas relações comerciais (participação nas exportações brasileiras), quanto na realização de investimentos diretos.

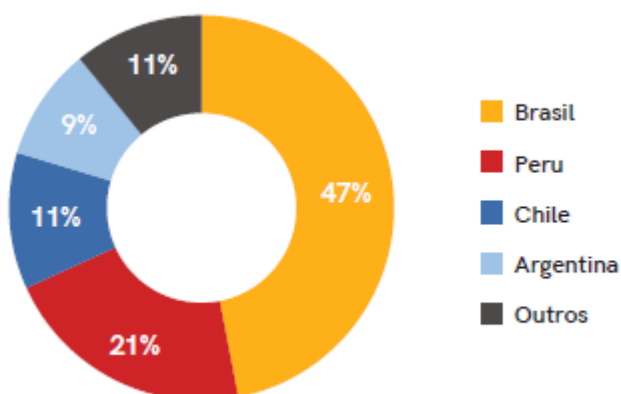
³⁵ Destaque para a visita da Presidenta Dilma à China em 2011, resultando no anúncio de diversos incentivos para realização de cooperação em áreas de pesquisa científica, tecnológica e inovação, além de oportunidades de negócios para empresas brasileiras (MASSUQUETTI et al 2013), além das visitas do presidente Lula em 2023 e do reforço entre os países nas cooperações institucionais, como no BRICS e demais alinhamentos em pautas de interesse mútuo e internacional. Detalhes da visita podem estar disponíveis em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/04/presidente-lula-realiza-terceira-visita-de-estado-a-china-1>.

Gráfico 8 - Evolução dos principais destinos das exportações do Brasil (em %, considerando o valor dos embarques).



Fonte: Cariello, 2021.

Gráfico 9 - Estoque de investimentos chineses na América do Sul entre 2005 e 2020 (em % dos valores).



Fonte: Cariello, 2021.

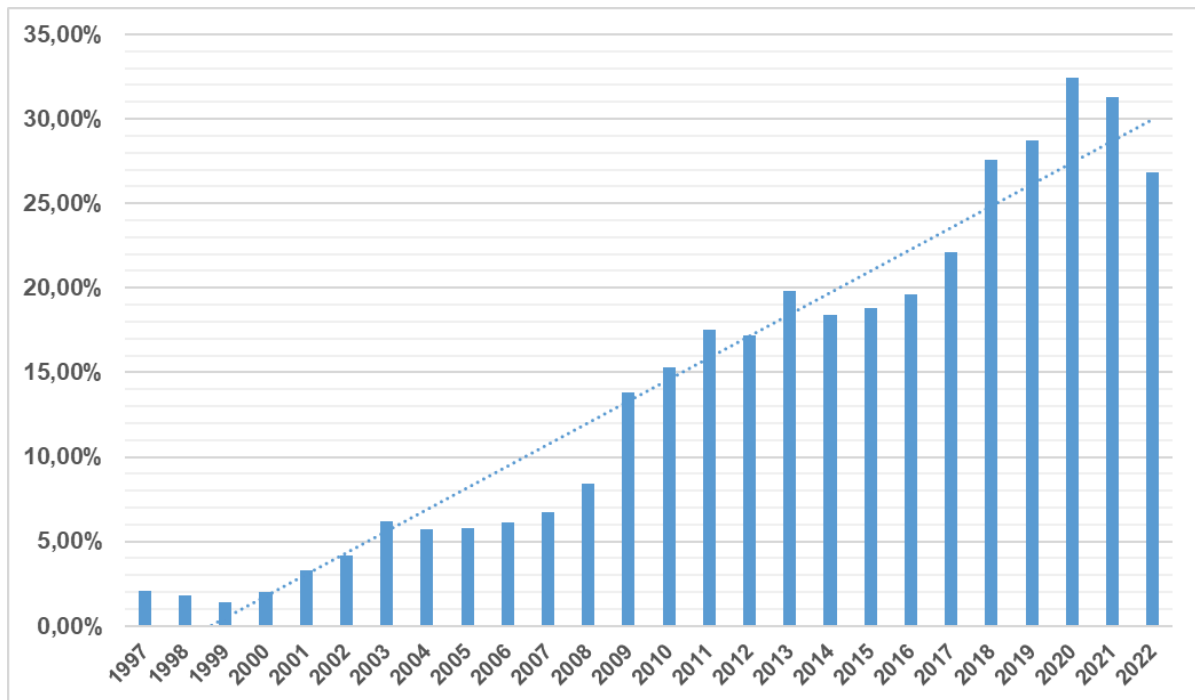
As rápidas transformações internas ocorridas na China, conforme abordado anteriormente, especialmente o crescimento da demanda interna por recursos naturais e bens primários, além de sua inserção no comércio global a partir do ingresso na OMC em 2002, promoveram uma alta nos preços das *commodities* globais.

A elevação do preço das *commodities* permitiu um crescimento generalizado das exportações tanto dirigido diretamente para a China — contribuindo em muitas delas para um saldo comercial elevado — quanto para o resto do mundo; por outro lado, no

caso das economias mais diversificadas (Argentina e Brasil) o maior crescimento dos países primário especializados permitiu aumentar as exportações não apenas de commodities mas a de bens industriais (ainda que a taxas menores) para estes mercados, gerando inclusive superávit comercial com os países da América do Sul (MEDEIROS; CINTRA, 2015, p. 38 *apud* PELLA, 2019).

Entende-se aqui, que a grande expansão do agronegócio brasileiro está relacionada também, à valorização das *commodities* no mercado internacional e a visão de um mercado consumidor altamente potencial, o chinês. Analisando a última década, percebe-se que as relações sino-brasileiras foram ampliadas, aumentando ainda mais a dependência do Brasil em relação à China. No ano de 2020, por exemplo, a China sozinha teve maior participação nas exportações brasileiras (32,4%) que a União Europeia e a América do Norte juntas (13,2% e 14,1%, respectivamente).

Gráfico 10 - Série Histórica das Exportações Brasileiras com destino à China.

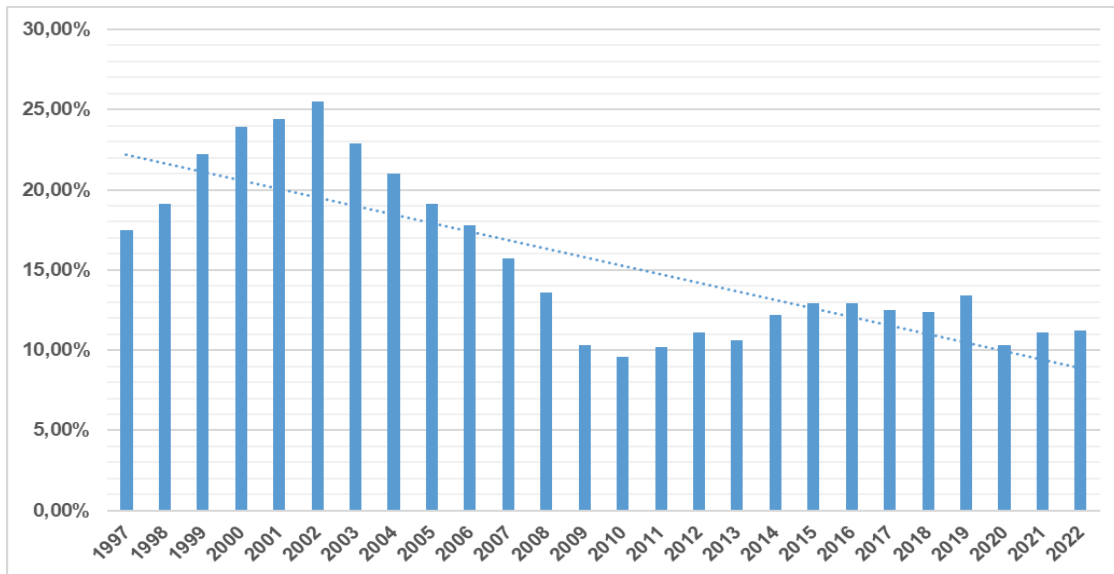


Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / Ministério da Economia, 2023³⁶. Elaboração própria.

Enquanto isso, a participação dos Estados Unidos, que em 2002 representavam 25,5% das exportações brasileiras, duas décadas depois viram sua participação cair para 11,6%.

³⁶ Disponível em: <https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/p.html>.

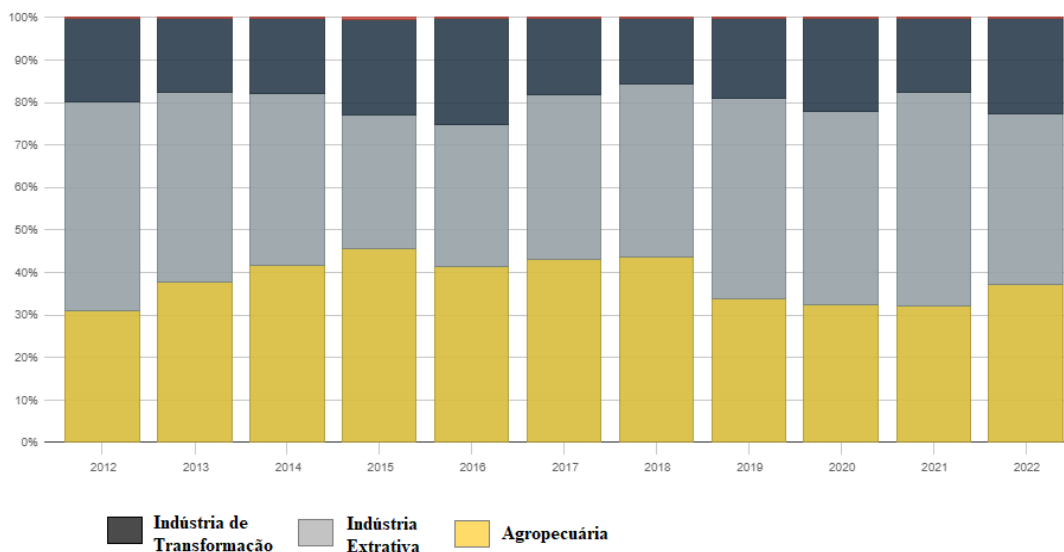
Gráfico 11 - Série Histórica das Exportações Brasileiras com destino aos Estados Unidos (% do valor em US\$).



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / Ministério da Economia, 2023. Elaboração própria.

A perda na participação norte-americana aparenta estar diretamente relacionada com o redirecionamento da pauta das exportações brasileiras e sua vinculação com novos mercados emergentes. Contudo, o redirecionamento das exportações com destino à China evidenciam análise anterior, a respeito dos processos de desindustrialização e reprimarização das exportações, ficam ainda mais evidentes quando analisadas as principais atividades econômicas e os principais produtos exportados.

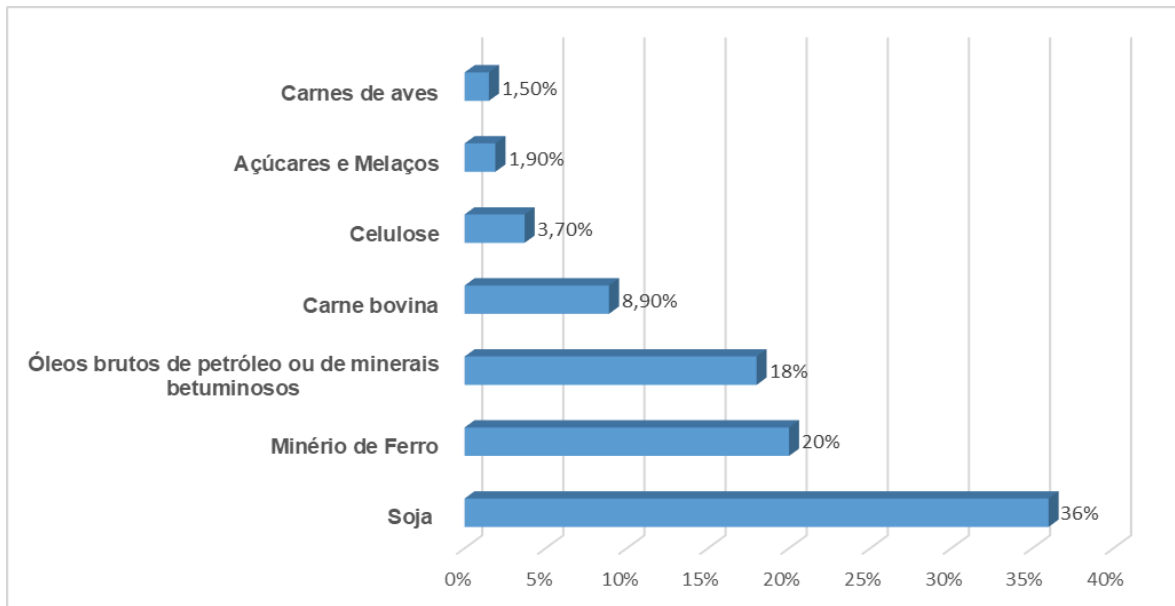
Gráfico 12 - Série Histórica das Exportações Brasileiras por Classificação da atividade econômica com destino à China (% do valor em US\$).



Fonte: Comex Stat, 2023.

O gráfico acima apresenta relativa tendência de predomínio da indústria de extração e da agropecuária na pauta exportadora. No ano de 2022 ambas contribuíram com 40,01% e 37,3%, respectivamente, enquanto a Indústria de transformação teve participação de 22,5%. Contudo, os produtos exportados são de baixo valor agregado³⁷ e relacionados especialmente ao setor alimentício, conforme aponta o Gráfico 12.

Gráfico 13 - Participação dos Principais Produtos Exportados pelo Brasil com destino a China - 2022 (% do valor em US\$).

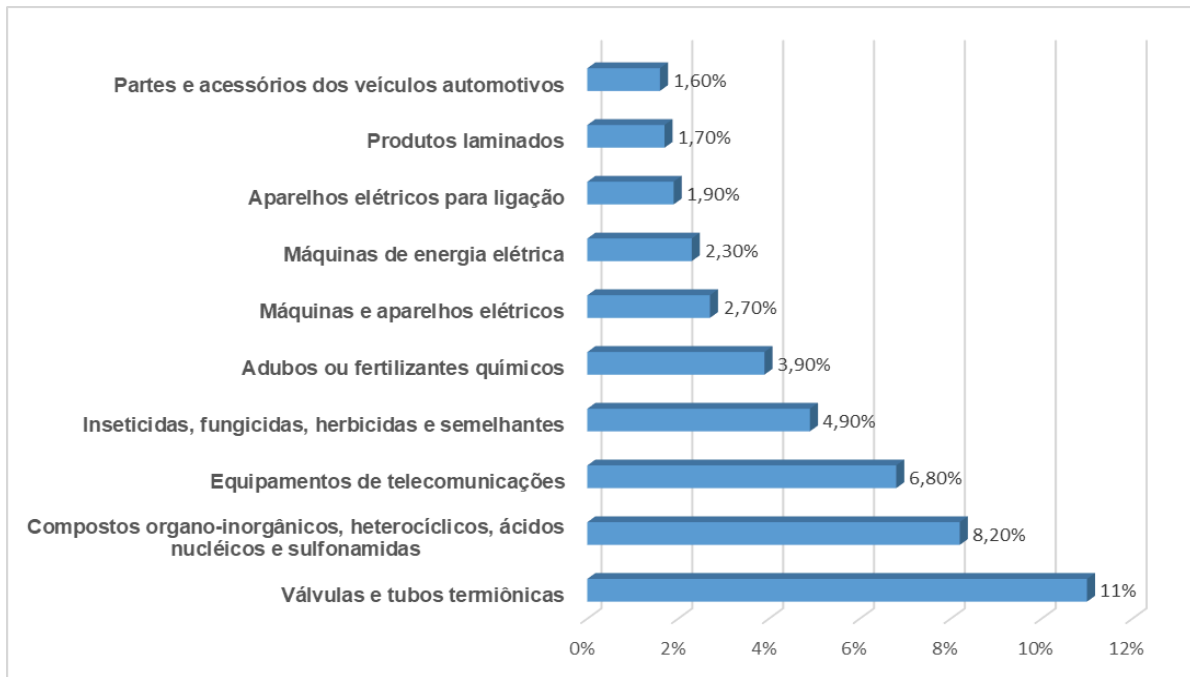


Fonte: adaptado de Comex Stat, 2023.

Tanto a especialização quanto a dependência brasileira ficam ainda mais visíveis quando analisados os números relacionados à importação por setor produtivo: desde o ano de 2018 as importações brasileiras da Indústria de Transformação chinesa representam mais de 98% do total (em 2022 representou 99,7%). Ao passo que os principais produtos exportados são provenientes da agropecuária, da indústria de extração ou da indústria de transformação de baixa intensidade tecnológica, os produtos importados pelo Brasil são, em grande maioria, de maior valor agregado e de maior intensidade tecnológica, conforme o gráfico 12.

³⁷ Vale destacar, que apesar dos produtos possuírem baixo valor agregado, a produção agrícola e agroindustrial brasileira conta com modernas ferramentas, de médio/alta intensidade tecnológica.

Gráfico 14 - Participação dos Principais Produtos Importados pelo Brasil da China - 2022 (% do valor em US\$).



Fonte: adaptado de ComexStat, 2023.

Percebe-se que a exportação dos produtos brasileiros para China é muito concentrada em determinados setores produtivos, ao passo que os 4 principais produtos exportados representam mais de 80% das exportações. Já as exportações chinesas para o Brasil, visto a maior diversificação do seu complexo industrial, são mais diversificadas.

Em grande medida, a consolidação do setor agroindustrial no Brasil se explica pela sua alta capacidade produtiva interna e pela sua inserção estratégica no mercado internacional de *commodities* e demais produtos derivados do setor primários, contexto no qual a China emerge com principal centro consumidor potencial global e amplia as possibilidades de absorção do mercado exportador brasileiro. Desta forma, a construção e consolidação de circuitos espaciais produtivos vinculados ao setor agroindustrial em diversas regiões do país podem ser entendidas tão somente a partir da análise de suas relações e conexões multiescalares com processos complexos e altamente voláteis. O próximo item pretende analisar a inserção do estado de Santa Catarina nesse cenário, abordando com maior ênfase o capital agroindustrial no oeste do estado.

4. DINÂMICAS E ASPECTOS GERAIS DA ECONOMIA DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA E SUA RELAÇÃO COM A CHINA

A devida preocupação referente às atuais características da economia nacional e sua prospecção para o mercado Chinês, facilita a inserção do cenário regional em análise. Num primeiro momento, neste capítulo, discute-se o atual panorama econômico do estado e sua respectiva especialização regional produtiva, da qual insere-se o oeste catarinense, que é a região objeto central de análise do trabalho. A formação dos circuitos produtivos da região e suas complementaridades serão analisadas, especialmente em relação à formação e consolidação da atividade agroindustrial, com ênfase nas relações comerciais chinesas, visto a crescente presença do mercado oriental nas exportações de produtos manufaturados do estado de Santa Catarina.

O presente item se concentra numa pesquisa bibliográfica e exploratória/quantitativa a respeito da economia do estado de Santa Catarina, demonstrando suas tendências e relações comerciais internacionais, especialmente com a China. Num segundo momento, a investigação se aprofunda no estudo da região Oeste, sua estrutura produtiva, atividades econômicas e suas relações comerciais externas com a China.

4.1 ASPECTOS GERAIS DA ECONOMIA DE SANTA CATARINA E SUAS RELAÇÕES COMERCIAIS COM A CHINA

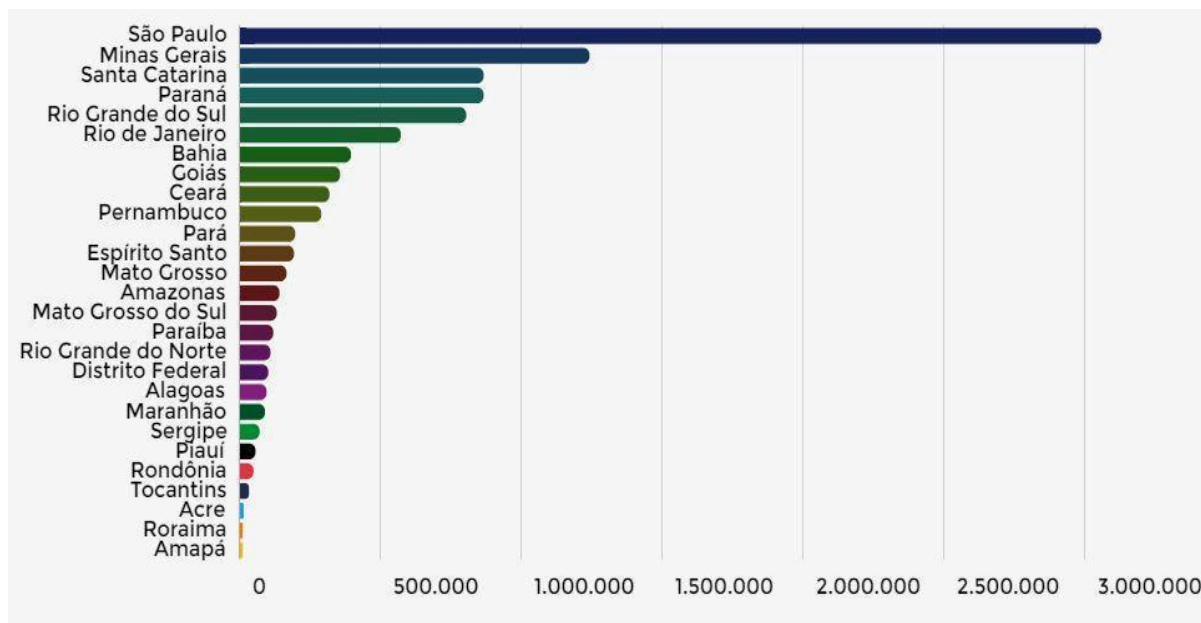
Santa Catarina é um Estado de aproximadamente 7,6 milhões de habitantes e possui o sexto maior PIB do país, com cerca de R\$ 428 bilhões, e o terceiro maior PIB per capita, que ultrapassa R\$ 58 mil, de acordo com dados referentes a 2021 (IBGE, 2021). No ranking de complexidade econômica de 2019, que reflete o grau de sofisticação que as economias possuem quando comparadas entre si (CAVALCANTE, *et al*, 2020), Santa Catarina aparece na segunda posição, atrás apenas do estado de São Paulo. Segundo dados do governo estadual de Santa Catarina para o ano de 2021, a participação da indústria de transformação no PIB estadual foi de 21,4%, sendo a maior entre todas as unidades da federação, enquanto a agropecuária participou de 6,7% e o setor de serviços corresponde a maior fatia, de 65,8%.³⁸

De acordo com os dados da FIESC, referentes ao ano de 2021, no setor da indústria o estado de Santa Catarina registrou 8,37% da participação total de empregados do setor no país

³⁸ Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/pib-de-santa-catarina-cresce-68-e-e-o-sexto-maior-do-pais/>. Acesso em 10/10/2023.

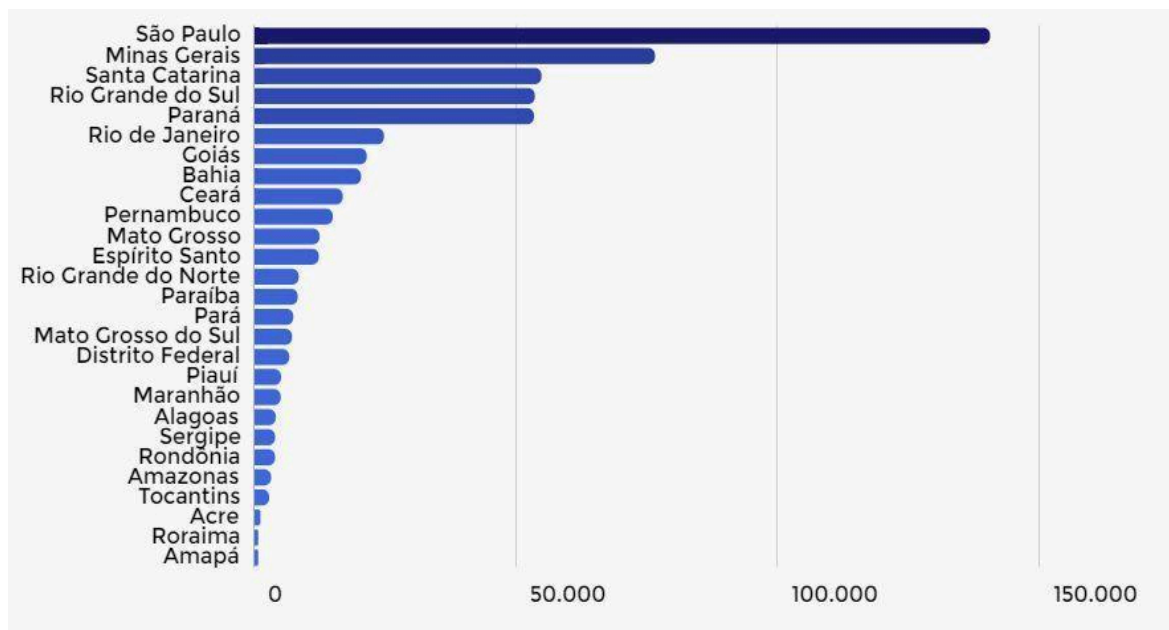
(terceiro colocado, conforme o Gráfico 10) inseridos em mais de 54 mil estabelecimentos industriais (também o terceiro colocado no país, conforme aponta o Gráfico 11).

Gráfico 15 - Número de empregos na Indústria por Unidade Federativa no ano de 2021.



Fonte: Observatório FIESC, 2023.

Gráfico 16 - Número de estabelecimentos industriais por Unidade Federativa no ano de 2021.

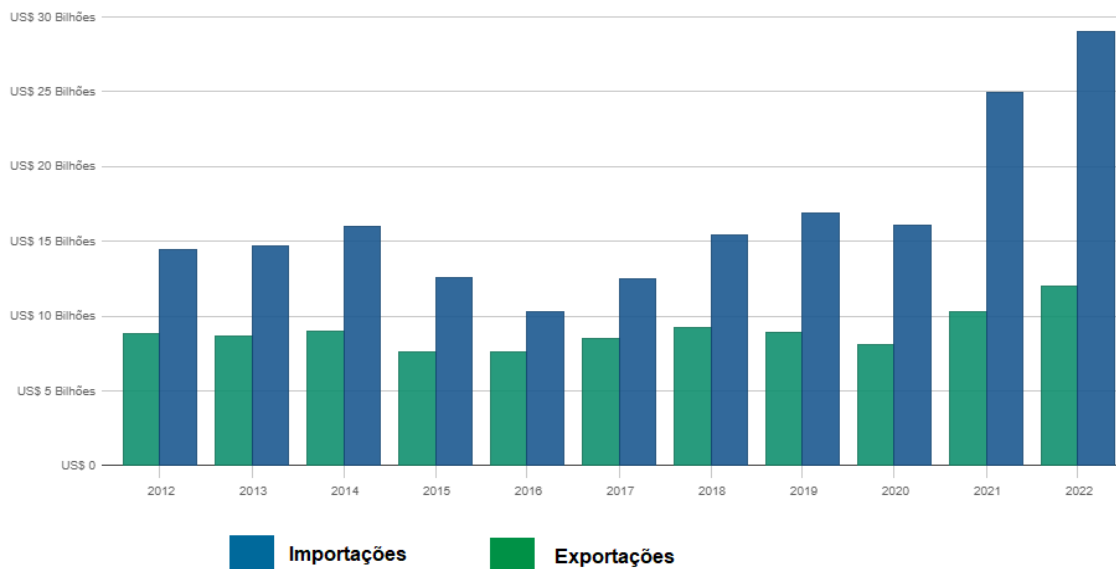


Fonte: Observatório FIESC, 2023.

Os dados analisados demonstram que o estado possui uma maquinaria produtiva relativamente ampla, que possibilita um leque de produtos mais diversos na sua base produtiva, além de refletir na melhora da renda média e do emprego formal, capaz de impulsionar a

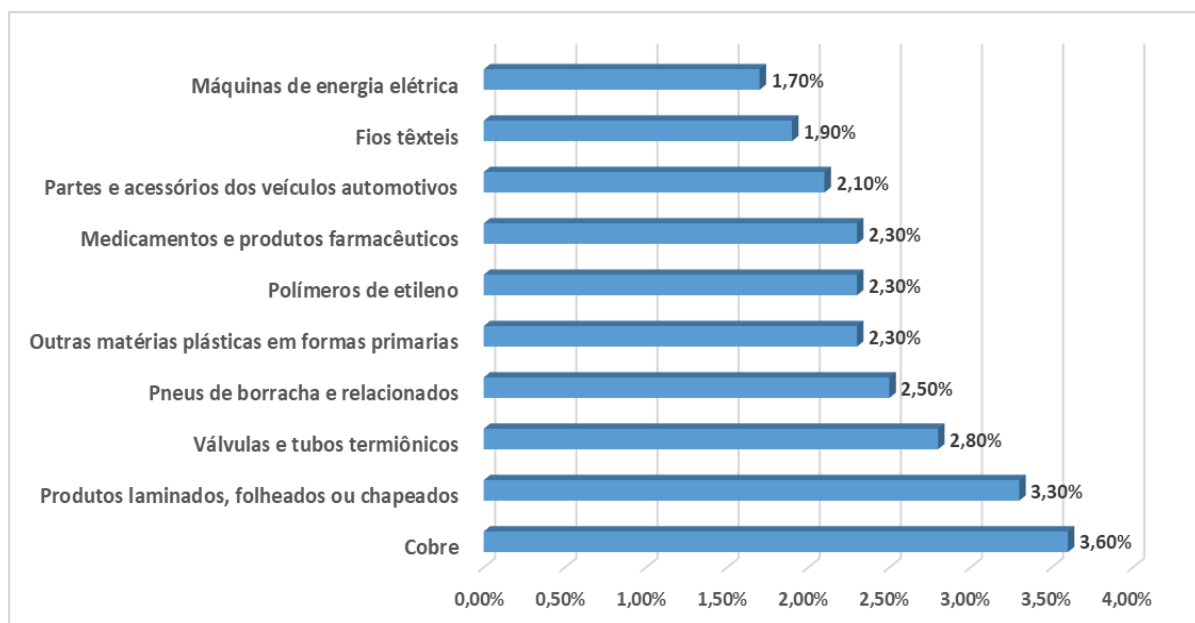
movimentação de todo o setor de comércio e serviços. Quando analisados os dados referentes ao comércio internacional no qual o estado está inserido, é possível identificar a forte presença da indústria de transformação e a grande diversidade de produtos. A Balança Comercial de Santa Catarina possui, historicamente, um caráter deficitário (Gráfico 12), em parte pela elevada demanda de importação de insumos básicos utilizados na Indústria de Transformação (Gráfico 13), além do papel desempenhado pelo Porto de Itajaí nas importações totais do Brasil.

Gráfico 17 - Evolução da Balança Comercial de Santa Catarina, 2012-2022.



Fonte: Comex Stat, 2023.

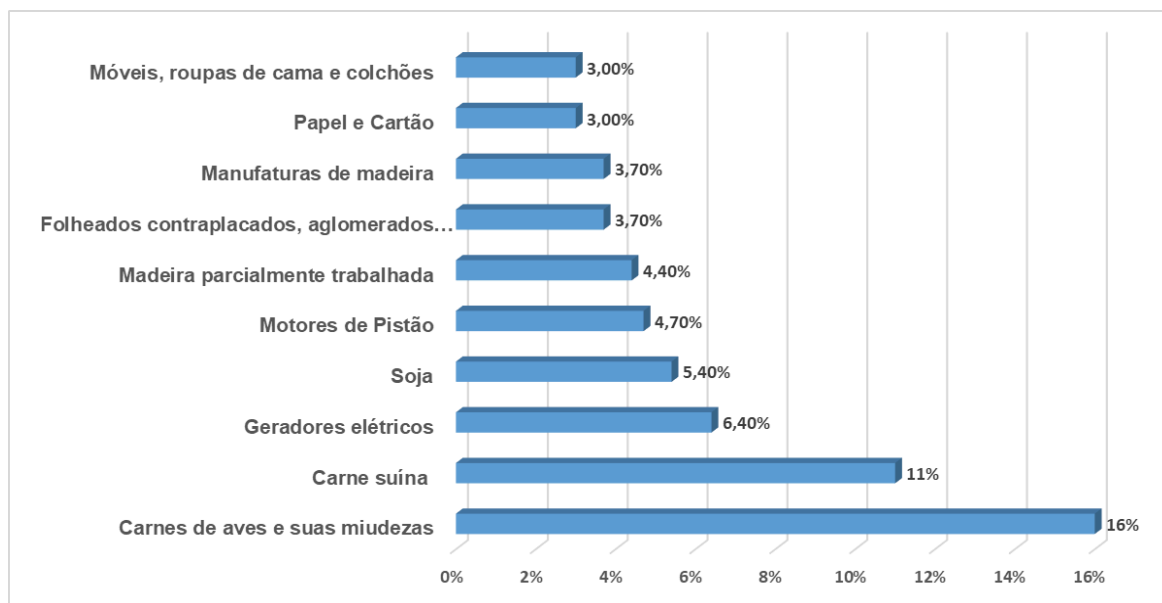
Gráfico 18 - Principais produtos importados em Santa Catarina no ano de 2022.



Fonte: adaptado de ComexStat, 2023.

Em relação às exportações, prevalece o setor agroindustrial de carnes de aves e carne suína, com destaque também para o setor automotivo e elétrico na produção de Partes de motor e Motores Elétricos, conforme o Gráfico 12. Vale destacar que dentre os principais produtos exportados pelo estado, apenas a soja não se enquadra no setor da Indústria de Transformação.

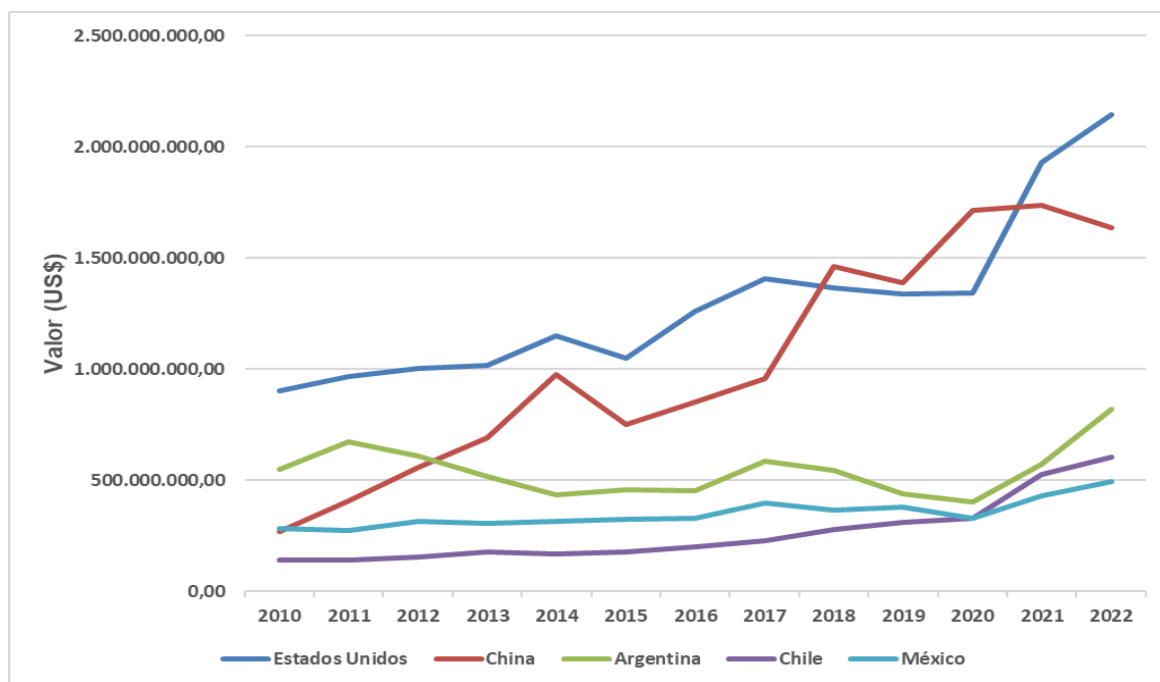
Gráfico 19 - Principais produtos exportados em Santa Catarina no ano de 2022.



Fonte: adaptado de ComexStat, 2023.

O destino das exportações, objeto central da pesquisa, demonstra um relativo equilíbrio entre os Estados Unidos e a China nos últimos anos, com destaque para o crescimento quase contínuo e relativamente acelerado na participação do país asiático, que ultrapassou parceiros comerciais importantes do estado e passou a ser o segundo maior comprador em 2013, figurando na ponta da lista em 2018, 2019 e 2020 (gráfico 15).

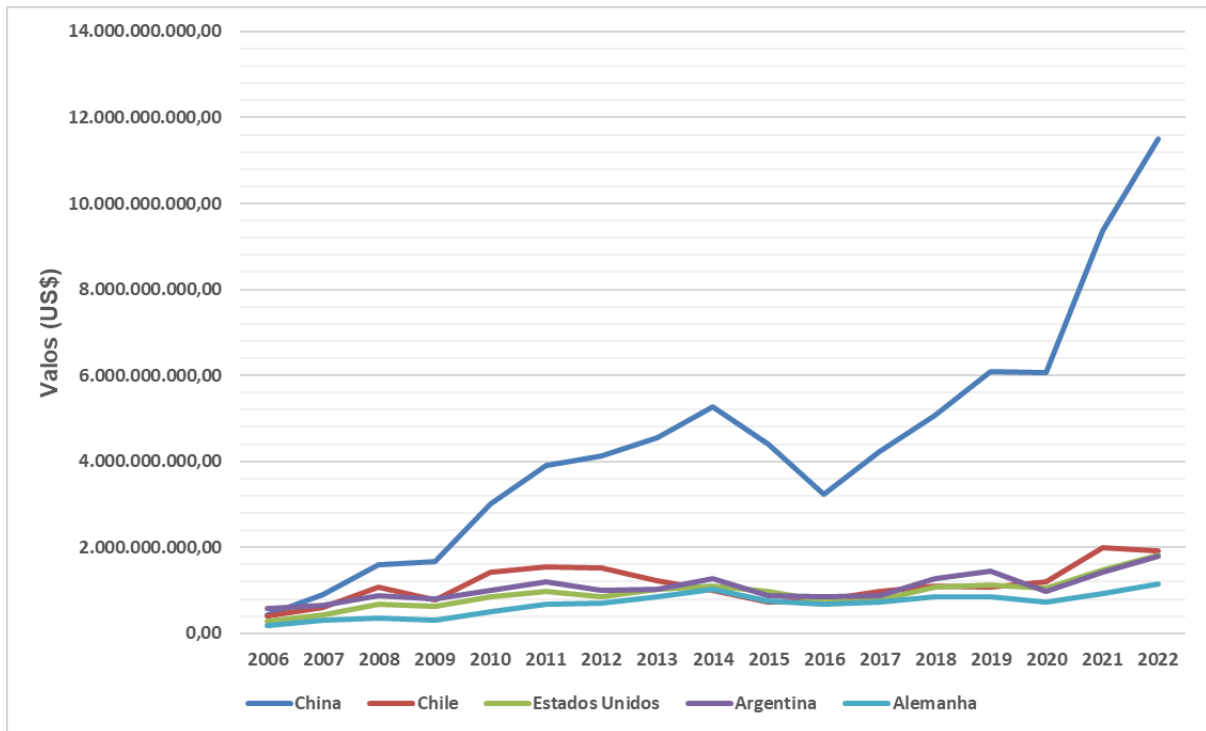
Gráfico 20 - Principais parceiros econômicos de Santa Catarina, série histórica das exportações de 2010 a 2022. Valor FOB (US\$).



Fonte: adaptado de ComexStat, 2023.

O exponencial crescimento das exportações com destino a China, que em 2022 representou 13,69% do total exportado, é um dado de grande relevância e que demonstra a consolidação da tendência de aumento das relações comerciais entre Santa Catarina e o país asiático. Quando observados os principais parceiros econômicos do estado catarinense nas importações, a China aparece com ampla distância como principal parceiro comercial desde 2007 (gráfico 16).

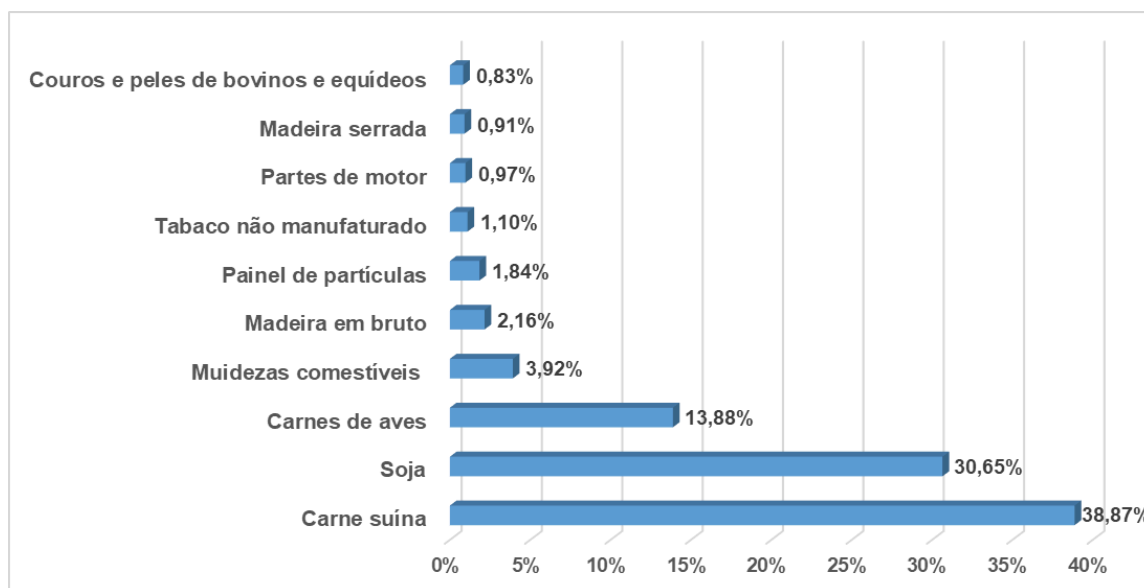
Gráfico 21 - Principais parceiros econômicos de Santa Catarina, série histórica das importações de 2006 a 2022. Valor FOB (US\$).



Fonte: adaptado de ComexStat, 2023.

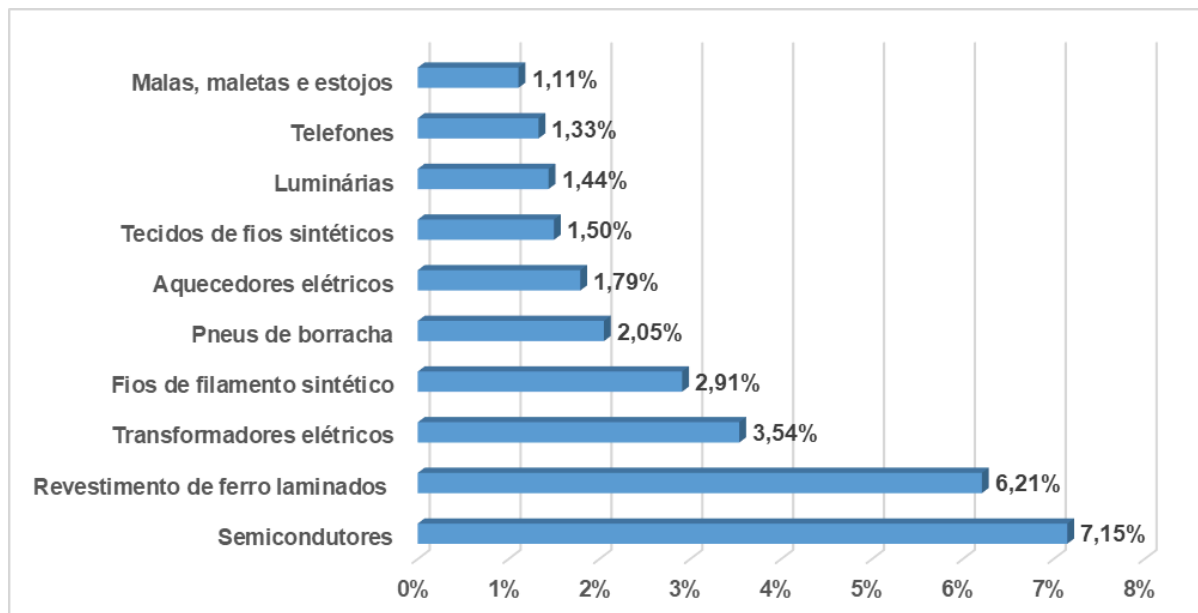
A crescente presença chinesa na economia do estado se insere nas tendências econômicas analisadas nos itens anteriores, especialmente em relação à forte procura por produtos primários brutos ou provenientes da agroindústria por parte da China e pela grande procura por bens industrializados por parte de SC. Do total das exportações com destino à China, o setor de Alimentos e Bebidas representou 57,27% do total, enquanto a Agropecuária totalizou 33,92%, tendo nesses dois setores mais de 91% do total das exportações. Os dados demonstram que, apesar da considerável diversidade da indústria catarinense, quando se trata das relações com a China as tendências em escala nacional se materializam, com ampla exportação de produtos de baixa intensidade tecnológica relacionados ao setor agropecuário e agroindustrial, ao passo que as importações são caracterizadas por produtos de maior valor agregado.

Gráfico 22 - Participação dos Principais Produtos Exportados por Santa Catarina com destino a China - 2022.



Fonte: adaptado de Observatório FIESC, 2023.

Gráfico 23 - Participação dos Principais Produtos Importados por Santa Catarina com destino a China - 2022.



Fonte: adaptado de Observatório FIESC, 2023.

O item seguinte, segue o caminho metodológico proposto e comprime o espaço de análise, caracterizando a mesorregião do Oeste do estado e demonstrando suas características e

especificidades produtivas, como a densa especialização produtiva regional e seus crescentes vínculos com a China.

4.2 ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA REGIONAL DO OESTE CATARINENSE

A presente pesquisa centrou seus esforços em relacionar fenômenos de aparências, magnitudes e formas completamente distintas, que variam sua abrangência no espaço de acordo com as características historicamente e espacialmente determinadas. Desta forma, o trabalho vai comprimindo sua escala de análise do global em direção a um maior grau de complexificação, na direção do que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) denomina de mesorregião do Oeste catarinense.

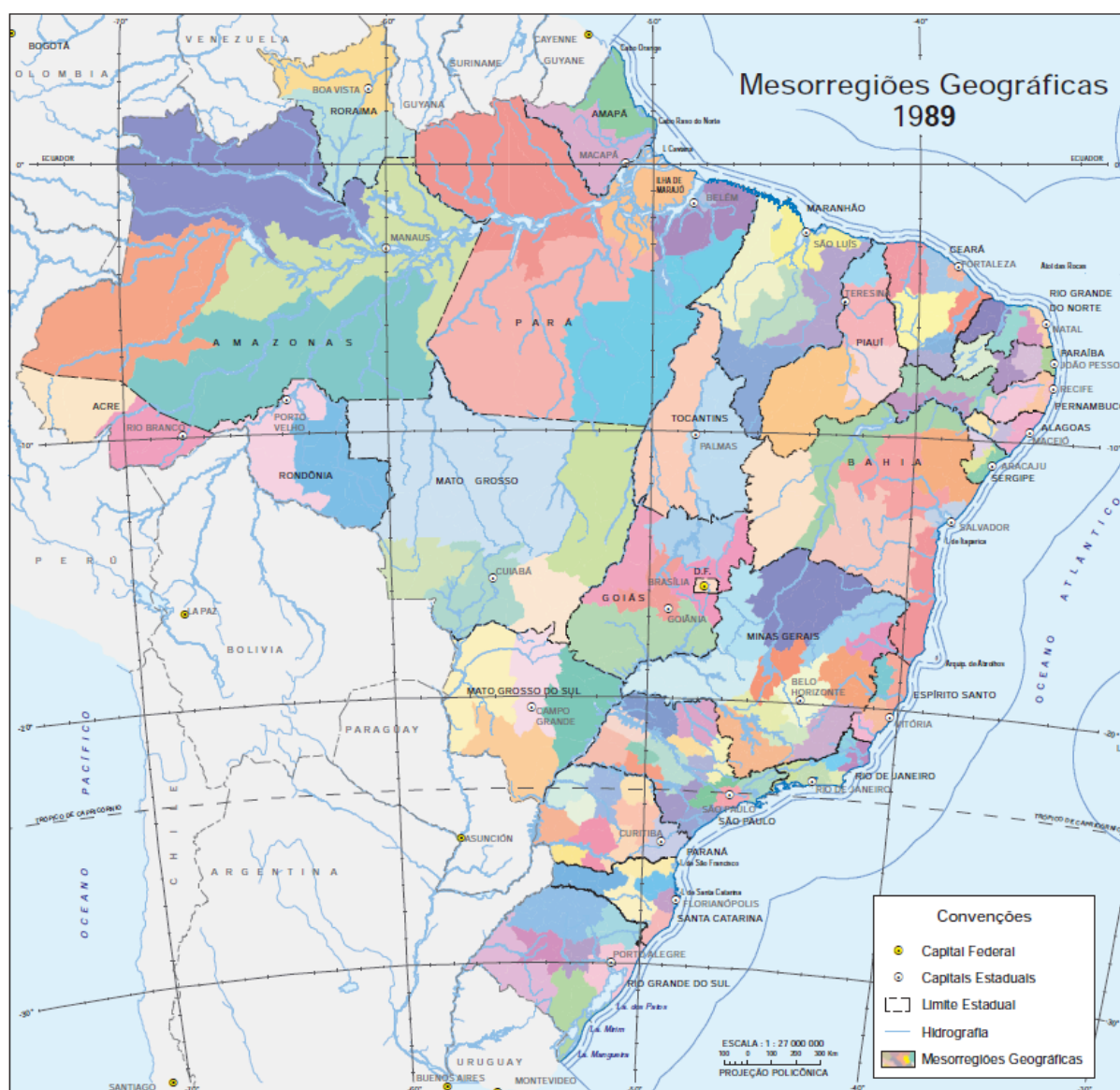
O propósito de se analisar características do mercado internacional e de seus respectivos agentes, como no caso da China, além de compreender as tendências do Brasil em meio às novas imposições externas, encontra-se na intenção de situar a região Oeste em meio às dinâmicas analisadas, a fim de compreender os circuitos regionais produtivos e a forma como se relacionam com elementos externos. Pretende-se na sequência deste trabalho, analisar as dinâmicas regionais e suas respectivas dinâmicas territoriais predominantes tendo como referência a relação externa com a China.

A pesquisa leva em consideração a regionalização que trata do recorte espacial em mesorregiões e microrregiões, elaborado pelo IBGE em 1990, na análise da formação socioespacial regional. Entende-se que, a depender do objeto ou município analisado, diferentes abordagens podem ser utilizadas para compreender melhor o fenômeno em questão.

Quanto à metodologia e seus respectivos termos conceituais, a noção de mesorregião está relacionada com o processo analítico de identificação de escalas regionais, conforme os mapas 7 e 8, que inseridas em suas respectivas unidades federativas compartilham determinados conjuntos de características construídas ao longo do tempo e que se relacionam com grau significativo de complementaridade.

Entende-se por Mesorregião uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresenta forma de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como Mesorregião tenha uma identidade regional. Essa identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou (IBGE, 2017, p. 73).

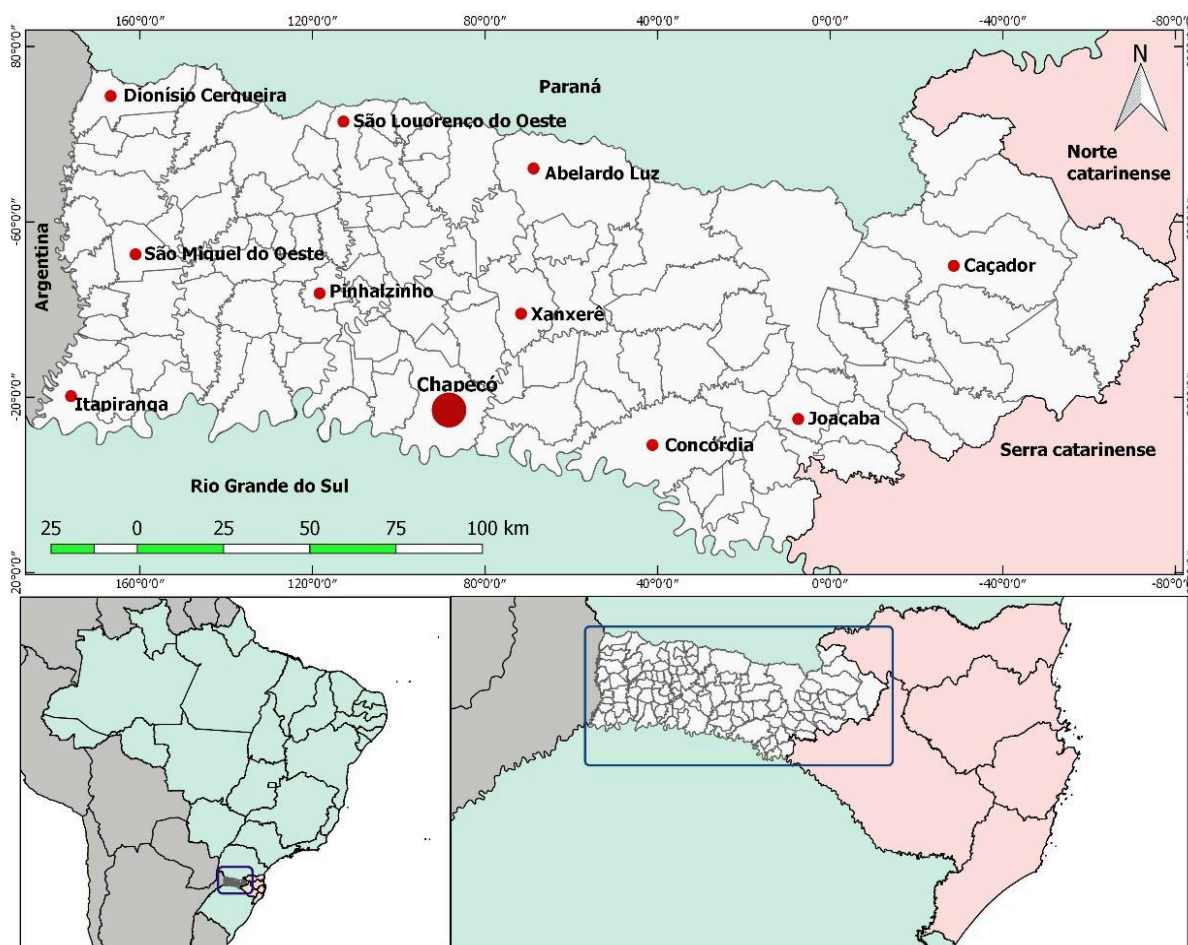
Mapa 7 - Divisão Regional do Brasil - Mesorregiões Geográficas - 1989.



Fontes: Divisão Regional do Brasil, 2017³⁹.

³⁹ Fontes: Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. v. 1. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600>>. Acesso em: janeiro de 2023.

Mapa 8 - Localização geográfica da mesorregião Oeste catarinense, divisão municipal e principais cidades.

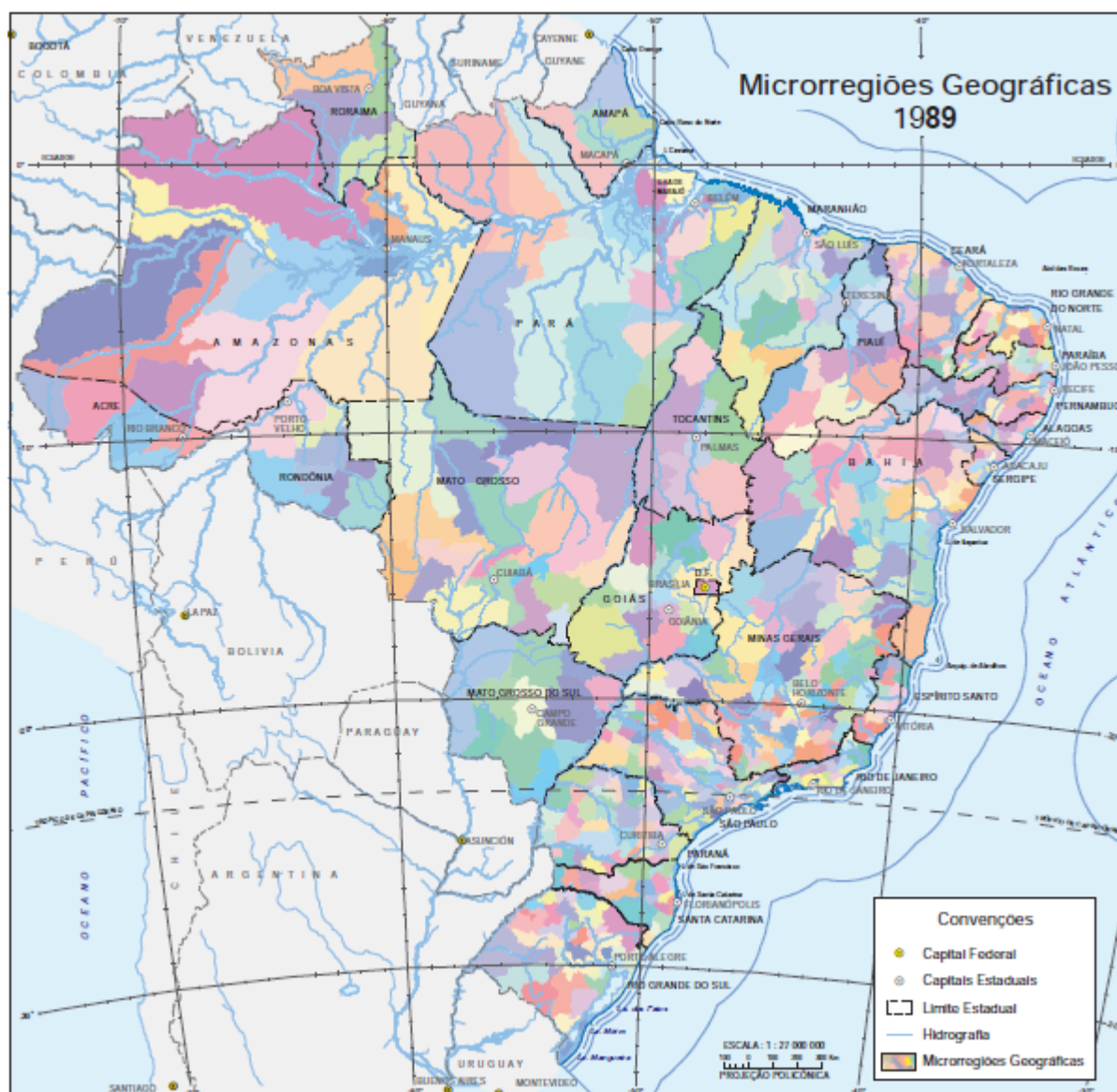


Fonte: DENTZ, 2022.

Determinadas dinâmicas espaciais já demonstram maior grau de diversificação e diferenciação num determinado quadro regional resultado das transformações econômicas, demográficas, políticas e ambientais ocorridas ao longo das últimas décadas, fazendo-se necessário o estreitamento dos recursos analíticos na perspectiva escalar, sendo as microrregiões geográficas também de grande valia.

As Microrregiões Geográficas, consideradas como partes das Mesorregiões, foram definidas por suas especificidades quanto à estrutura da produção agropecuária, industrial, extrativa mineral e pesqueira. Para a compreensão das especificidades da estrutura produtiva, utilizaram-se, também, informações sobre o quadro natural e sobre relações sociais e econômicas particulares, compondo a vida de relações locais pela possibilidade de atender à população por meio do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos (IBGE, 2017, p. 74).

Mapa 9 - Divisão Regional do Brasil - Microrregiões Geográficas - 1989.



Fonte: IBGE - Divisão Regional do Brasil, 2017⁴⁰.

⁴⁰ Fontes: Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. v. 1. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600>>. Acesso em: janeiro de 2023.

Mapa 10 - Localização das microrregiões (IBGE) do Oeste catarinense e principais cidades - 2018.



Fonte: Motter, 2017.

Durante a pesquisa, esses recortes especiais irão prevalecer nas análises, especialmente pela compatibilidade espacial dos recortes geográficos com as plataformas de pesquisa utilizadas, como o ComexStat, o Fiesc Observatório e a Pesquisa da pecuária municipal do IBGE Sidra. Vale mencionar, que ao longo do texto, os termos “região Oeste” ou “Oeste catarinense” fazem menção direta ao recorte da mesorregião do Oeste de Santa Catarina.

Percebe-se que o conceito de região está intrínseco as análises vindouras e sua interpretação, muito valorosa a Geografia, refere-se a um conjunto variado de escalas, desde municípios ou espaços territorialmente delimitados pela abordagem em questão, até países e blocos regionalizados de poder global, conforme visto nos capítulos anteriores.

Neste sentido, considera-se que, nesta tese, sempre que for tocado no termo região, estar-se-á se referindo à “força motriz” que constitui uma região, isto é, forma, função, estrutura e processo. Trata-se de considerar que a organização do espaço regional está sempre em marcha, em situação de mudança (SANTOS, 1990 *apud* DENTZ, 2022, p. 27).

Compreendendo a dinamicidade espacial nos eventos abordados, o estudo aqui pretendido será organizado da seguinte forma: num primeiro momento, fará-se uma revisão bibliográfica a respeito da formação econômica da região Oeste de Santa Catarina, enfatizando-se o papel do Estado como sujeito de regulação, criação e organização do espaço e dos circuitos espaciais produtivos; em seguida, as análises serão centradas nas dinâmicas recentes da região e de alguns municípios selecionados, tendo como base uma busca e coleta de dados quantitativos com a finalidade de demonstrar os vínculos regionais com a China; por fim,

pretende-se analisar a vulnerabilidade regional visto uma estruturação produtiva voltada a atender as demandas externas.

4.2.1 Formação socioespacial da Região Oeste de Santa Catarina

A produção das dinâmicas econômicas da região Oeste catarinense será analisada, pontualmente, tendo como base os estudos de Dentz (2022), Motter (2020) e Pertille (2008). A proposta do presente item é entender de que forma a economia da região analisada estabeleceu determinadas especializações produtivas e como tem dinamizado sua economia em tempos recentes.

Conforme analisado no capítulo anterior, a indústria manufatureira tem reduzido sua participação na composição geral da economia brasileira nas últimas décadas. Essas considerações, em certa medida, também são válidas para a região do Oeste catarinense, mas conforme orienta Dentz (2022, p. 31), o setor da indústria “nos segmentos de alimentos, móveis, madeiras e máquinas e equipamentos, é bastante expressivo”.

Desde já, cabe enfatizar que a estrutura produtiva regional não é fruto do acaso, ou de uma suposta ‘vocação’ para produção agrária. A atuação do Estado como sujeito de alavancagem e consolidação dos agronegócios na região através de medidas institucionais, tem papel determinante (DENTZ, 2022). Segundo o autor, os avanços técnicos provenientes da revolução verde⁴¹ na década de 60, tão somente chegaram as propriedades, mesmo que de forma desigual, através de políticas de financiamento de crédito direcionado para a agricultura e a pecuária.

Com isso, pode-se inferir que a modernização da agricultura, além de todas as mudanças provocadas no espaço rural, visou, a todo momento, à entrada do capital no campo. Indiferentemente do que ocorreu em outras partes do Brasil, no Oeste de SC a agricultura está ligada à integração das unidades produtivas – pequena, média e grande – com as redes de produção locais e extralocais. Esse sistema de integração é voltado para a compra e venda de insumos industrializados, bem como a industrialização dos próprios produtos agrícolas, de modo que se adeque às demandas e exigências do mercado nacional e internacional de alimentos processados. Neste sentido, à medida que o Oeste catarinense se tornou uma região especializada no processamento de produtos derivados da agropecuária, maior foi sendo a intervenção do Estado e do governo estadual para a consolidação dessas atividades (DENTZ, 2022, p. 85).

O autor realiza um amplo estudo das políticas governamentais destinadas a região, em especial a criação de bancos, fundos e programas visando a modernização da produção agropecuária e industrial em diferentes níveis técnicos, destacando-se: o Banco de

⁴¹ Termo utilizado na literatura para se referir a intensificação da modernização da agricultura.

Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (FUNDESC), criado numa ação conjunta para atender os três estados da região Sul e que em 1996 direcionou 37,4% dos recursos desembolsados para Santa Catarina; o Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas (PROCAPE); o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC); o Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE)⁴² que mais tarde passou a se chamar Banco do Estado de Santa Catarina (BESC); a Agência de Fomento de Santa Catarina (BADESC), que surge como instrumento de ajuste à realidade catarinense do II Plano Nacional de Desenvolvimento e que, entre 1975 e 1999, direcionou 17% do total de recursos para o setor agroindustrial⁴³, além de importantes percentuais para a “indústria dinâmica” do estado; a criação nas décadas de 1960, 1970, 1980 de três programas de incentivo fiscal, o FUNDESC, o PROCAPE e o PRODEC, que direcionaram 32,9% dos recursos liberados para o setor de alimentos, sendo o setor mais beneficiado; o crescente direcionamento de investimentos do Banco do Brasil e do BNDES entre as décadas de 60 e 90; o Plano Safra e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁴⁴, programas de financiamento de crédito rural, entre tantos outros (DENTZ, 2022).

Segundo o autor, a partir de 1965 a dinâmica de internalização de bens de produção na agricultura passou a ser ditada pela ação do Estado, num amplo conjunto de estratégias que resultaram no surgimento dos “complexos agroindustriais (CAIs), que passaram a ser os novos determinantes da agropecuária dentro de uma estrutura complexa, heterogênea e globalizada” (DENTZ, 2022).

[...] os dados sobre desembolsos realizados por bancos regionais e federais no estado de SC, é de fundamental importância defender que o papel do Estado foi historicamente a base financeira para o desenvolvimento dos agronegócios no Oeste catarinense (DENTZ, 2022, p. 93).

⁴² “A criação dos bancos de fomento ao desenvolvimento produtivo no estado de SC fez parte de um contexto nacional de criação de inúmeros bancos e agências de fomento em níveis estaduais. Assim, desde 1930, muitos estados do Brasil passaram a financiar o desenvolvimento regionalizado. Nesse contexto, a criação do Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE) em SC visava um novo padrão de crescimento que emergia na economia catarinense. No período de 1962-69, do crédito disponibilizado pelo BDE no estado de SC, 54% foi destinado ao setor industrial, 32% à agricultura e 14% ao setor comercial. Se for considerado o total de recursos destinados à indústria, vale destacar que em torno de 70% foi direcionado ao setor alimentar, ou seja, a região Oeste de SC foi bastante beneficiada por esses recursos” (SCHMITZ, 1991; GOULARTI FILHO, 2016 apud DENTZ, 2022, p. 86).

⁴³ Segundo Dentz (2022, p. 89) esse volumoso investimento no setor “explica o forte desenvolvimento das agroindústrias no Oeste do estado, que se fortaleceram após os anos 2000, mas tiveram uma base de investimentos datada da década de 1970”.

⁴⁴ A maior parte dos recursos provenientes do PRONAF se direcionaram para a região Sul do Brasil e, conseqüentemente, a região Oeste catarinense recebeu volumosos montantes, visto que a agricultura familiar predomina na região e o programa destinava recursos para agricultores que possuíssem até 4 módulos fiscais, o equivalente a 60 hectares de área, na região (DENTZ, 2022).

Além dos bancos e programas de financiamento, o Estado foi fundamental na criação de órgão técnicos destinados a pesquisa e inovação para desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias no campo, como é o caso da Embrapa, em 1973, que passou a

[...] produzir diferentes novos instrumentos para o sistema produtivo, como insensibilizadores pneumáticos para abate de animais, embutidoras, rotuladeiras automáticas, congeladores de embriões, dentre outros. Ademais, tais produtos eram tão qualificados, do ponto de vista da eficiência produtiva, como os produtos importados. Portanto, o papel do Estado, neste caso via Embrapa, foi de fundamental importância, em relação à reestruturação do sistema produtivo brasileiro (ESPÍNDOLA, 2002 apud DENTZ, 2022, p. 105).

O conjunto de investimentos destinados à região permitiu o desenvolvimento das infraestruturas produtivas, a ampliação de redes logísticas, além de técnicas de produção modernas das mais variadas, fundamentais na divisão estadual da produção industrial.

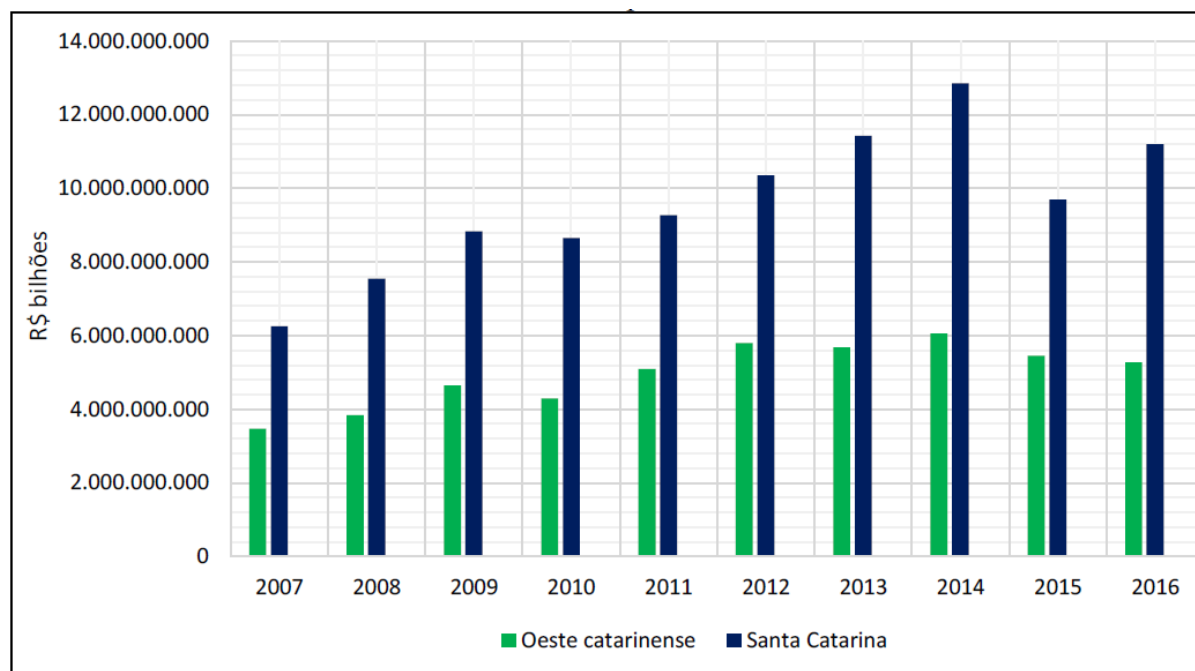
No estado de Santa Catarina, a inserção de novas tecnologias significou importante contribuição na divisão estadual da produção industrial. O Oeste do estado ficou majoritariamente destinado à transformação da produção agropecuária. Segundo dados da Fundesc (1971), a região Oeste catarinense, em 1969, representava 86,5% do abate estadual de suínos. Em 1984, esse percentual chegou a 90,8%. Essa concentração no Oeste do estado se deu em função do fortalecimento de alguns grupos empresariais na região, que mais tarde se espalharam para todo o Brasil, através da aquisição de outros pequenos e médios frigoríficos, unidades de mistura de ração, dentre outros (DENTZ, 2022, p. 106).

Segundo Filho (2001, p. 237) “em boa medida, a explicação para o "sucesso" dessas empresas reside no longo processo de modernização conservadora e nas benesses da política agrícola (incluindo subsídios e financiamentos), deliberados pelo Estado”. Esse processo de reestruturação da capacidade produtiva da região Oeste culminou na especialização regional, na integração econômica e na diversificação produtiva (GOULART FILHO, 2016 apud DENTZ, 2022). Motter (2020) complementa esse entendimento, reforçando o papel do Estado na modernização agrícola das regiões brasileiras.

Este projeto, em âmbito nacional, tinha como alicerce a atuação do Estado, e no Oeste Catarinense não foi diferente, pois a viabilidade, a consolidação e a disseminação do sistema de produção integrada ocorreu em grande medida pelas ações desempenhadas pelo Estado, nomeadamente pelos programas de extensão rural e da disponibilidade creditícia (MOTTER, 2020, p. 64).

A análise do Gráfico 19, demonstra a evolução dos investimentos na forma de crédito rural destinados a Santa Catarina e ao Oeste Catarinense, entre 2007 e 2016, no qual a região representou cerca de 55% do crédito contratado.

Gráfico 24 - Evolução do total de crédito rural concedido para o estado de Santa Catarina e Oeste catarinense no período 2007-2016.



Fonte: Dentz, 2022.

O desenrolar das atividades, portanto, se explica pela intensa mobilização de capital público, que durante décadas, criou as condições necessárias para o estabelecimento e desenvolvimento das atividades agropecuárias, tornando a região Oeste de Santa Catarina líder na produção de carnes e demais produtos agrários. Segundo Padilha (2019), a partir das reestruturações econômicas ocorridas nos anos 90 em âmbito nacional, no início do século XXI a financeirização ganha ainda mais evidência na agricultura brasileira, com a entrada de empresas no mercado de ações, além da modernização e complexificação dos processos produtivos, que passaram a ser envolvidos por monopólios, aquisições e fusões de empresas, valorização das commodities, além da maior presença de bancos privados e de empresas internacionais do setor, tornando a agricultura ainda mais globalizada e urbanizada.⁴⁵

Neste contexto, diversas empresas e municípios da região passaram a exercer maior centralidade territorial e industrial, concentrando a oferta de produtos e serviços e diversificando suas atividades econômicas a partir da especialização e diversificação produtiva regional. Assim,

⁴⁵ Segundo Dentz (2022, p. 139) “[...]o Estado é a principal fonte de financiamento deste setor no Brasil. A diversificação nas formas de financiamento ocorridas, sobretudo nos anos 2000, abriu a possibilidade de novos financiadores e continuou contando com o importante papel do Estado. Neste contexto, as estruturas produtivas do campo estreitaram suas relações com as estruturas financeiras sediadas nas cidades. Na medida em que a produção agropecuária foi adentrando numa necessidade crescente de capital para produzir, a relação do campo com as cidades foi aperfeiçoada, pois é nas instituições sediadas nas cidades que o campo busca o financiamento para suas atividades.”

[...] no Oeste Catarinense, cidades como Concórdia, Xanxerê, Joaçaba, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Caçador e Chapecó são cidades que se destacaram na captação do capital local regional para construir uma gama de infraestruturas e de estabelecimentos diferenciados, que serviram de elementos atrativos para a instalação e ampliação de empresas, isto é, dos setores produtivos. Consequente, desde o processo de ocupação, a fonte principal de geração de riqueza da região Oeste catarinense é derivada das cadeias produtivas dos agronegócios. Portanto, empresas ligadas às cadeias produtivas dos agronegócios no Oeste catarinense, como BRF Brasil Foods, Aurora, Tirol, dentre outras, são os agentes que atuam na organização do espaço regional, os quais são responsáveis pela implementação do progresso técnico em seus processos produtivos e também pelo estreitamento das relações entre o campo e a cidade (DENTZ, 2022, p. 143).

O desenvolvimento de novos circuitos produtivos na região também complexificou as atividades produtivas industriais em determinados municípios, demandando maior diversificação da mão-de-obra necessária para atuação nos setores de comércio e serviços, além das novas atividades econômicas. Além disso, o desenvolvimento industrial dentro da fronteira agrícola ao longo dos últimos anos tem ampliado o progresso técnico das cadeias produtivas e redefinido as relações de trabalho locais (a partir das novas demandas, incluindo as externas). O quadro 02 detalha o número de empresas envolvidas e de empregos gerados nas cadeias produtivas de aves e suínos no município de Chapecó em 2016, no qual percebe-se a grande diversidade de atividades envolvidas nos agronegócios locais.⁴⁶

Tabela 3 - Detalhamento das atividades econômicas ligadas às cadeias produtivas de suínos e aves em Chapecó – SC.

Segmento de atividade econômica	Número empresas	Estoque de empregos
Atividades principais		
Abate de suínos, aves e outros pequenos animais	12	35
Fabricação de produtos de carne	6	25
Fabricação de alimentos e pratos prontos	4	7
Total	22	67
Atividades fornecedoras		
Criação de suínos	12	148
Serviço de inseminação artificial em animais	1	2
Serviço de manejo de animais	2	5

⁴⁶ Cabe destacar a baixa quantidade de funcionários nas empresas (em média) citadas, visto que, por mais que tenha ocorrido uma diversificação das atividades especializadas, a inserção de novas tecnologias tornam a mão de obra humana dispensável em determinados setores.

Fabricação de alimentos para animais	10	26
Fabricação de medicamentos para uso veterinário	1	3
Fabricação de embalagens plásticas	9	12
Fabricação de materiais plásticos para uso industrial	9	10
Distribuição de energia elétrica	1	2
Captação, tratamento e distribuição de água	1	13
Comércio atacadista de animais vivos	1	8
Comércio atacadista de matérias primas agrícolas com fracionamento e acondicionamento associados	4	13
Comércio atacadista de alimentos para animais	16	37
Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário (partes e peças)	17	30
Comércio atacadista de máquinas e equipamentos de uso industrial (partes e peças)	42	44
Comércio atacadista de mercadorias em geral (com predominância de insumos agropecuários)	7	19
Comércio varejista de combustível para veículos automotores	56	134
Comércio varejista de lubrificantes	3	5
Comércio varejista de material elétrico	41	73
Comércio varejista de medicamentos veterinários	13	42
Transporte rodoviário de carga (exceto produtos perigosos e mudanças – municipal)	82	145
Transporte rodoviário de carga (exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional)	647	1.671
Total	975	2.442
Atividades de máquinas e equipamentos		
Fabricação de motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão	6	8
Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos (exceto válvulas)	3	3

Fabricação de aparelhos e equipamentos para instalações térmicas	2	2
Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas e pessoas	1	3
Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	19	22
Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental	3	4
Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária (exceto para irrigação)	3	43
Fabricação de máquinas-ferramenta	7	9
Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo	50	62
Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específicos (sem especificação anterior)	19	36
Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras (exceto para veículos)	2	2
Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	16	19
Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas	7	7
Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária	6	20
Instalação de máquinas e equipamentos	82	108
Total	226	348
Atividades comerciais e serviços de apoio		
Impressão de material para uso publicitário	20	27
Serviços de pré impressão e acabamentos gráficos	9	13
Serviços de acabamentos gráficos	2	3
Esgoto e atividades relacionadas	3	5
Coleta de resíduos	9	19
Coleta de resíduos não-perigosos	8	18

Coleta de resíduos perigosos	1	1
Tratamento e disposição de resíduos	3	3
Total	55	89
Atividades ligadas aos clientes finais		
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados	110	200
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns	204	405
Comércio varejista de laticínios e frios	6	10
Comércio varejista de carnes – açougues	14	34
Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializados em produtos alimentícios (sem especificação anterior)	70	125
Total	404	774
Total Geral	1.682	3.720

Fonte: Dentz, 2022.

Essa rápida expansão das capacidades produtivas regionais no início dos anos 2000, seguiu as tendências de crescimento da economia brasileira no período, decorrentes de fatores internos (disponibilização de crédito, aumento do consumo, diversificação da economia, investimentos públicos e privados em inovação, etc.) e externos (baixa taxa de juros, aumento dos investimentos externos diretos, elevação da demanda por alimentos e minerais, valorização das commodities, etc.), os quais resultaram num grande ciclo de expansão dos agronegócios brasileiros (ESPÍNDOLA, 2016).

Para Dentz (2022), o crescimento econômico brasileiro na primeira década dos anos 2000, marcado pela crescente participação dos agronegócios nas riquezas nacionais, pôde ser observado no Oeste catarinense, seja na elevação da capacidade produtiva, na ampliação de plantas industriais vinculadas a produção de carnes e leite, ou na expansão dos serviços e do consumo de produtos de qualidade provenientes da própria região.

O desenvolvimento regional, conforme as análises realizadas, culminou na construção de dinâmicas de especialização do território, que apesar de mais complexas atualmente, evidenciam

certo grau de dependência econômica com setores primários da economia, intensivos em recursos naturais. A especialização regional, contudo, só pode ser entendida quando levada em consideração a atuação do Estado brasileiro como grande financiador e propulsor das estruturas econômicas atualmente consolidadas. Atuação esta, que se deu de forma contundente no século XX e atingiu patamares muito elevados no início dos anos 2000 durante os governos Lula e Dilma, especialmente no período 2002-2013. Esses incentivos incrementaram e deram volatilidade econômica à região Oeste.

Como já mencionado, o desenvolvimento produtivo regional, apesar de ter se especializado, também diversificou a produção e passou a sediar novas atividades. Contudo, dentro do tecido produtivo regional, é evidente que o Oeste catarinense exerce predomínio no setor agropecuário. Este cenário se consolida à medida em que as demandas externas por commodities e demais produtos primários, especialmente de países como a China, resultaram em altos índices de crescimento de produção agrícola, realidade na qual se insere a região do Oeste catarinense

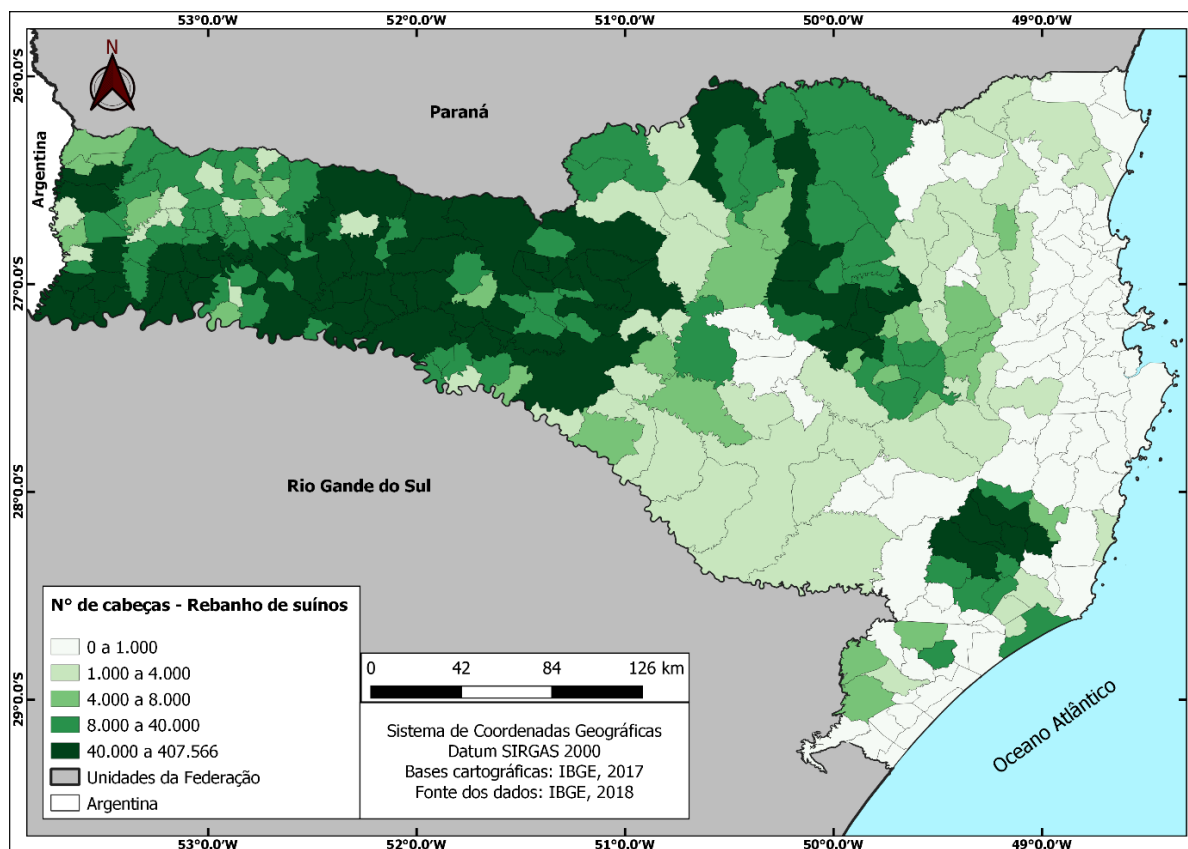
Motter (2020) em seus estudos sobre as dinâmicas agroindustriais de carne suína e de frango da região Oeste catarinense, destaca que o

[...] setor de carnes de aves e suínos no Oeste catarinense, diante de suas características endógenas (estrutura fundiária, organização produtiva familiar e capital local na implantação das agroindústrias) e de fatores exógenos de certo modo mais recentes (políticas para o setor e dinâmica do mercado consumidor), resultou-se uma região altamente competitiva, dotada de expressivos investimentos produtivos (Motter, 2020, p. 20).

Seguindo essas considerações, a pesquisa agora pretende focar na análise espacial da produção de determinados produtos agrícolas e sua concentração regional. O mapa 20 demonstra a distribuição espacial da produção de suínos no estado de Santa Catarina no ano de 2018, no qual percebe-se que os maiores rebanhos estão localizados no entorno dos municípios - Itapiranga, Palmitos, Chapecó, Xanxerê, Concórdia e Videira - onde se localizam as principais agroindústrias de abate e processamento da região, como a Aurora Alimentos, a JBS⁴⁷ e a BRF Brasil Foods.

⁴⁷ A empresa realizou a aquisição da Seara Alimentos em 2009, uma grande e tradicional agroindústria situada no município de Seara, pertencente à mesorregião Oeste de Santa Catarina. .

Mapa 11 - Distribuição espacial do rebanho de suínos no estado de Santa Catarina - número de cabeças, 2018.

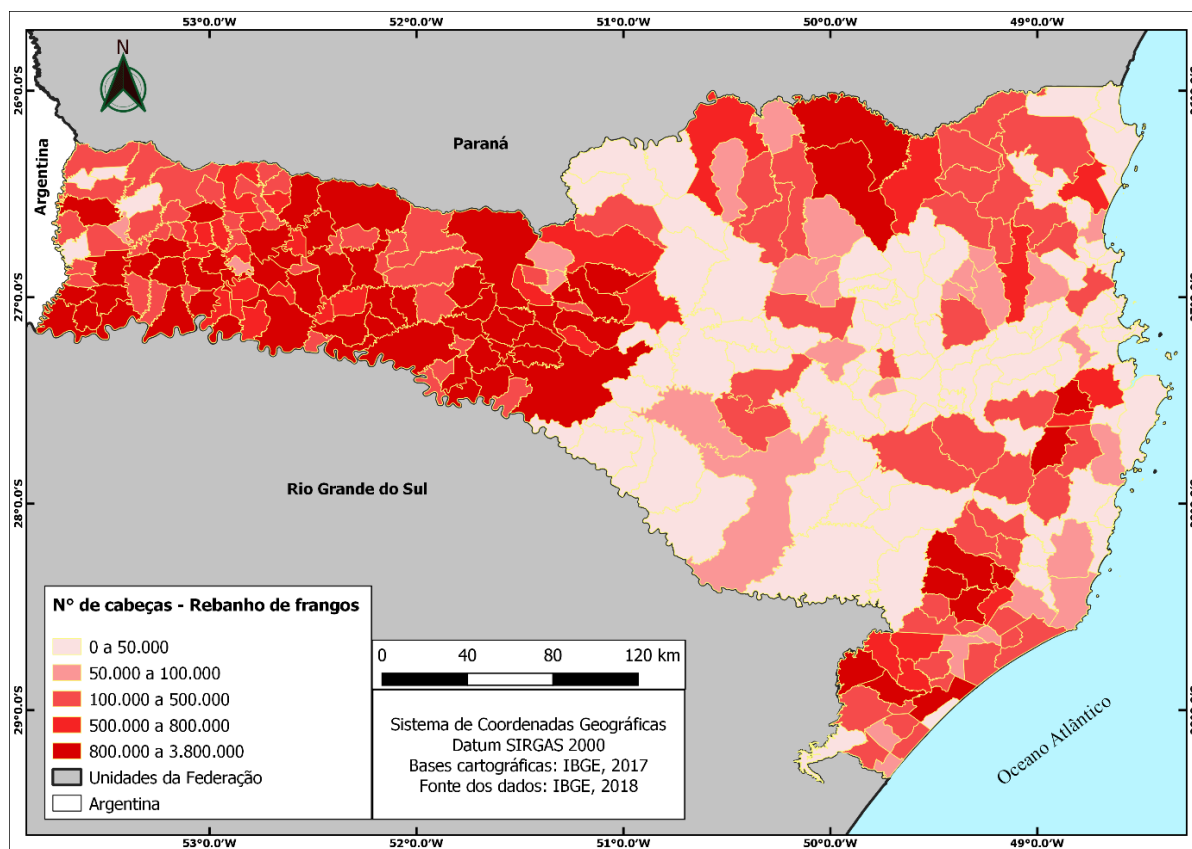


Fonte: Dentz (2022).

A produção de carne suína é de grande relevância nacional, visto que o Brasil é um dos maiores produtores globais, e o estado de Santa Catarina se destaca como principal produtor nacional. Segundo dados divulgados pelo boletim agropecuário da Epagri/Cepa, a produção de carne suína no estado bateu recorde em 2022, representando 56,3% (cerca de US\$ 1,4 bilhão) do total faturado no Brasil e 54,8% da quantidade exportada (EPAGRI/CEPA).

Cenário semelhante ocorre com a carne de frango, predominantemente produzida na região Oeste do estado, conforme o mapa 21, e que também desponta como um dos principais produtos nacionais no mercado internacional, sendo Santa Catarina o segundo maior produtor nacional.

Mapa 12 - Distribuição espacial do rebanho de frangos no estado de Santa Catarina (em número de cabeças – 2018).



Fonte: Dentz, 2022.

Conforme o gráfico 21, a produção de frangos, em relação ao rebanho/número de cabeças, está muito concentrada na região Oeste. Vale destacar, a presença das empresas Aurora, com sede em Chapecó, e a BRF Brasil Foods (resultado da fusão entre Sadia e Perdigão, com sedes em Concórdia e Videira), que concentram o processamento da carne de frango e constroem sua dinâmica produtiva de forma integrada aos produtores, possibilitando um controle de todo o processo produtivo, desde o fornecimento de insumos, até a compra e abate do frango.

Segundo o boletim da Epagri/Cepa, no ano de 2022, o estado de Santa Catarina foi responsável por 23,1% das receitas geradas pelas exportações brasileiras de carne de frango, sendo a China o terceiro principal destino. No período de jan-ago de 2023, a China aparece como principal destino das exportações em quantidade de toneladas, registrando alta de 45,5% em quantidade e 46,3% em receitas (EPAGRI/CEPA).

É possível perceber que os dois principais produtos exportados pelo estado de Santa Catarina, carne suína e de aves, são produzidos com predomínio na região Oeste do Estado e ambos possuem a China como principal país de destino. Percebe-se, desta forma, que os

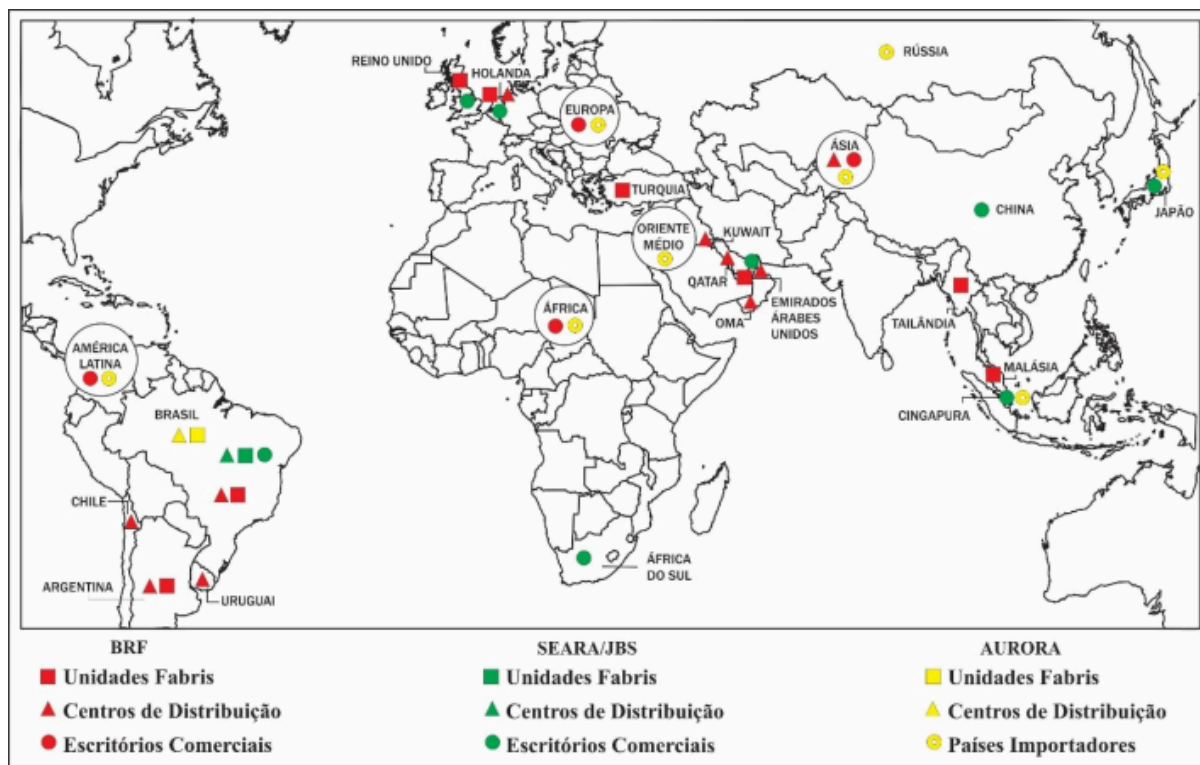
agronegócios possuem grande relevância na região, criando redes produtivas de especialização que produzem e sustentam outras atividades relacionadas e culminam na diversificação econômica do local, inclusive forjando novos segmentos industriais e novos setores de serviços.

Santos e Silveira (2001) usam a noção de “guerra dos lugares” para expressar as dinâmicas de construção econômica que culminam na especialização produtiva de uma determinada região, entendendo que estas devem ser consideradas como um tecido, onde condições locais específicas são oferecidas para atrair um determinado conjunto de setores produtivos, enfatizando que essas dinâmicas resultam também das exigências do mercado global.

[...] algumas áreas do país acabam por se consagrar a atividades mais competitivas, ligadas ou não à exportação, seja na agricultura, na indústria, ou ainda nas atividades-suporte, indispensáveis ao circuito total de produção. [...] É por isso que há uma tendência à agregação de atividades similares ou complementares sobre um mesmo lugar, criando verdadeiras especializações produtivas [...] Tal agregação tem efeitos econômicos importantes. Em primeiro lugar, a acumulação de atividades semelhantes ou complementares numa área cria uma espécie de efeito de massa, uma nova economia de escala que acaba por reduzir os custos globais e individuais. Em segundo lugar, a proximidade entre tais atividades produz um efeito de vizinhança que implica facilitar a difusão de informações gerais e específicas não apenas ligadas aos processos mas interessando também ao próprio funcionamento do mercado, o que representa importante vantagem comparativa. Esses dois primeiros conjuntos de vantagens criam outros, relacionados à possibilidade de implantação, sustentação e desenvolvimento de serviços especializados locais (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 299-300).

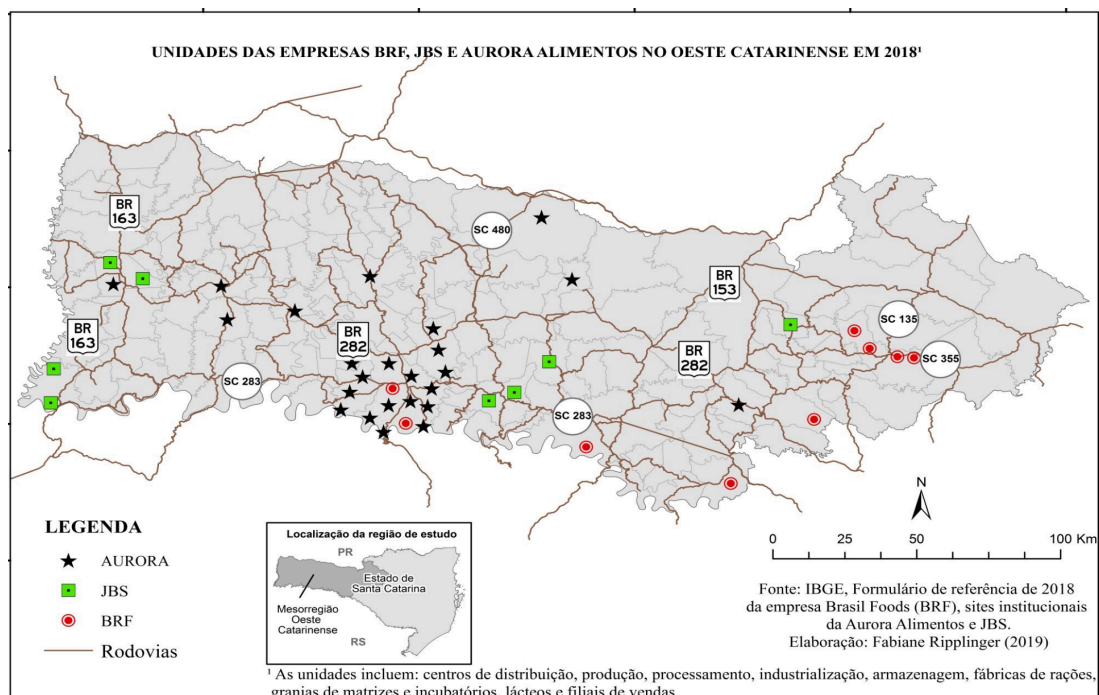
A região Oeste e seus respectivos municípios mencionados, centralizam os circuitos produtivos altamente especializados na produção de carne suína e de aves, onde se encontram as sedes de importantes agroindústrias nacionais/transnacionais, como BRF, JBS e Aurora. Os mapas abaixo ilustram a presença das referidas agroindústrias no mundo e na região do Oeste catarinense.

Mapa 13 - Unidades fabris, centros de distribuição e escritórios comerciais da BRF, Seara/JBS e Aurora no mundo - 2018.



Fonte: Motter, 2020.

Mapa 14 - Unidades das empresas BRF, JBS e Aurora Alimentos no Oeste Catarinense em 2018.



Fonte: Repplinger, 2019.

Motter (2020) reforça que a produção segmentada das agroindústrias promove uma série de dinâmicas, incluindo a concreção de redes de articulação produtiva, nas quais interagem sujeitos distintos.

A estrutura organizacional destes agentes demonstra que ocorrem, entre diferentes atores, articulações que transcendem a escala local/regional. Tecem-se, entre os diferentes locais de produção, distribuição e consumo, fluxos materiais e imateriais, característicos de redes verticais, pois exigem uma cooperação mais ampla dos atores envolvidos. Além disso, a rede possui uma estrutura hierárquica que se realiza por fluxos de ordem técnica, financeira e de informação, que são fundamentais para o funcionamento geral das empresas (MOTTER, 2020, p. 115).

Para a autora, a presença de grandes agroindústrias na região implica em dinâmicas de cooperação e competição, num movimento que além de especializar o território, compete constantemente pelos seus recursos e ativos.

Com a presença de três grandes grupos do setor agroalimentar atuando no Oeste Catarinense, evidencia-se que neste território ocorre a superposição de redes agroindustriais. Isso quer dizer que a pluralidade de atores envolvidos acarreta tanto em dinâmicas de cooperação quanto de competição, diretamente atreladas ao processo produtivo. Ou seja, em determinados momentos e situações, algumas atividades, atores e até mesmo as próprias empresas, cooperam para o desenvolvimento agroindustrial, em outras situações, ocorrem disputas por e entre atividades, mercados, agentes, entre outros (MOTTER, 2020, p. 125).

Repplinger em sua análise dos fatores locacionais da agroindústria da região Oeste, enfatiza a criação de redes produtivas regionais vinculadas à produção agroindustrial, destacando que

[...] a presença destas unidades industriais gera um intenso fluxo de matérias-primas trazidas de outros municípios, entre estas estão o milho, soja, leite, carnes (bovina, suína e aves), que servem para fabricação de ração, produtos semiacabados/processados, embutidos, lácteos, entre outros (RIPPLINGER, 2019, p. 32).

Entende-se, portanto, que a diversificação da economia regional nas últimas décadas, com alguns novos setores produtivos instalados e o surgimento de novas atividades comerciais, ainda se estrutura a partir das especializações produtivas regionais vinculadas ao setor agropecuário. No próximo item, pretende-se analisar essas dinâmicas produtivas a partir das relações locais/regionais e sua orientação para atender o mercado externo, em especial, a China. O foco está em analisar os municípios da região Oeste e as plantas industriais, principais dinamizadoras da economia local, e a forma como suas dinâmicas produtivas têm sido impactadas e planejadas pela presença crescente da China.

4.3 REORDENAMENTO DA ECONOMIA DA REGIÃO OESTE A PARTIR DA SUA INTEGRAÇÃO COM O MERCADO CHINÊS

A pesquisa alcança, no presente item, seu epílogo. Após compreender as atuais dinâmicas: internacionais, onde novas demandas se estabelecem a partir da presença crescente de países emergentes no comércio global; nacionais, em que as tendências de desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora se consolidam e; regionais, onde os circuitos produtivos vinculadas ao setor agropecuário organizam e especializam a economia da região Oeste de Santa Catarina; os estudos serão voltados para compreender as relações estabelecidas entre municípios da região do Oeste catarinense e a China, ressaltando os produtos comercializados, as empresas vinculadas no processo e de que forma a presença do país asiático tem contribuído na estruturação das dinâmicas econômicas atuais.

Como demonstrado nos itens anteriores, as especializações regionais partiram de projetos e iniciativas do Estado, desde o século passado, através de financiamentos e demais incentivos fiscais, que permitiram a instalação local de grandes agroindústrias e atividades vinculadas. Contudo, pretende-se demonstrar que o rápido crescimento do mercado interno chinês tem cruzado suas fronteiras internas, especialmente por conta da grande demanda por matéria prima, e impactado em dinâmicas regionais de outros países, como o Brasil. Serão analisadas as interações comerciais de municípios da região e de plantas industriais específicas, algumas com vínculo direto, outras intermediadas por espaços comerciais centrais do estado de Santa Catarina.

Como já referendado, a região Oeste é a principal produtora estadual de uma grande diversidade de produtos agropecuários, em especial às carnes suína e de frango. O Brasil é referência global na produção de ambos produtos (4º maior produtor mundial de carne suína e 3º maior de frango, em 2022, de acordo com a USDA), tendo Santa Catarina como maior produtor nacional de carne suína e segundo maior de carne de frango, que, por sua vez, tem a produção de ambos produtos concentrada na região Oeste do estado de Santa Catarina. Soma-se ainda, o fato de a China ser um dos principais mercados de destino de ambos os produtos, tendo aumentado essa demanda de forma acentuada ao longo das últimas duas décadas.

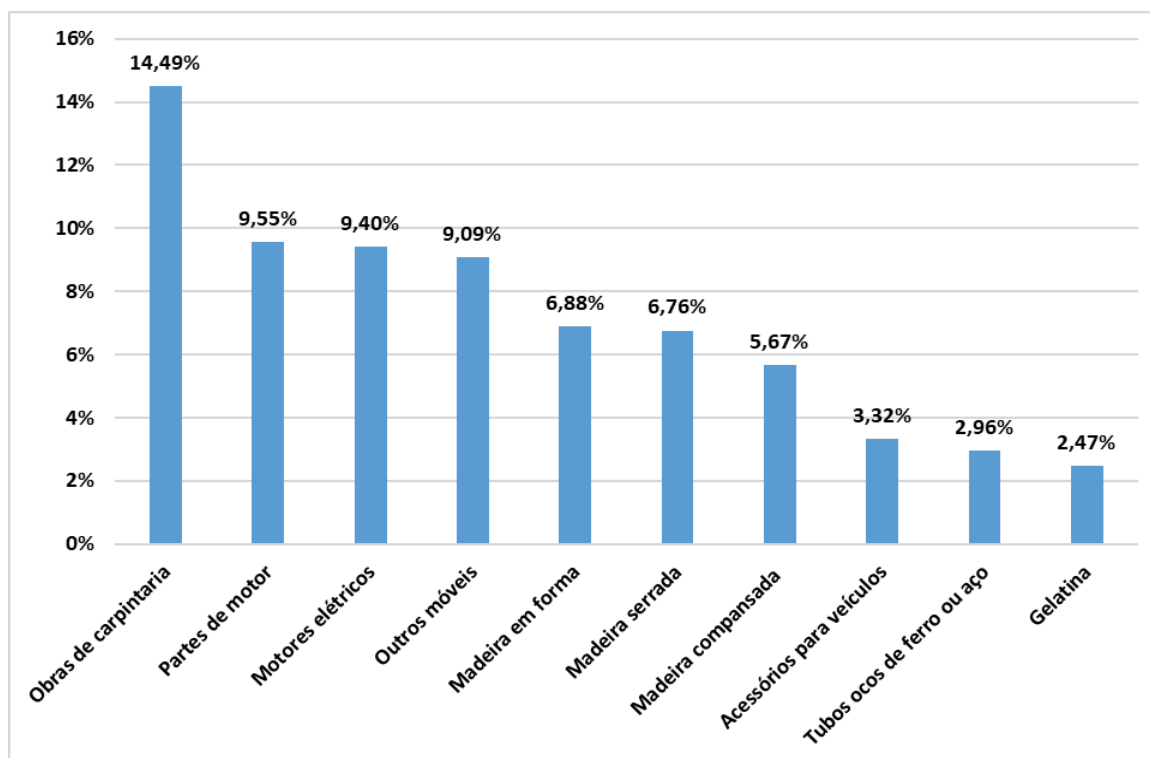
4.3.1 Circuitos produtivos agroindustriais e as exportações para a China

A partir do entendimento de que o comércio exterior da mesorregião Oeste de Santa Catarina está centrado na produção agrícola e que essa especialização produtiva data do século

XX, o trabalho pretende agora entender como estas singularidades têm sido impactadas pela crescente presença da China no país. A pesquisa qualitativa demonstrou que as relações entre a região e a China estão diretamente vinculadas com a especialização regional na produção agroindustrial, especialmente a suína e de aves, além da soja. Neste cenário, vale mencionar que a China se estabelece como a principal produtora e consumidora global de proteína suína, demanda que gera impactos, impulsionando as vendas e aumentando a concorrência no mercado internacional (XIMENES, 2020).

Esse vínculo merece destaque. Assume-se que, em parte, a manutenção das dinâmicas produtivas regionais se deve, em grande medida, às demandas de agentes externos, o que Frederico (2016) entende como uso do território brasileiro em face de estratégias diversas dos agronegócios globalizados. Vale destacar que os EUA é o atual principal destino das exportações do Estado (com exceção de 2018, 2019 e 2020, com a China em primeiro lugar), mas os produtos vinculados às transações são distintos dos exportados para a China.

Gráfico 25 - Principais produtos exportados por Santa Catarina com destino aos Estados Unidos - 2022.



Fonte: adaptado de ComexStat, 2023.

Percebe-se que os produtos pertencem a setores não vinculados à agropecuária, predominando os manufaturados não alimentícios (com exceção da gelatina). Cabe destacar, que

a região Oeste também participa de forma contundente na exportação dos produtos acima mencionados, especialmente nas variedades de madeira.

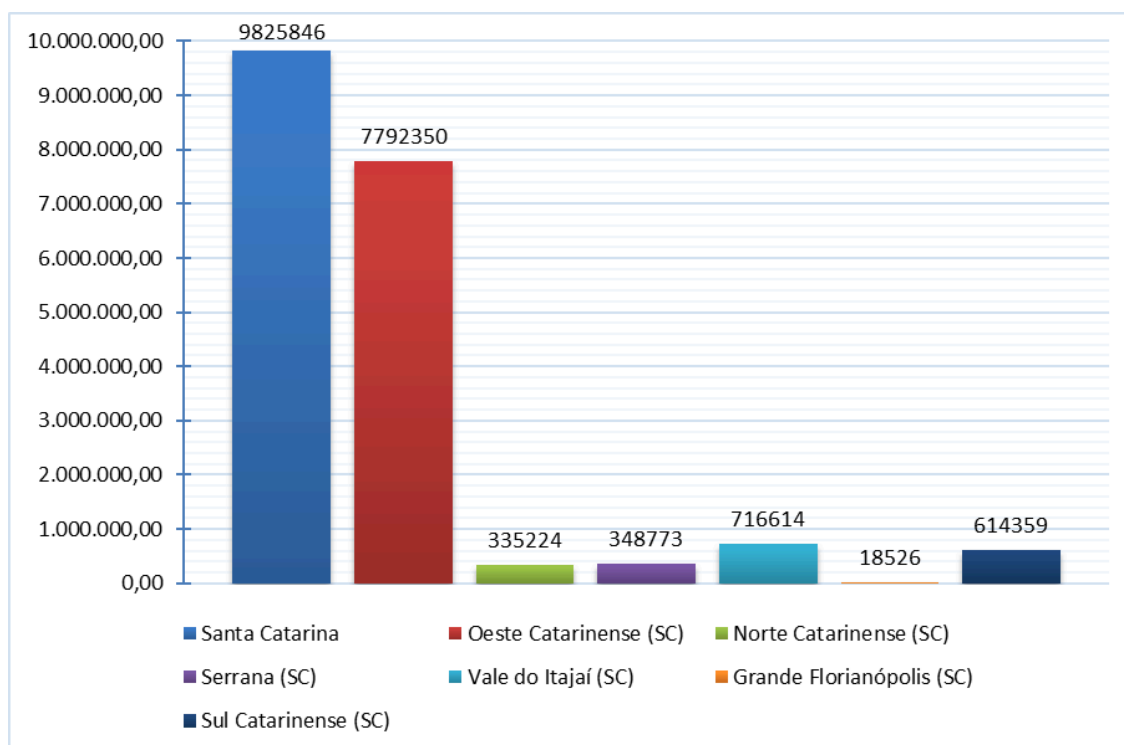
Contudo, conforme já mencionado anteriormente na pesquisa, dois dos principais produtos exportados pelo estado de Santa Catarina são a carne suína (11%) e a carne de aves (16%), ambos produzidos predominantemente na região Oeste e que não constam entre os principais produtos exportados para o principal destino das exportações (EUA). A carne suína foi o 13º principal produto exportado de SC aos EUA, representando 2,06% das exportações para o país; enquanto a carne de frango possui valores inexpressivos.

O foco central será, desta forma, o de demonstrar o adensamento das relações dos municípios da região Oeste com a China a partir da produção agroindustrial, em especial a carne suína, visto que a pesquisa e sistematização de dados demonstrou que a presença chinesa no consumo destes produtos influencia toda a dinâmica produtiva regional, altamente especializada e dependente.

O desafio principal deste percurso, reside no que autores como Frederico (2016), Bernardes (2006) e Castillo (2011) entendem como formas de dispersão e concentração do agronegócio brasileiro na organização da economia-política do território brasileiro, em que a complexidade produtiva dos agronegócios já se fazem pulverizadas no território, com especialidades e fusões altamente dispersas. Os dados de produção e rebanho de suínos e aves, por exemplo, conforme apontado no item anterior, mostram uma concentração na região Oeste do estado de Santa Catarina, mas os dados de exportação variam de acordo com os espaços intermediários, como o porto de Itajaí, neste caso.

Na análise da concentração produtiva, o gráfico 25 demonstra o predomínio da região Oeste no rebanho suíno produzido em 2022, em relação ao total do estado e das demais mesorregiões, com cerca de 79% do total.

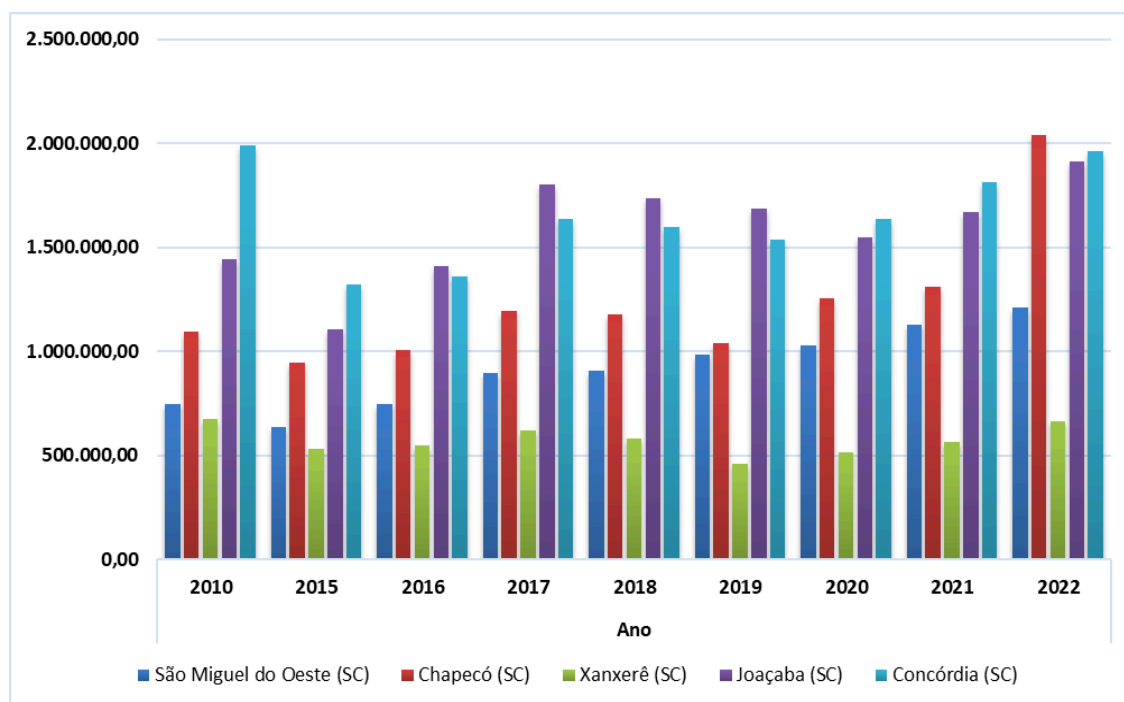
Gráfico 26 - Rebanho de suínos por mesorregião e total de Santa Catarina - 2022.



Fonte: adaptado de IBGE, 2023.

Quando analisada em outra perspectiva escalar, utilizando-se as microrregiões (apenas aquelas pertencentes a mesorregião Oeste Catarinense), é possível destacar o crescimento da microrregião de Chapecó, que na série histórica analisada constava como terceira microrregião com maior rebanho ao longo dos anos analisados e em 2022 passou a ocupar a primeira posição, conforme aponta o gráfico abaixo.

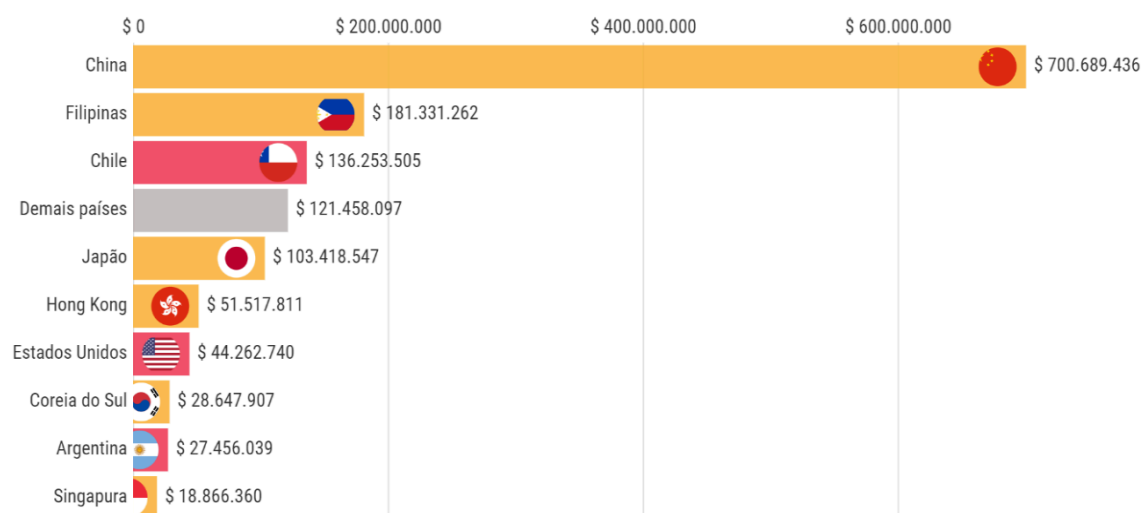
Gráfico 27 - Rebanho de suínos por microrregião geográfica - 2022.



Fonte: adaptado de IBGE, 2023.

De acordo com o boletim da Epagri/Cepa, a China (junto com Hong Kong) foi o principal destino da carne suína, representando 52% do total exportado pelo estado (mais de \$700 milhões), conforme a tabela X.

Gráfico 28 - Participação dos principais destinos nas receitas das exportações de carne suína de Santa Catarina - 2022.



Fonte: Epagri/Cepa, 2023.

Na análise das exportações dos municípios do extremo oeste, percebe-se que dois possuem importantes relações com a China: Itapiranga e São Miguel do Oeste. O primeiro teve o gigante asiático como principal destino das exportações em 2022, representando 42,99% do total das vendas⁴⁸, cerca de US\$ 114,92 milhões, dos quais a carne suína representa 68,86%, cerca de US\$ 79,13 milhões⁴⁹. Vale mencionar, que do total de carne suína exportada pelo município em 2022, a China recebeu a maior fatia, 78,36%⁵⁰.

São Miguel do Oeste também teve a China como principal parceiro econômico em 2022, que recebeu 77,36% das exportações do município, um total de US\$ 79,05 milhões, valor preenchido em grande medida pela carne suína, que representou 95,29% do total, cerca de US\$ 75,32 milhões. Em relação ao total de carne suína exportada pelo município em 2022, a China recebeu 85,74%⁵¹. Ver tabela 04.

O município de Itapiranga também possui relevância na exportação de carne de aves, que representou 28,67% do total exportado para a China em 2022, um total de US\$32,95 milhões. Em relação ao total de carne de frango exportada pelo município em 2022, a China foi responsável pela compra de 38,48%. Do total exportado pelo município em 2022, a carne de aves representou 32,03%, sendo 44,79% em 2021 e 34,41% em 2020.

⁴⁸ Vale mencionar, que as exportações totais do município tiveram aumento considerável em relação a 2020 (US\$ 109,32 milhões) e 2021 (US\$ 150,47 milhões), mas a participação da China diminuiu, sendo 67,67% em 2020 e 59,64% em 2021 para 42,99% em 2022.

⁴⁹ Do total exportado pelo município de Itapiranga em 2022, cerca de US\$266 milhões, a carne suína representou 37,77%, sendo 56,79% em 2020 e 45,92% em 2021.

⁵⁰ Em 2021, a China recebeu 83,81% das exportações de carne suína de Itapiranga e em 2020, 96,99%.

⁵¹ Do total exportado pelo município de São Miguel do Oeste em 2022, cerca de US\$102,18 milhões, a carne suína representou 85,98%, sendo 85,61% em 2020 e 87,90% em 2021.

Tabela 4 - Exportações de carne suína dos municípios de Itapiranga e São Miguel do Oeste com destino a China - 2020 a 2022.

Municípios	Valor total das exportações – Milhões (US\$)			Valor total exportado para a China - Milhões (US\$)			Participação da China no total exportado (%)			Valor total de carne suína exportada para a China - Milhões (US\$)			Participação da carne suína no total exportado para a China (%)			Participação da China no total de carne suína exportada (%)		
	2022	2021	2020	2022	2021	2020	2022	2021	2020	2022	2021	2020	2022	2021	2020	2022	2021	2020
São Miguel do Oeste	102,18	82,98	66,87	79,05	63,86	50,87	77,36	76,96	76,07	75,32	61,02	49,39	95,29	95,54	97,09	85,74	83,65	86,28
Itapiranga	267,33	150,47	109,32	114,92	89,74	73,98	42,99	59,64	67,67	79,13	57,91	60,21	68,86	64,53	81,39	78,36	83,81	96,99

Fonte: Observatório Fiesc, 2023. Elaboração do autor.

Tabela 5 - Exportações de carne de frango de Itapiranga com destino a China - 2020 a 2022.

Município	Valor total de carne de frango exportada para a China - Milhões (US\$)			Participação da carne de frango no total exportado para a China (%)			Participação da China no total de carne de frango exportada %		
	2022	2021	2020	2022	2021	2020	2022	2021	2020
Itapiranga	32,95	30,25	12,75	28,67	33,70	12,23	38,48	44,88	33,89

Fonte: Observatório Fiesc, 2023. Elaboração do autor.

Ambos os municípios exercem papel de centralidade produtiva agroindustrial, numa região fronteira altamente especializada na agricultura e na pecuária. A especialização produtiva é altamente direcionada, especialmente no setor de carne suína, ao abastecimento do mercado chinês. Em ambos os municípios, as exportações para a China predominam no total exportado e no total de carne suína exportada. Quanto a carne de frango, exportada por Itapiranga, a distribuição se dá de forma menos concentrada na China, com maior participação de outros centros⁵² consumidores, especialmente o Japão.

É interessante notar, que as agroindústrias se encontram pulverizadas no território, instalando plantas industriais em municípios pequenos, pouco populosos. No caso de Itapiranga, a JBS/Seara Alimentos possui incubatório, fábrica de rações, indústria de abate, processamento e armazenamento, com ao menos 4 unidades distribuídas pelo município. Enquanto em São Miguel do Oeste a JBS/Seara Alimentos possui pelo menos duas unidades, uma fábrica de farinha e uma unidade de corte, processamento e armazenamento. O município também possui ao menos duas unidades da Aurora, com abatedouros e fábricas de armazenamento.

Pertile (2008), em seus estudos sobre a formação agroindustrial do Oeste Catarinense, destaca o papel ocupado pelos pequenos municípios da região, não apenas na instalação de plantas industriais, mas na integração de suas dinâmicas econômicas às agroindústrias circundantes. As parcerias entre agricultores/produtores rurais e as agroindústrias citadas, além dos serviços diretos, fomentam o desenvolvimento de uma série de atividades vinculadas ao setor agropecuário e contribuem na formação dos circuitos produtivos especializados.

Visto que a produção regional de carnes se vincula à dinâmica macroeconômica nacional de exportação de *commodities*, ou seja, se estrutura também a partir de demandas externas, nota-se que a presença da China merece destaque, especialmente pelo protagonismo das últimas décadas no comércio internacional e por ser um centro consumidor de larga escala. A inserção regional nas dinâmicas comerciais externas com a China também implica na adaptabilidade e modernização agrícola de agricultores e de toda estrutura agroindustrial visando atender as exigências sanitárias do país asiático⁵³ e mudanças no padrão de consumo alimentares (Escher e Wilkinson, 2019).

⁵² Itapiranga possui 16.638 habitantes e São Miguel do Oeste 44.330 habitantes (IBGE. Censo, 2022).

⁵³ Para ver mais:

<<https://correiodoestado.com.br/economia/brasil-tem-50-frigorificos-aptos-a-iniciar-exportacao-para-a-china/412787/>> e

<<https://www.accs.org.br/noticias/5535-unidade-da-aurora-volta-a-receber-autorizacao-para-exportar-carne-suina-a-china>>. Acesso em 01/11/2023.

Quando analisados os demais municípios da mesorregião Oeste, parte das dinâmicas anteriormente mencionadas permanecem. Contudo, as informações passam a ser de difícil acesso, visto que as empresas estabelecem diferentes graus de organização no território. Frederico (2015) busca demonstrar de que forma o agronegócio globalizado se organiza e faz uso do território, complexificando não apenas o processo produtivo, mas dando novos contornos e centralidades aos espaços organizacionais das grandes empresas.

Estas análises são de grande valia e se aplicam, de certa forma, à realidade da mesorregião Oeste. As análises até então apresentadas demonstram determinadas tendências: à especialização regional produtiva vinculada ao setor agropecuário; a prevalência da produção de carnes de aves e de carne suína; a presença de grandes agroindústrias nacionais, de escala global, que concentram e orientam as redes produtivas locais; e o domínio da China como principal centro consumidor.

Contudo, quando analisados os dados de exportação de carne suína dos demais municípios da região Oeste de Santa Catarina, especialmente dos pertencentes às microrregiões de Chapecó, Joaçaba, Concórdia e Xanxerê (regiões com os maiores rebanhos, conforme gráfico 22), não constam valores significativos de exportação para a China nas plataformas disponíveis. Conforme Frederico (2015, p. 83), se de um lado as forças de expansão e especialização territorial dos agronegócios aumentam, numa região específica, a diversificação de determinadas tarefas vinculadas a um mesmo processo construindo a dilatação territorial da produção agrícola, de outro elas aumentam a “centralização de seu comando”.

No caso da região Oeste, não pode-se afirmar que há um centralidade de comando na cidade de Itajaí, mas sim a possível existência de transações intermediárias, especialmente de registro alfandegário, vinculadas ao porto de Itajaí, um dos maiores do país e responsável pelo envio de grande parte das exportações do estado⁵⁴.

Essa observação se deve ao fato de que, conforme observado nos mapas 20 e 21, que tratam da distribuição da produção de aves e suínos, percebe-se que a região no entorno do município de Itajaí não possui relevância na produção de carnes. No entanto, o município aparece como principal exportador de carne suína e de frango de Santa Catarina, mesmo possuindo um rebanho pequeno.

⁵⁴ Segundo informações retiradas do site da Autoridade Portuária do Porto de Itajaí, o mesmo “ocupa a posição de segundo porto brasileiro com maior movimentação de contêineres e lidera o ranking entre os exportadores de congelados”, Disponível em: <<https://www.portoitajai.com.br/perfil-das-operacoes>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2023.

Segundo o Observatório FIESC, dos US\$1,34 bilhões exportados de carne suína pelo estado em 2022, somente o município de Itajaí foi responsável por US\$1,05 bilhões, sendo que a China respondeu por 51,40% deste valor. Ou seja, mesmo não possuindo a produção de carnes como carro chefe da economia local, a centralidade dos registros de produção coloca a município como principal exportador de diversos produtos alimentícios, que são, em sua maioria, produzidos na mesorregião Oeste. Em seus estudos sobre a produção da soja e a centralidade exercida pela cidade de São Paulo, Frederico (2015) destaca que devido a maioria das transações comerciais e decisões estratégicas serem realizadas pelos escritórios corporativos localizados de forma dispersa em regiões favoráveis, no caso da Soja e do município de São Paulo,

[...] as exportações são registradas na Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Secex/MDIC) como tendo sido realizadas pelo município de São Paulo, mesmo que ele não seja efetivamente o produtor dos grãos e demais mercadorias exportadas (FREDERICO, 2015, p. 87).

Segundo o autor, essa realidade pode ser observada em outros casos e regiões do Brasil.

Além das cooperativas, outras cinco empresas possuíam sua sede na região Sul, todas no litoral e interior do estado de Santa Catarina. A cidade de Itajaí se destaca por sediar duas das maiores empresas do ramo de suínos e aves, a BRF (Brasil Foods) e a Seara, assim como pela presença da empresa Bunge na cidade vizinha de Gaspar (SC). A presença na cidade e no entorno se devia à proximidade com o Porto de Itajaí, principal do estado e maior exportador de frango congelado do Brasil, com importante posição também nas exportações de carne suína. No oeste catarinense, importante região produtora de aves e suínos, a cidade de Concórdia mantinha a sede da empresa Sadia desde a sua fundação, em meados dos anos de 1940. Por fim, em Chapecó (SC) se localizava a sede de outra grande empresa do segmento, a Aurora. Entretanto, a Bunge transferiu sua sede para São Paulo, a Seara também teve sua sede principal transferida para a capital paulista após ser adquirida pela JBS, em 2013, e com a finalização da fusão entre a Perdigão e Sadia, em 2012, o escritório de Concórdia passou a ter papel secundário nas grandes decisões da empresa (FREDERICO, 2015, p. 86).

Dessa forma, mesmo com um pequeno rebanho de suínos e aves, em comparação com municípios do Oeste catarinense, o município de Itajaí foi o maior exportador de ambos os produtos no ano de 2022.

Os boletins agropecuários da Epagri/Cepa indicam que Santa Catarina exportou 602 mil toneladas de carne suína em 2022 (*in natura*, industrializada e miúdos) e 578 mil toneladas em 2021. Destes montantes, segundo dados do Comex Stat⁵⁵, o porto de Itajaí foi

⁵⁵ Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>.

responsável pelo embarque de mais de 432 mil toneladas de “carnes de animais da espécie suína, frescas, refrigeradas ou congeladas” em 2022 (das quais, mais de 205 mil toneladas para a China) e mais de 528 mil em 2021 (dos quais, cerca de 335 mil para a China)⁵⁶. Tal situação se explica pela presença de unidades/agências da Receita Federal responsáveis pela execução dos procedimentos necessários ao desembaraço aduaneiro das mercadorias. Frederico (2015) destaca que tal dinâmica ocorre com uma série de *commodities* e demais produtos brasileiros e que isso exemplifica uma forma de divisão territorial do trabalho entre regiões produtoras, beneficiadoras/manufatureiras e exportadoras.

Motter (2020) faz contribuições sobre esses fluxos de distribuição, enfatizando o papel das infraestruturas logísticas do estado, em especial os portos, no escoamento da produção com origem na região Oeste.

A importância deste tipo de infraestruturas se dá, sobretudo, porque em regiões especializadas a produção é voltada em grande medida ao mercado internacional, o que demanda estruturas eficientes para escoar a produção. As exportações da região Oeste Catarinense, de tal modo, são destinadas a diferentes locais, antes de chegar ao mercado consumidor final (MOTTER, 2020, p. 154).

A autora ainda apresenta os principais corredores pelos quais a produção regional circula, tendo como base os dados do ano de 2020.

Dos portos para onde foram destinadas a produção do Oeste Catarinense, destaca-se o Porto de Itajaí e de São Francisco do Sul, localizados no litoral catarinense, responsáveis por escoar mais da metade dos valores exportados pela região oeste (42,5% e 27,4%, respectivamente). Em menor proporção, os produtos destinados à exportação foram direcionados a portos marítimos e secos localizados em outros estados, entre eles Rio Grande do Sul (São Borja e Uruguaiana), Paraná (Paranaguá e Foz do Iguaçu), Pará (Santarém), Amazonas (Manaus) e São Paulo (Santos). Além dos portos, alguns produtos são destinados a outros países por meio de ferrovia (Ferrovia Corumbá – MS) e dos aeroportos de São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas e Curitiba, porém, os valores dos produtos exportados por esses meios são menores que 1% do valor total exportado. Na mesorregião, somente uma cidade possui porto: Dionísio Cerqueira. Conforme a Receita Federal, este porto é classificado como “ponto de fronteira”, e está localizado na divisa de Santa Catarina com a Argentina. No ano de 2017, 1,8% do valor total das exportações foram direcionadas a outros países por meio deste local (MOTTER, 2020, p. 155).

Contudo, independente das redes de centralização, o escoamento produtivo da produção agropecuária da região Oeste, responsável pela maior parte das exportações do estado, se destina em grande medida ao atendimento das demandas por *commodities* do mercado internacional, tendo a China como sua grande parceira econômica.

⁵⁶ Montantes significativos também embarcam pelo porto de São Francisco do Sul: do total exportado de carne suína por SC, o porto representou mais 220 mil toneladas em 2022 e mais 86 mil em 2021.

Durante as últimas duas décadas o Brasil passou a estreitar suas relações comerciais com a China, assinando acordos para exportação direta de carne suína e de aves, que vinham sendo importadas pela China de Hong Kong. De acordo com os dados da ACCS (Associação Catarinense de Criadores de Suínos), até o ano de 2014 a China não figurava entre os principais destinos da carne suína, passando a ser o segundo principal destino em 2016 e o primeiro em 2018. As tabelas abaixo demonstram a rápida inserção da China nas transações de carne suína de Santa Catarina.

Tabela 6 - Participação dos principais destinos das exportações de carne suína de Santa Catarina - JAN/DEZ 2014/2013.

DESTINO	2014		2013	
	US\$	kg	US\$	kg
TOTAL	548.357.755	159.546.536	399.886.725	144.153.297
Rússia	319.009.809	75.897.822	143.956.969	47.277.925
Hong Kong	41.660.249	16.522.384	45.631.559	19.164.052
Angola	36.081.088	16.852.295	34.273.352	16.351.599
Cingapura	29.764.085	10.708.425	28.710.391	10.337.959
Chile	23.583.249	7.869.047	11.993.542	4.088.114
Japão	16.356.816	3.826.472	753.602	162.764
Uruguai	16.342.031	5.527.627	17.625.246	6.406.479
Argentina	15.460.745	3.980.485	21.870.742	6.477.060
Emirados Árabes Unidos	11.476.484	3.651.986	11.393.806	4.313.536
Moldávia	6.056.071	2.132.049	5.872.569	2.208.679
Filipinas	4.984.047	1.838.344	667.238	288.879
Demais	27.583.081	10.739.600	77.137.709	27.076.251

Fonte: MDIC/SECEX. Disponível em: <<https://www.accs.org.br/exportacoes>>.

Tabela 7 - Participação dos principais destinos das exportações de carne suína de Santa Catarina - JAN/DEZ 2018/2017.

DESTINO	2018		2017	
	US\$	kg	US\$	kg
TOTAL	567.612.746	292.148.846	592.750.523	244.517.497
China	219.697.845	114.411.609	80.655.591	40.979.922
Chile	69.388.483	34.528.508	54.618.013	23.347.595

Hong Kong	62.450.876	32.262.920	50.163.543	22.520.249
Argentina	46.487.151	21.335.633	32.141.973	10.688.946
Angola	16.299.366	14.277.726	12.382.655	8.318.797
Cingapura	28.233.013	13.540.452	28.270.380	11.310.504
Filipinas	18.743.008	9.272.213	2.426.490	953.356
Geórgia	14.792.395	8.044.644	5.916.204	2.522.627
Uruguai	15.411.882	7.582.537	12.774.021	5.172.561
Estados Unidos	13.052.157	4.668.691	9.849.333	3.449.205
Porto Rico	8.907.970	4.364.175	7.452.202	3.249.796
Demais	54.148.600	27.859.738	296.100.118	112.003.939

Fonte: ACCS, 2023. Disponível em: <<https://www.accs.org.br/exportacoes>>

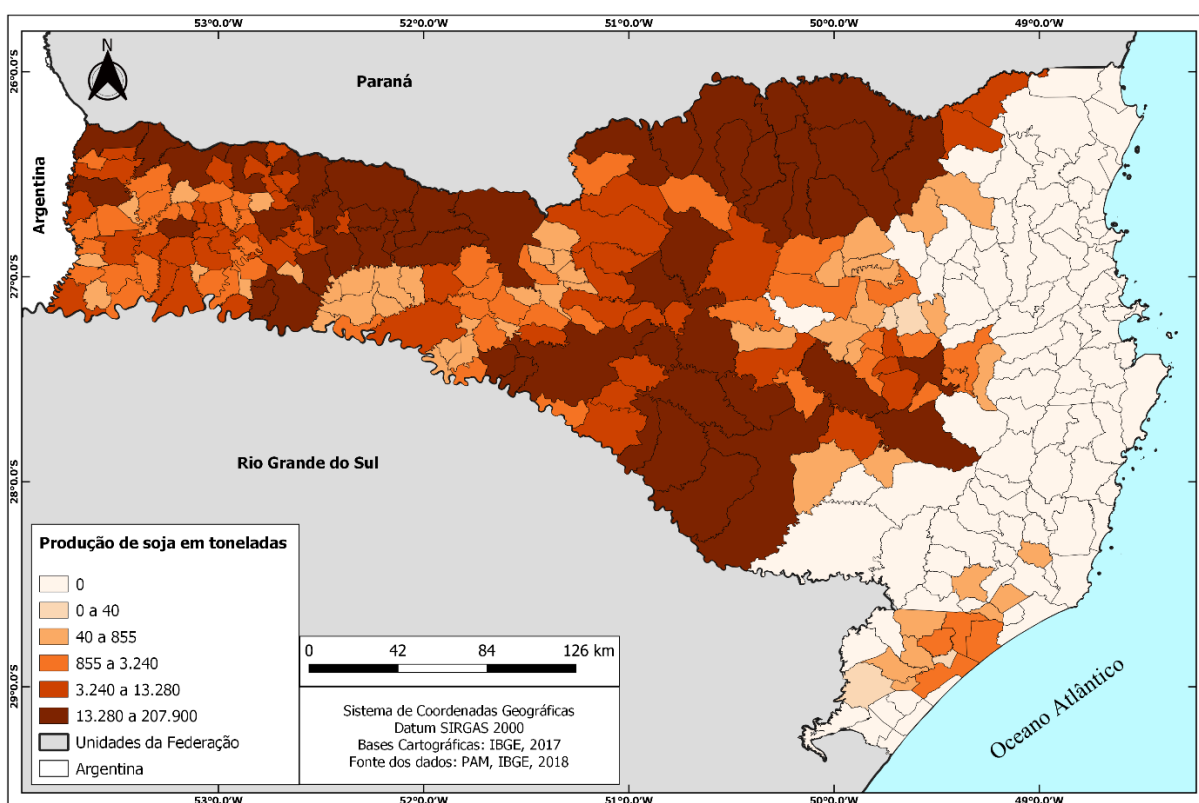
Tabela 8 - Participação dos principais destinos das exportações de carne suína de Santa Catarina - JAN/DEZ 2022/2021.

DESTINO	2022		2021	
	US\$	kg	US\$	kg
TOTAL	1.343.325.172	556.496.429	1.321.365.367	532.265.973
China	636.574.067	274.556.182	757.732.653	309.964.439
Filipinas	174.157.122	70.673.146	66.286.927	28.507.461
Chile	136.042.059	59.908.724	149.751.178	60.583.054
Japão	102.155.447	26.666.000	61.108.308	14.847.136
Hong Kong	47.369.513	23.824.612	75.164.225	34.130.193
Estados Unidos	44.262.740	12.754.402	47.338.025	13.028.028
Argentina	27.456.033	11.243.851	43.129.469	16.135.295
Coreia do Sul	27.300.210	8.257.362	12.454.352	4.006.904
Singapura	18.750.294	8.032.595	14.599.049	6.045.942
Geórgia	15.649.050	7.640.300	11.197.510	5.002.304
Uruguai	16.431.017	7.327.599	17.309.912	7.604.153
Demais	97.177.620	45.611.656	65.293.759	32.411.064

Fonte: MDIC/SECEX. Disponível em: <<https://www.accs.org.br/exportacoes>>.

Cabe ressaltar que as relações econômicas não se limitam às carnes suína e de frango. Vários municípios da mesorregião estabelecem vínculos diretos⁵⁷ com a China através de diversos produtos ligados aos agronegócios e que possuem registro em centros urbanos diversos, como é o caso da Soja, segundo principal produto exportado pelo estado de Santa Catarina com destino a China e que também é amplamente cultivado no Oeste catarinense, conforme gráfico 15.

Mapa 15 - Distribuição espacial da produção de soja em Santa Catarina (toneladas – 2018).



Fonte: Dentz, 2022.

Vale destacar, que grande parte da soja produzida na região Oeste, segundo Dentz (2019, p. 190), “é transformada em ração para alimentar as produções de suínos, aves e bovinos”, o que também pode ser vinculado com as demandas chinesas, visto que grande parte da produção se destina ao país.

Há, desta forma, uma significativa presença de demandas chinesas que influenciam na coordenação e estruturação dos processos produtivos regionais, ao passo em que o país asiático estabelece determinadas exigências e grande parte delas são cumpridas pelo capital agroindustrial regional. A atual formação e o desenvolvimento das dinâmicas produtivas da

⁵⁷ Em 2022, segundo dados do ComexStat e do FIESC Observatório, além dos municípios já citados no texto, tiveram relações diretas com a China os municípios de Abelardo Luz (venda de \$1,04 milhões de Soja); Faxinal dos Guedes (venda de \$126,15 mil de Soja); Seara (venda de \$4,94 milhões de carnes de aves); e Joaçaba (venda de \$1,47 milhões de Glicerina).

mesorregião Oeste têm sido impactadas pela crescente presença da China, com demandas altamente exigentes, especialmente em relação a padrões sanitários e que tem contribuído no aumento da dependência econômica da região.

Tais dinâmicas podem ser analisadas de acordo com dois vetores principais: primeiro, através do papel do Estado brasileiro e estadual na consolidação de acordos bilaterais, buscando fomentar as relações comerciais entre Brasil e China, além de ser a estrutura financiadora dos mais diversos circuitos produtivos envolvidos nos agronegócios; segundo, pela presença de grandes corporações de capital transnacional na região, como a BRF (fusão entre Sadia e Perdigão) e a JBS (que incorporou a Seara Alimentos), além da gigante nacional Aurora alimentos. Nos relatórios anuais das empresas JBS e BRF de 2022, ambas destacam as relações com a China, como sendo um mercado ainda com significativo potencial para novas vendas, destacando a habilitação para exportação de plantas industriais em Santa Catarina, além de unidades das empresas presentes em outros países e que também exportam grandes quantias para a China⁵⁸. A empresa Aurora Coop não divulga os relatórios anuais publicamente e quando procurada, informou não disponibilizar relatórios e dados da empresa para fins acadêmicos.

A confluência entre capital público e privado, no caso da mesorregião Oeste de Santa Catarina, vêm buscando capacitar e habilitar suas redes de capital produtivo as demandas externas, em especial das chinesas. Segundo a ACCS, o Brasil enviou para a China em outubro de 2023 uma lista com ao menos 20 novos frigoríficos buscando habilitá-los para futuras exportações. Ou seja, o estreitamento das relações comerciais entre Brasil e China, têm alterado os circuitos produtivos em diversos âmbitos, especialmente no agropecuário, onde se insere a região Oeste.

O trabalho encontra aqui um ponto de destaque, ao passo em que se percebe um crescimento contínuo da China nas relações comerciais de um estado e região que tradicionalmente possuíam vínculos consolidados com outros países, no qual as diferenças culturais e de consumo em geral do mundo Oriental, têm moldado significativamente a economia-política dos lugares.

É fato que essa constatação, acima de tudo, evidencia uma série de vulnerabilidades e a consolidação das tendências trabalhadas nos itens anteriores, quando do entendimento de que a indústria nacional cada vez mais se especializa em setores/produtos de baixo valor

⁵⁸ Relatório anual da empresa JBS disponível em:

<<https://jbs.com.br/wp-content/uploads/2023/10/ras-jbs-2019-port-final.pdf>>; e da empresa BRF disponível em: <https://www.brf-global.com/wp-content/uploads/2023/05/BRF_RI2022_26.05.23.pdf>.

agregado e que a produção agropecuária preenche em grande medida a oferta de produtos em âmbito internacional. Parte desses problemas, serão discutidos no item seguinte.

4.3.2 Dinâmicas de especialização regional produtiva e a formação/consolidação de vulnerabilidades territoriais

A reorganização do capital nacional e internacional nas últimas décadas, mais do que nunca, têm passado por constantes processos de reestruturação produtiva, no qual se inserem novos movimentos, agentes e formas de organização e gestão do território.

Se tratando da mesorregião Oeste de Santa Catarina, a especialização produtiva gira em torno de setores vinculados à produção agrícola e agroindustrial de carnes, especialmente suína e de aves. Há, portanto, conforme já descrito, a formação de um conjunto de circuitos produtivos regionalizados altamente especializados, construídos em torno de uma ampla e complexa divisão territorial do trabalho, na qual cadeias produtivas se conectam, se complementam e se organizam a partir de demandas variadas e especulativas.

Visto que a China tem cada vez mais marcado presença no território brasileiro e, também, ampliado suas relações com o estado de Santa Catarina, entende-se que novas possibilidades surgem e acabam por transformar a operacionalidade do que Dentz (2019) denomina de ‘agronegócios’, ideia também trabalhada por Motter (2020), quando afirma que a especialização regional configurou cidades do agronegócio, marcadas por novas relações campo-cidade e cada vez mais articuladas com o mundo.

Para Ximenes (2020), a conjuntura do mercado externo tem mudado com frequência, visto os constantes eventos de escala global, como a pandemia da Covid-19, e determinados surtos como o da peste suína africana (ASF - African swine fever), que tem provocado perdas significativas nos rebanhos suínos asiáticos, inclusive na China.

Essa conjuntura, se analisada desde o início dos anos 2000 e em termos de desenvolvimento econômico e abrangência territorial, tem seu grande ponto de confluência o surgimento e a consolidação da China como potência global, fato de maior notoriedade do capitalismo na era da globalização. Segundo Escher e Wilkinson (2019, p. 657), tal situação tem reforçado os impactos da China “na divisão internacional do trabalho, na dinâmica global de acumulação de capital, nas finanças e na geopolítica”.

A presença chinesa, assim como de outros mercados externos, impôs e ainda o faz, uma série de novas exigências, que findam na modernização de um setor visando atender as mudanças nos hábitos alimentares e na dieta diária de uma classe média de grandes

proporções e ainda em expansão (ESCHER E WILKINSON, 2019). Essa mudança no perfil da população chinesa, provoca impactos contundentes na produção de uma ampla variedade de *commodities* brasileiras, solidificando o setor e aumentando seu protagonismo econômico.

É importante enfatizar que a especialização produtiva regional do Oeste catarinense, conforme trabalhado no item 3.2 da pesquisa, tem sua origem ainda no século XX com a participação fundamental do Estado brasileiro e de Santa Catarina, interessados na consolidação de um setor importante para as demandas econômicas e políticas da época.

A modernização agrícola e o conseqüente aumento da produtividade do setor no Brasil, fizeram emergir novas dinâmicas, com novos agentes. Um fato de grande relevância, é a presença maciça na região de grandes empresas multinacionais agroexportadoras, com alta densidade tecnológica para atender as flexibilidades dos mercados externos, ou seja, uma produção local e regional que se articula a partir de demandas descentralizadas, as vezes até mesmo abstratas.

Há, a partir das considerações acima pontuadas, um conjunto de vulnerabilidades que emergem, em grande medida, devido a dois fatores: a intensa especialização produtiva regional e a crescente dependência de mercados consumidores externos. As discussões do presente item se articulam com essas duas abordagens.

A especialização que aqui se trata, resulta do que Castillo e Frederico (2010, p. 17) entendem como a articulação de redes e regiões que se manifestam “de variadas maneiras em diversas partes do mundo, podendo ser apreendida nas políticas territoriais dos Estados, através do planejamento, e nas estratégias das empresas, por meio de suas topologias”. Ou seja, o processo de especialização produtiva não é apenas compreendido pela vocação econômica constituída historicamente, mas reflete também, em certo grau, “as expressões geográficas e as compartimentações regionais singulares, decorrentes da relação entre o aprofundamento da divisão territorial do trabalho e a ampliação dos circuitos espaciais produtivos” (CASTILLO E FREDERICO, p. 17, 2010), inseridos em redes agroindustriais externas ao lugar. Tratar da especialização, portanto, é tratar da consecução das dinâmicas de acumulação do capital, altamente flexíveis.

A atuação quase totalmente abrangente das grandes corporações globais e do capital financeiro, concentrando e centralizando capital de diversos setores econômicos alinhados às práticas neoliberais altamente flexíveis (HARVEY, 2005), caracteriza uma globalização da dependência dos dias atuais. O uso seletivo e corporativo do território (SANTOS e SILVEIRA, 2001), portanto, seleciona lugares com vantagens comparativas, indispensáveis

para a competitividade dos respectivos setores, fornecendo recursos e ativos que permitem a obtenção de maior produtividade, fluidez e rentabilidade (SANTOS e CASTILLO, 2020).

[...] a forma como os agentes privados acessam e usam os ativos e recursos territoriais define suas condições de agir e alcançar maior ou menor nível de competitividade, isto é, de produzir e circular com maior eficiência e se manter nos mercados nacional e internacional. Os espaços, por sua vez, têm diferentes capacidades de oferecer essas condições, conforme circunstâncias de ordem técnica e organizacional que garantem determinada produtividade espacial (SANTOS e CASTILLO, 2020, p. 511).

Os autores complementam, afirmando que

[...] uma das condições necessárias para se atingir elevados níveis de competitividade geográfica, pelo menos no que diz respeito aos diversos setores da agropecuária, é a partir da especialização regional produtiva. Esse processo está ligado ao aprofundamento internacional e territorial do trabalho e baseia-se na apropriação seletiva de recursos naturais, geoeconômicos e político-normativo-institucionais de uma fração do território por uma determinada atividade ou setor econômico, tendo o objetivo de gerar uma funcionalidade eficiente na produção e na circulação (muitas vezes de forma competitiva) de certos tipos de produto e/ou serviço (SANTOS e CASTILLO, 2020, p. 512).

Santos e Castillo (2020) destacam ainda, que tal especialização se torna uma característica cada vez mais comum em tempos de intensa globalização financeira, por entender as novas formas de divisão territorial do trabalho como sendo formadas/constituídas por um mosaico de regiões produtivas especializadas.

A “guerra dos lugares” (Santos e Silveira, 2001) acaba permitindo a ação hegemônica das grandes corporações no uso do território, criando vulnerabilidades quando da imposição de condições vantajosas para as empresas, sendo muitas desvinculadas das realidades locais.

Ao procurar se adequar à produção global e competitiva de commodities, várias porções do território brasileiro, por exemplo, foram acometidas pela alta especialização regional voltada à produção agropecuária hegemônica (grãos, cana-de-açúcar, silvicultura, algodão, café, bovinocultura [avicultura]), atividades estas operadas especialmente por grandes firmas transnacionais dos segmentos agroindustrial e tradings [...] A implantação de extensas monoculturas e usos uniformes do solo é uma característica recorrente de especialização dessas regiões pelo agronegócio empresarial. Além disso, vários centros urbanos dessas áreas tornam-se extremamente funcionais a essa atividade [...]. O “engessamento” do uso dos territórios municipais, por esse viés, leva ao aumento da dependência da economia urbano-regional (e suas atividades secundárias e terciárias) a praticamente um único setor produtivo. Esse modelo de produção têm gerado, no entanto, implicações socioambientais diversas, drástica redução da diversidade produtiva no campo (e também nas pequenas cidades) e forte alienação e dependência dos lugares aos mercados recorrentemente instáveis das commodities agrícolas, revelando um quadro de vulnerabilidade territorial [...]. Essa vulnerabilidade está muito associada ao contexto neoliberal de acumulação por espoliação/desposseção [...] e podemos entendê-la, ainda preliminarmente, como a propensão dos lugares a transtornos ou

danos (econômicos, sociais, ambientais) decorrentes de crises (setoriais e macroeconômicas) ou a implicações socioambientais de alguma atividade econômica (SANTOS e CASTILLO, 2020, p. 512-513).

Visto que a cadeia produtiva de carne suína e de aves é altamente complexa e dinâmica e que sua produção demanda de um amplo conjunto de elementos, sua operacionalização pode ser muito volátil. Ripplinger, Scherma e Nascimento (2020) destacam a falta de insumos como importante elemento exemplificativo da vulnerabilidade da cadeia produtiva de carnes do Oeste catarinense, que demanda grandes contingentes de grãos e demais matérias primas, as quais não possuem autossuficiência.

Durante os anos de 2008, 2012 e 2016, o estado de Santa Catarina conheceu cenários de escassez no fornecimento do grão engendrados por eventos externos, principalmente a alta demanda e a elevação dos preços no mercado internacional, e por fatores internos, como variações climáticas que afetaram consideravelmente diferentes culturas agrícolas no Oeste Catarinense, progressiva redução das áreas de plantio em substituição a culturas mais rentáveis (principalmente a soja) e demanda muito maior do que a disponibilidade do cereal. Nesse contexto, a indústria agroalimentar necessita realizar a importação sistemática de milho de outros estados (casos do Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e até mesmo de países vizinhos, como Paraguai e Argentina, encarecendo ainda mais o produto devido aos custos de transporte (RIPPLINGER, SCHERMA, e NASCIMENTO, 2020, p. 23).

A obtenção dos insumos necessários passa a ser variável, flutuando de acordo com as dinâmicas cambiais e as volatilidades de mercado. Normalmente, quando da ocorrência de aumento do custo dos insumos, os pequenos produtores rurais integrados são os maiores prejudicados, especialmente pela incompatibilidade entre o aumento dos custos de produção e o retorno financeiro da agroindústria para o pagamento da carne produzida. Portais de comunicação regionais há anos tratam de uma possível mobilidade do capital agroindustrial do Oeste em direção a região Centro-Oeste do Brasil, buscando diminuir os custos de transporte de insumos gerais, uma maior proximidade com os territórios produtores de grãos⁵⁹.

Motter (2020) também faz importantes críticas à modernização e consolidação das atividades agrícolas na região Oeste, destacando que muitos lugares e produtores foram

⁵⁹ O portal Notícias Agrícolas, ainda em 2016, noticiava a urgência da construção de uma ferrovia norte-sul, com a seguinte manchete “Só ferrovia impedirá a migração das agroindústrias em SC”, no qual destacava, em tons alarmistas, que “a insuficiência de milho catarinense para abastecer as gigantescas cadeias produtivas da avicultura e suinocultura obriga as indústrias de processamento da carne a buscar, todos os anos, de 3 milhões a 3,5 milhões de toneladas de grãos no Brasil central.” O texto destaca que o custo de transporte de insumos vindos do Centro-Oeste chega a 5 bilhões de reais todos os anos. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/logistica/168592-so-ferrovia-impedira-a-migracao-das-agroindustrias-em-sc.html>>. Acesso em 11/11/2023.

excluídos desse processo e a dependência dos mesmos nas parcerias e integrações com as agroindústrias aumenta sua condição de vulnerabilidade.

Como o desenvolvimento das agroindústrias foi acompanhado da criação e fortalecimento de núcleos urbanos (como Videira, Concórdia, Joaçaba, Chapecó, entre outros), e da ampliação de serviços, atividades e outras indústrias localizadas nas cidades, os produtores que foram excluídos do processo produtivo e encontravam dificuldades para se manter no campo, acabavam por migrar para estes espaços, buscando uma melhor condição de vida – o que resultou no aumento populacional e nas desigualdades socioespaciais nos espaços urbanos. A agricultura familiar que foi integrada ao processo produtivo, por outro lado, sofreu intensas transformações. [...] a agricultura realizada durante o período de colonização foi sendo paulatinamente dissolvida, dando lugar a crescente integração mercantil e a especialização produtiva. A modernização dos pequenos e médios estabelecimentos, porém, não causou alteração na situação econômica dos produtores familiares. [...] nas propriedades onde a integração é a principal atividade desempenhada, é requisitado que o produtor invista nas instalações de acordo com as inovações tecnológicas disseminadas pelas empresas (Motter, 2020, p. 64 - 65).

Outro fator de grande relevância é o direcionamento da produção, os mercados consumidores que hoje sustentam a alta produtividade agroindustrial da região. A ocorrência de eventos de escala global, como os conflitos armados, surtos de doenças e pestes na produção de animais, a pandemia do COVID-19 e a organização produtiva específica de cada Estado-nação podem interferir na produção agroindustrial local. A ACCS destaca em seu portal de notícias a grande dependência do Brasil e de Santa Catarina com a China, tendo o país asiático reduzido as compras e proporcionado a derrubada de preços da carne exportada em 30%, em agosto de 2023⁶⁰. O mesmo portal destacava ainda no início de 2021 a reabilitação e retomada de autorização para exportação de carne suína das unidades da Aurora Alimentos de Chapecó e da JBS de Três Passos e Passo Fundo (ambas do Rio Grande do Sul), que haviam sido suspensas por conta dos "rígidos protocolos setoriais durante a pandemia da covid-19"⁶¹. Em outra notícia do mesmo portal, em outubro de 2023 o ministro da Agricultura do Brasil, Carlos Fávaro, destacou que o Brasil possui 77 estabelecimentos aptos à habilitação para exportar para a China, mas que a decisão de quantos frigoríficos serão autorizados a embarcar carnes para lá cabe exclusivamente aos chineses (Portal de Notícias da ACCS, 2023)⁶².

⁶⁰ Disponível em:

<<https://www.accs.org.br/noticias/6672-china-reduz-compras-e-derruba-preco-da-carne-exportada-pelo-brasil-e-m-30-em-agosto>>. Acesso em 27/10/2023.

⁶¹ Disponível em:

<<https://www.accs.org.br/noticias/5535-unidade-da-aurora-volta-a-receber-autorizacao-para-exportar-carne-suina-a-china>>. Acesso em 27/10/2023.

⁶² Disponível em:

<<https://www.accs.org.br/noticias/6716-brasil-envia-a-china-lista-com-20-frigorificos-para-habilitar-exportacoes>>. Acesso em 27/10/2023.

A evidente dependência do Oeste de Santa Catarina possui vários contornos, mas tem em sua base a vulnerabilidade decisória dos processos produtivos que implicam, dentre tantas, em possíveis inseguranças para os trabalhadores das agroindústrias e todos os demais setores de comércio e serviço vinculados. Ripplinger (2019) destaca como eventos de grande escala interferem sobre medida na dinâmica local das unidades produtivas e, conseqüentemente, na vida dos trabalhadores.

Além dos fatores supracitados, outros marcaram a história da BRF, a exemplo do fechamento ou paralisação parcial de algumas unidades de produção da BRF em 2018, como no caso de Mineiros (GO) (encerrado abate de perus), Rio Verde (GO), Carambeí (PR), Capinzal (SC), Chapecó (SC), entre outras, por causa de contaminação por *Salmonella*, todas estas impactadas por operações como a “Carne Fraca”. [...] Desta forma, não são somente os funcionários os prejudicados com o fechamento ou paralisação das atividades em uma unidade industrial, mas todo o comércio, empresas dos mais diversos ramos, a população em geral, a desvalorização das áreas, bem como os pequenos produtores que vendiam sua produção a estas unidades (RIPPLINGER, 2019, p. 38).

Em 2017, a empresa JBS enfrentou grave crise e passou por um processo de reestruturação que culminou no fechamento de uma unidade em Morro Grande - SC, culminando na demissão de mais de 740 funcionários e o desligamento de cerca 100 produtores de frango associados (Folha de São Paulo/UOL, 2018).

É evidente que independente da diversidade econômica de um dado território, uma drástica mudança provoca efeitos imediatos e extremamente danosos. Neste caso, contudo, quando um território é altamente especializado, como as redes agroindustriais do Oeste catarinense, as vulnerabilidades podem se aprofundar. Quando o mercado em questão é altamente dependente da variação internacional de preços, disponibilidade e demanda por *commodities*, a situação também passa a ser mais complexa, podendo aumentar as possibilidades e, na mesma medida, aumentar a exposição dos circuitos produtivos.

Em relação a China, algumas considerações merecem destaque. A China tem passado, como descrito no primeiro capítulo, por uma ampla reorganização do seu complexo produtivo/econômico nas últimas décadas, permitindo um rápido e consistente desenvolvimento de suas forças produtivas e uma melhora muito significativa na qualidade de vida de grande parte da população. Dentro dessa realidade, o país ainda é insuficiente na produção de várias matérias primas primordiais, dentre elas, a produção alimentar de qualidade. O país também é um grande produtor agrícola e de carnes, mas sempre priorizou a diversificação de sua economia e de todo parque industrial, sendo referência na produção de bens de consumo altamente tecnológicos e outros tantos de alto valor agregado. Para uma

realidade de cerca de 1.4 bilhões de pessoas, as demandas são muito significativas e a crescente presença do país no comércio internacional alterou muitas dinâmicas, inseriu lugares e regiões de múltiplas escalas em redes de abastecimento.

A China, contudo, busca relações econômicas vantajosas sempre tendo como alicerce central a diplomacia e a cooperação entre os países parceiros. As vulnerabilidades territoriais da especialização produtiva regional do Oeste catarinense no setor agroindustrial são resultado de políticas econômicas do Estado brasileiro e estadual e da ação quase que intocável dos grandes conglomerados ali presentes. Essa mobilidade de capital no território brasileiro, sempre buscando melhores condições para captação de benesses e vantagens de forma completamente arbitrária ao desenvolvimento da economia nacional é uma herança nacional do Consenso de Washington na década de 90.

As relações com o país asiático, especialmente inseridas numa relação de cooperação entre países do sul global, possui incontáveis possibilidades e devem ser melhor compreendidas e exploradas, especialmente pela capacidade tecnológica chinesa e a necessidade de revitalizar e reindustrializar o Brasil. Nos moldes atuais, a equação é desigual, pois a região Oeste de SC segue as tendências nacionais, de reprimarização da pauta exportadora e solidifica a produção agroindustrial, um setor de baixo valor agregado e de renda média baixa, ao passo em que a China consegue suprir suas necessidades internas e desenvolve suas forças produtivas nacionais.

5 CONCLUSÕES

O percurso analítico traçado para a elaboração da presente pesquisa passou por diversos entraves e redirecionamentos. Contudo, algumas considerações podem ser feitas a respeito dos resultados obtidos, pois os estudos revelaram tendências e possibilidades a respeito dos fenômenos analisados. O presente item pretende, desta forma, organizar e sistematizar as reflexões realizadas, elucidando o caminho metodológico e suas pretensões.

O fato de maior relevância se deve ao amplo e ainda pouco compreendido desenvolvimento econômico da China. Santos (2014, p.138) ao analisar as formas de dominação capitalista, marcadas pela imposição e posterior hegemonização de um modelo tecnológico e organizacional de utilização e reprodução do capital, destaca o fato de que “somente a China, que fez sua revolução paralelamente, pôde escapar a ele”.

Os estudos iniciais, ancorados em análises macro escalares, em que a totalidade-mundo esteve presente, permitiu a demarcação de determinadas características: o desenvolvimento técnico exponencial das forças produtivas globais, inerentes a uma intangível e muito complexa divisão territorial do trabalho, na qual novos agentes ingressam de forma a alterar dinâmicas tradicionais; o gradativo surgimento de novos polos globais de poder, entendidos como novos vetores supranacionais e que tem promovido rupturas nas estruturas convencionais de poder, visto que são países emergentes, em sua maioria; as alterações nas dinâmicas comerciais internacionais e na (re)organização de uma divisão territorial do trabalho altamente influenciadas pela crescente presença da China, um novo vetor de poder global, o expoente de um ainda embrionário conjunto de objetos técnicos disruptivos da hegemonia capitalista dominante.

A fluidez com que circulam os objetos e a capacidade de articulação das redes são determinantes que veem seu conteúdo ampliado em tempos atuais, complexificando à medida em que o progresso técnico abrange novos limites. Contudo, as estruturas de comando e os relacionamentos entre os agentes globais têm se alterado significativamente, especialmente pelo aumento da polarização geopolítica nas últimas décadas, marcadas pela tentativa de novos centros de poder de alterar as estruturas hegemônicas centradas na Europa e nos Estados Unidos.

Apesar da rápida proliferação do neoliberalismo no mundo, constituindo o que Dardot e Laval (2016) denominam de “nova razão do mundo”, os grandes expoentes do capitalismo neoliberal, na forma de Estados-nação, têm enfrentado o surgimento de uma nova formação

econômico-espacial de orientação socialista (JABBOUR e GABRIELE, 2021), na figura da China.

Nestas condições, entende-se o crescimento econômico chinês e sua crescente presença nas relações comerciais globais como sendo um fator de grande relevância, pois o país tem sido protagonista na formação do que entendo como sendo a estruturação de um novo bloco de poder global, no qual desafia-se o trono ocidental. Esse bloco de poder é propagado nos termos de uma cooperação Sul-Sul, onde blocos regionais formados por países da periferia do capitalismo aumentam sua integração econômica, dentre os quais merece atenção o BRICS, bloco formado por países que autores como Magalhães (2011) entendem como globalizadores do século XXI.

Essa nova configuração ressalta a influência da ascensão chinesa na promoção de uma transição sistêmica nas relações internacionais contemporâneas. Isso ocorre por meio da estreita colaboração entre a China e outros países emergentes, como a Índia e o Brasil. Segundo ele, e também concordando conosco, na esfera econômica, destaca-se a observação da crescente distribuição de capacidades, evidenciada pelo aumento significativo da participação dos países periféricos na produção global, nas reservas financeiras e no comércio. Essa mudança é reflexo da reorganização da divisão internacional do trabalho. No que diz respeito à geração de riqueza, os países periféricos experimentaram um aumento em sua participação no PIB mundial em PPP (poder de paridade de compra) de 30,7% para 48,6% ao longo de pouco mais de duas décadas (1990-2011). Isso demonstra que os países emergentes têm liderado o crescimento da economia global, exercendo profunda influência na dinâmica do comércio internacional e dos investimentos, sendo a China destacada nesse cenário, apesar das diferenças nos modelos de desenvolvimento e desempenho.

Não chama atenção apenas o desempenho global da China no que concerne ao seu crescimento interno e externo e nas relações que o país produz com centros tradicionais do capitalismo, mas o aumento da interdependência comercial entre países emergentes, relações descentralizadas e que permitem o aprofundamento dos processos de integração regional entre África, Ásia e América Latina.

As revisões teórico-bibliográficas apresentadas no primeiro capítulo reforçam a ideia de que o pós-crise de 2008 inverteu as tendências: “enquanto os países centrais adentraram em substantivas crises, os países emergentes demonstraram capacidade de resistência” (PAUTASSO, 2011, p. 57).

O estreitamento das relações chinesas com a América Latina e, em especial com o Brasil, apresentam trajetórias e formas de inserção distintas. A perda da participação

industrial na economia da América Latina não ocorreu a partir da incorporação de serviços agregadores de valor, como já ocorreu em países desenvolvidos, mas se deu em detrimento do encolhimento dos circuitos produtivos industriais. Já no caso chinês, a indústria de transformação vem se diversificando, modernizando e contribuindo para a expansão do setor de serviços com elevado valor agregado e com alta densidade tecnológica.

As considerações de Barbosa (2011) levam a compressão da escala de análise. A aproximação diplomática da China com os países da América Latina evidencia o papel destes na divisão internacional do trabalho, como produtores de matérias primas e consumidores de produtos de alto valor agregado, podendo ampliar suas vulnerabilidades. O autor entende que os ritmos de expansão de cada região apresentam comportamentos desiguais por conta do perfil do comércio bilateral dos países. Desta forma, entende-se que o crescimento econômico da América Latina “parece impactar de forma mais decisiva sobre as importações de produtos industriais chineses do que o contrário, já que a China importa da região basicamente commodities” (BARBOSA, 2011, 278). O autor entende que apesar das possibilidades trazidas pela China para alguns países da região, esse formato de comércio exterior pode se consolidar como fator de vulnerabilidade, dependendo das políticas econômicas de desenvolvimento de cada país.

A análise geral da economia nacional, com foco na produção industrial, demonstra a gradativa consolidação de duas tendências: um processo de desindustrialização que se estende desde a década de 80; e a conseqüente reprimarização da pauta das exportações, onde setores ligados à exploração/produção de recursos naturais têm predominado.

Faz-se aqui uma importante distinção. A relação de dependência e subordinação do Brasil com os EUA e as demais economias centrais do capitalismo sempre expressaram a condição de subalternidade brasileira, uma economia trajada de imperialismo e de normatividades ideológicas altamente centralizadas e que sempre reforçaram que o não desenvolvimento das forças produtivas dos países periféricos é uma condição primeira para a manutenção e reprodução do capital. Os vínculos com a China fazem transparecer problemas históricos da economia brasileira, mas o país asiático não desenvolve suas forças produtivas em detrimento do desenvolvimento de outros países.

Quando analisadas algumas características da economia brasileira, percebe-se que o setor industrial tem perdido protagonismo na ocupação do trabalho, na composição da renda e do PIB nacional, uma desindustrialização precoce que redireciona o capital humano e a produção de riquezas para os setores de comércio e serviços. Cabe destacar, que grande parte da indústria manufatureira nacional está vinculada com o processamento de alimentos e

demais produtos de baixo valor agregado, o que evidencia a fragilidade da economia brasileira. A crescente demanda chinesa por alimentos se articula com essa realidade, especialmente porque o aumento da importação de alimentos por parte do país asiático promoveu um aumento considerável do preço das *commodities* no mercado internacional, permitindo a expansão dos agronegócios no Brasil, por exemplo.

Apesar das tendências observadas acima datarem ainda do século passado, entende-se que a partir da reaproximação diplomática entre Brasil e China no início dos anos 2000, tais fatos se consolidaram. A China rapidamente passou a ser o principal parceiro econômico do Brasil, sendo o principal comprador das *commodities* e o principal centro de origem das importações (com preços muito mais competitivos, especialmente em produtos manufaturados). Santos (2014, p. 171) chamava atenção para a organização espacial dos circuitos da economia em países do ‘terceiro mundo’, destacando que as “forças de modernização impostas tanto do interior como no exterior são extremamente seletivas em suas formas e em seus efeitos”.

As análises das exportações do estado de Santa Catarina reforçam o aumento da presença chinesa e as demais tendências da economia nacional. Apesar da relativa dinamicidade e diversidade do parque industrial e demais forças produtivas, o estado também se vincula às tendências da economia nacional, com uma pauta de exportações dominada por setores ligados à exploração de recursos primários e produção de alimentos, tendo a China como principal destino dessa fatia específica. Apesar do forte vínculo do estado com os EUA, a China tem ampliado sua presença na economia do estado e interferido cada vez mais na organização econômica, com novas demandas e exigências.

Aqui, entende-se que a China enquanto sujeito em plena expansão de uma nova ordem global, têm constituído importantes dinâmicas nos mais diversos lugares, uma globalização econômica que agora atende as exigências de um país emergente e, em tese, não tradicional a diversos mercados regionais. Milton Santos trata desse assunto, analisando a ação globalizada enquanto norma do território, os chamados espaços da globalização, destacando que “a ordem global serve-se de uma população esparsa de objetos regidos por essa lei única que os constitui em sistema. A ordem local é associada a uma população contígua de objetos, reunidos pelo território e, como território, regidos pela interação” (SANTOS, 2014, p. 338).

A coleta e análise de dados demonstraram uma crescente presença da China na região Oeste, com relações diretas nas atividades econômicas mais importantes, criando vínculos com diversos municípios, desde os que possuem relativa centralidade urbana, como é o caso de Chapecó e Concórdia, até municípios muitos pequenos, como é o caso de Itapiranga e São

Miguel do Oeste. Essa realidade demonstra ao menos dois elementos de destaque: a presença chinesa no estado de Santa Catarina e na região Oeste têm se ampliado ao longo dos últimos anos e, ao que tudo indica, devem se intensificar na próxima década, com o aumento das relações comerciais com o país asiático. Esse vínculo regional voltado ao abastecimento chinês, para além de consolidar a especialização produtiva regional, reforça também o papel do Brasil na DIT, ao passo que sua crescente integração é dependente de elementos externos e da produção de produtos de baixo valor agregado, implicando numa baixa diversificação econômica e aumentando suas vulnerabilidades.

Cabe ainda ressaltar, que a produção agroindustrial com destino à China, também demonstra que as relações externas do estado de SC se alinham a balança comercial nacional, exportando produtos primários, como carne suína, carne de aves e soja, e importando produtos de alta intensidade tecnológica, como semicondutores e transformadores elétricos. A posição do Brasil na DIT, portanto, não sofreu grandes mudanças após o aumento das relações comerciais com a China, apenas consolidou seu papel de grande fornecedor global de recursos naturais e matérias primas, contexto no qual também se insere a região mesorregional do Oeste catarinense.

Apesar disso, o Estado de Santa Catarina possui uma dinâmica exportadora relativamente diversificada, com vínculos distintos com seus dois principais parceiros econômicos: enquanto os EUA importam produtos de maior beneficiamento, a China importa alimentos e demais produtos primários, sendo que os últimos lideram a lista.

Contudo, SC tem estreitado suas relações com a China nas últimas duas décadas⁶³, sendo um dos principais centros de importação do país asiático, especialmente por conta do papel do porto de Itajaí, mas especialmente pela organização produtiva dos agronegócios voltados ao abastecimento do mercado chinês. Neste caso, destaca-se a mesorregião do Oeste catarinense, pois expressa uma rede de fluxos comerciais altamente complexa e flexível, conciliando a ação de grandes empresas multinacionais, órgãos públicos e sujeitos locais e internacionais, todos contribuindo para a formação de circuitos produtivos altamente especializados.

A critério de conclusão, os dados apresentados pela análise bibliográfica e quantitativa apontam para a incisiva participação do Estado brasileiro e estadual ao longo do século XX e

⁶³ Recentemente, o governo do estado de Santa Catarina tem buscado investidores chineses para colocar em prática dois projetos de construção de ferrovias no estado, uma que pretende ligar Araquari a Navegantes, conectando o Complexo Portuário de Itajaí à malha ferroviária nacional; e o outro consiste num projeto de 319 quilômetros de ferrovia que ligará Chapecó a Correia Pinto. Segundo a reportagem da Agência Catarinense de Notícias (2023) “a proposta conectará o Oeste catarinense com a malha nacional, permitindo também acesso ao Litoral catarinense”.

XXI na elaboração de políticas direcionadas ao financiamento e estruturação das dinâmicas agrícolas regionais, através de um amplo conjunto de projetos direcionados ao setor; assim como para a estruturação, a partir do financiamento do Estado, de inúmeros frigoríficos e agroindústrias na região, inicialmente de escala regional, mas que hoje atuam em todo território nacional e em outros países, na forma de grandes companhias do setor; a estruturação da mesorregião Oeste de Santa Catarina como uma região especializada na produção agropecuária, com ênfase na produção de carnes suína e de aves, além de outras atividades agrícolas expressivas, que contribuem para a constituição de uma ampla especialização produtiva regional, onde o território vincula-se às demandas de um setor predominante, um circuito superior da economia (SANTOS, 2014).

A especialização produtiva regional tem promovido uma ampla rede de negócios, com fluxos de produtos e matérias primas altamente complexos e que promovem a especialização de grande parte dos municípios da região, na qual se inserem fornecedores de matérias primas, empresas logísticas, pequenos agricultores produtores de grãos, pequenos agricultores produtores de carnes e leite, agropecuárias, agroindústrias e uma ampla rede de prestação de serviços vinculados. Essa especialização tem na produção de carne suína e de aves seus grandes expoentes. Ambos produtos, predominantemente produzidos na região Oeste, constam como os principais produtos exportados pelo estado de SC nos últimos anos, o que implica na conexão do lugar e do global na própria estruturação da organização produtiva, à medida que a região atende demandas externas ao seu território; as exportações de carnes são direcionadas a uma ampla diversidade de parceiros econômicos, mas encontra na China seu principal destino.

A carne de frango tem, na China, seu segundo principal destino nos últimos anos, enquanto que a carne suína já tem este país como seu maior comprador. Vale destacar, que a China é um mercado exigente, com amplo controle sanitário, que implica na adaptação da produção regional. A presença chinesa se dá de diversas formas, sendo o principal centro de origem das importações do estado e da região e chegando a ser o principal destino das exportações nos anos de 2018, 2019 e 2020, à frente do principal parceiro histórico de SC, os Estados Unidos.

A organização produtiva altamente especializada se estabelece, portanto, a partir de dinâmicas supranacionais, que buscam uma base territorializada capaz de mobilizar recursos e dinamizar regiões, e que tem sido cada vez mais influenciadas pela presença da China; o caráter das importações também reforça a condição do Brasil na DIT, como país exportador

de commodities e produtos de baixo valor agregado e importador de produtos de alta intensidade tecnológica e alto valor agregado.

Nesse entendimento, a aproximação com a China atualmente não modifica o status do Brasil na DIT, apenas reforça sua condição de dependência e subalternidade; essa especialização produtiva é geradora de vulnerabilidades territoriais, seja pelas dinâmicas que envolvem a produção propriamente dita (abastecimento de matérias primas, custos de produção, etc.) ou pela ingerência local das atividades produtivas, sujeitas a dinamicidade de agentes externos e à dinâmica de preços no mercado internacional. Vale lembrar, que a China tem investido muito em novas tecnologias, buscando aumentar a produtividade agrícola e reduzir sua dependência externa para obtenção de alimentos. Ou seja, o território regional está sujeito às variabilidades internas de outros países.

Vale destacar, que a especialização regional precede o crescimento e presença da China na região, assim como suas vulnerabilidades territoriais. As formas como a China tem se postado na diplomacia global, com grandes projetos de escoamento de capital, apresenta um grande conjunto de possibilidades, especialmente pelo interesse chinês nas cooperações Sul-Sul, onde a consolidação de parceiros emergentes possui grande valia para as pretensões do gigante asiático.

A pesquisa culminou num amplo conjunto de reflexões e considerações, fundadas na tentativa de se vincular diferentes escalas territoriais, com distintos agentes, objetos e dinâmicas. Entende-se que a divisão territorial do trabalho contemporâneo, marcada pela forte presença de países emergentes com a liderança da China, tem provocado mudanças no comércio e na geopolítica internacional, interferindo e impactando nas estruturas produtivas de diversos lugares, incluindo a região Oeste de Santa Catarina.

Conclui-se que, apesar do atual caráter das relações comerciais de Santa Catarina com a China, assim como do Brasil, reforçarem as tendências de desindustrialização da economia e reprimarização da pauta exportadora, a aproximação apresenta diversas possibilidades, especialmente pela China representar uma ruptura nas formas tradicionais de comércio, marcadas pela intensa dependência econômica para/com países do capitalismo central e instituições globais a serviço do capital, como o Banco Mundial e o FMI.

Se tratando da aproximação entre China e América Latina, é fundamental o entendimento dos países sobre a necessidade de se construir estratégias visando um maior protagonismo dos países da região. Pires (2019) faz um importante adendo a respeito das iniciativas envolvendo o gigante asiático e os países latino-americanos, ao afirmar que “as ações devem ser compreendidas pelas sociedades locais como políticas de “Estado” e não

políticas de “governo” para não sofrerem de paralisações decorrentes das mudanças políticas comuns aos sistemas de concorrência eleitoral” (PIRES, 2019, p. 93).

A China, portanto, representa uma alternativa para o Brasil em relação às políticas imperialistas impostas há décadas pelos Estados Unidos, cabendo ao Estado e suas respectivas instâncias e agentes da administração pública, planejar e projetar parcerias que desenvolvam e diversifiquem o parque industrial brasileiro, reduzindo a dependência na importação de produtos industrializados e no papel dos agronegócios nacionais nas exportações. A presença chinesa já tem provocado inúmeras alterações nas dinâmicas políticas e econômicas do Brasil e de suas respectivas regionalidades, mas a diplomacia entre ambos países precisa de mútuos benefícios, precisa contribuir para o desenvolvimento das forças produtivas, precisa assegurar a soberania nacional perante seus interesses e por isso suas potencialidades devem ser exploradas, não negadas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CRIAÇÃO DE SUÍNOS. **Exportações de Suínos 2023**. Edição anual - série histórica. Disponível em: <<https://www.accs.org.br/exportacoes>>. Acesso em 18 out. 2023.

AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE ITAJAÍ. **Perfil das operações**, 2011. Disponível em: <<https://www.portoitajai.com.br/perfil-das-operacoes>>. Acesso em 15 out. 2023.

BARBOSA, Alexandre de F. A ascensão chinesa e a economia-mundo capitalista: uma perspectiva histórica. In: MUSSE, Ricardo. **China Contemporânea: Seis interpretações**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 9-40.

BARBOSA, Alexandre de F. China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. In: LEÃO, Rodrigo. P. F.; PINTO, Eduardo. C.; ACIOLY, Luciana (orgs.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea, 2011, p. 269-306. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3030>. Acesso em: 18 dez. 2023.

BENACHENHOU, Abdellatif. **Países Emergentes**. Trad. Sérgio Duarte. Brasília: Funag, 2013.

BERNARDES, Júlia. A. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 mato-grossense. In: BERNARDES, Júlia. A. FREIRE FILHO, Osni L. (orgs.) **Geografias da soja: BR-163 fronteiras em mutação**. Rio de Janeiro: Edições Arquimedes, 2006, p. 99-114. Disponível em: <http://nuclamb.geografia.ufrj.br/geografias-da-soja-br-163-fronteiras-em-mutacao/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

BOSA, Gabriel. Crise da JBS afeta cidades financeiramente dependentes. **Folha de São Paulo - UOL**. São Paulo, 13 de março de 2018, disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/crise-da-jbs-afeta-cidades-financeiramente-dependentes.shtml>>. Acesso em: 11 nov. 2023.

BRASIL envia à China lista com 20 frigoríficos para habilitar exportações. **Associação Catarinense de Criadores de Suínos - ACCS**. 2023. Disponível em: <<https://www.accs.org.br/noticias/6716-brasil-envia-a-china-lista-com-20-frigorificos-para-habilitar-exportacoes>>. Acesso em 27 out. 2023.

BRASIL tem 50 frigoríficos aptos a iniciar exportação para a China. **Correio do Estado**. 2023. Disponível em: <<https://correiodoestado.com.br/economia/brasil-tem-50-frigorificos-aptos-a-iniciar-exportacao-para-a-china/412787/>>. Acesso 01 nov. 2023.

BRASIL FOODS - BRF. **Relatório Integrado, 2022.** Disponível em: <https://www.brf-global.com/wp-content/uploads/2023/05/BRF_RI2022_26.05.23.pdf>. Acesso em: 05 out. 2023.

BRUNO, Flávio Marcelo Rodrigues; RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá. One Belt, One Road: novas interfaces entre o comércio e os investimentos internacionais. **Revista de Direito Internacional**, 2017. v. 2, n. 2, p. 193 - 213. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/4676>. Acesso em 12 jun. 2023.

CARIELLO, Tulio. **Investimentos chineses no Brasil histórico, tendências e desafios globais.** Conselho empresarial Brasil-China. 2021. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2021/08/05/investimentos-chineses-no-brasil-historico-tendencias-e-desafios-globais-2007-2020/>. Acesso em: 02 mai. 2023.

CARLOTTO, Maria Caraméz; PINTO, José P. G. A divisão internacional do trabalho no século XXI: um estudo sobre o peso da propriedade intelectual na relação EUA – América Latina. **Carta Internacional**, v. 10, edição especial, p. 94-113, 2015. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/306/260>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CARVALHO, David Ferreira; CARVALHO, André Cutrim. Desindustrialização e reprimarização da economia brasileira contemporânea num contexto de crise financeira global: conceitos e evidências. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 26, n. 1, p. 35-64, Jul./Dez. 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/17548>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CASTELLS, Manuel. A economia informacional, a nova divisão internacional do trabalho e o projeto socialista. **Caderno CRH**. Salvador, v. 17, p. 5-34, 1992. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18807>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 18, p. 17, 2010. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/330>>. Acesso em: 11 nov. 2023.

CASTILLO, Ricardo. A. Agricultura globalizada e logística nos cerrados brasileiros. *In*: SILVEIRA, Márcio. R. (org.). **Circulação, transportes e território: diferentes perspectivas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 331-354.

CAVALCANTE, Leo; MONEA, Gustavo Kaique Araujo; FERREIRA, Fernando Fagundes. Ranking de complexidade econômica dos estados brasileiros. **Redeca**, v.7, n.2. Jul-Dez. 2020 p.143-157. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/redeca/article/view/52201/34400>>. Acesso em 08 jan. 2023.

CHINA reduz compras e derruba preço da carne exportada pelo Brasil em 30% em agosto. **Associação Catarinense de Criadores de Suínos - ACCS**. 2023. Disponível em: <<https://www.accs.org.br/noticias/6672-china-reduz-compras-e-derruba-preco-da-carne-exportada-pelo-brasil-em-30-em-agosto>>. Acesso em: 27 out. 2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA- CNI. **Perfil da indústria brasileira**, 2023. Disponível em: <<https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/#/industria-total>>. Acesso em 10 out. 2022.

COSENZA, Apoena C. Um estudo sobre a Divisão Internacional do Trabalho. **Revista de Economia Política e História Econômica**, n. 33, jan. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/310451899_Um_estudo_sobre_a_Divisao_Internacional_do_Trabalho. Acesso em: 18 dez. 2023.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DENTZ, Eduardo Von. **A dinâmica geoeconômica da mesorregião Oeste catarinense: dos agronegócios à complexidade econômica regional**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/234816>. Acesso em: 18 dez. 2023.

DINIZ, Clélio Campolina; MENDES, Philippe Scherrer. **Tendências regionais da indústria brasileira no século XXI**. Rio de Janeiro: IPEA, 2021.

ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John. A economia política do complexo Soja-Carne Brasil-China. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 656-678, Out/Dez 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/36SqtNVWsRKRrDZWD6vKP5Lb/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

FREDERICO, Samuel. Economia política do território e as forças de dispersão e concentração no agronegócio brasileiro. **GEOgraphia** – Ano. 17 – Nº 35 - Dossiê – 2015.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n.2, p. 153 - 167, Novembro, 2011. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/viewFile/400/376>. Acesso em 18 dez. 2023.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI. **Boletim Agropecuário 2023**. Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola - Epagri/Cepa. 2023. Disponível em: <<https://cepa.epagri.sc.gov.br/index.php/publicacoes/boletim-agropecuario/>>. Acesso em 12 set. 2023.

ESTATÍSTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR. **ComexStat**, 2023. Disponível em <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 153 - 167, nov. 2011. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400>. Acesso em: 18 dez. 2023.

ESPÍNDOLA, Carlos. J. Ciclo de crescimento da economia brasileira e desempenho do agronegócio catarinense. **Geografia**, Londrina, v. 25, p. 91-109, 2016. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/24919>. Acesso em: 18 dez. 2023.

FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FIESC. **Comércio Exterior, 2023**. Disponível em: <<https://observatorio.fiesc.com.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.

GOMES, Brenda de C. S.; CASTAGNA, Leonardo M.; BRUM, Samuel F. da S. Política Externa Da China: Implicações Estratégicas e Geopolíticas Da Iniciativa “One Belt, One Road”. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, v. 12, n. 22, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/87186>. Acesso em: 20 jul. 2023.

GUIMARÃES, Edson P. Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional. **Editora da UFRGS**. Terceira edição. Rio Grande do Sul. 2000.

GUIMARÃES, Edson P. Evolução das teorias de comércio internacional. **Estudos em Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, jan/jun, 1997. Disponível em: https://ecex.ie.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/04/evolucao_das_teorias_de_comercio_internacional.pdf. Acesso em: 18 jan. 2023.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HESS, Felipe. A industrialização brasileira em perspectiva histórica (1808-1956). **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília**, Brasília, n. 18, p. 100-132, jan/jul. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/19892>. Acesso em: 18 dez. 2023.

HONG KONG TRADE DEVELOPMENT COUNCIL - HKTDC. One Belt, One Road Initiative: The Implications for Hong Kong. **Belt and Road**. 2015. Disponível em: <<https://beltandroad.hktdc.com/en/insights/one-belt-one-road-initiative-implications-hong-kong>>. Acesso em: 08 fev. 2023.

HONG KONG TRADE DEVELOPMENT COUNCIL - HKTDC. Xinjiang: A Core Component of Belt and Road. **Belt and Road**. 2016. Disponível em: <<https://beltandroad.hktdc.com/en/insights/xinjiang-core-component-belt-and-road>>. Acesso em: 08 fev. 2023.

HONG KONG TRADE DEVELOPMENT COUNCIL - HKTDC. Yunnan: A Planned Hub of Belt and Road. **Belt and Road**. 2016. Disponível em:

<<https://beltandroad.hktdc.com/en/insights/yunnan-planned-hub-belt-and-road>>. Acesso em: 08 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017**. Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600>>. Acesso em: 02 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **IBGE - Cidades**. 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/itapiranga/panorama>>. Acesso em: 30 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **IBGE SIDRA: Pesquisa Pecuária Municipal**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Apontamentos sobre a geopolítica da China. *In*: MUSSE, Ricardo. **China Contemporânea: Seis interpretações**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 41 - 68.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: o Socialismo do Século XXI**. 1. ed. Editora Boitempo: São Paulo, 2021.

JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando de. China e seu catching up: uma abordagem desenvolvimentista clássica. *In*: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO - ABDE, Rio de Janeiro: ABDE BID, 2016, p. 45-76. Disponível em: <http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/a-china-e-seu-catching-up.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; GOLDFARB, Yamila. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung/Associação Brasileira de Reforma Agrária, 2021. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.

LOPES, Carlos R. U.; PAUTASSO, Diego. A Iniciativa ‘ONE BELT, ONE ROAD’ (OBOR) e a projeção regional da China. *In*: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA ESPM, 5., 2017, São Paulo. **Anais Eletrônicos do 5º Seminário de Iniciação Científica ESPM**, São Paulo, 2017, p. 01-16. Disponível em: <https://www.academia.edu/36061361/A_Iniciativa_One_Belt_One_Road_OBOR_e_a_proje%C3%A7%C3%A3o_regional_da_China>. Acesso em: 18 dez. 2023.

MAGALHÃES, Diego T. D. Globalizadores do século XXI: países emergentes e a globalização Sul-Sul. **Revista Conjuntura Austral**, v. 2, n. 8, out/nov 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/22234/14006>. Acesso em: 18 dez. 2023.

MASSUQUETTI, Angélica; CAMPETTI, Pedro Henrique de Moraes; KOCK, Juliano Luiz; TAMIOSSO, Rafaela Lauffer Ostermann. As relações comerciais agrícolas entre Brasil e China no período 2000-2011: perspectivas para o agronegócio brasileiro. **Nexos Econômicos – CME-UFBA**, v. 7, n. 2, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/8610>. Acesso em: 18 jan. 2023.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. Política Industrial e Divisão Internacional de Trabalho. **Revista de Economia Política**, v. 39, n. 1 (154), p. 71-87, jan/mar 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/VRDCNpM4TrgfXGYcs5tMd3B/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2023.

MORCEIRO, Paulo César; GUILHOTO, Joaquim José Martins. Desindustrialização setorial e estagnação de longo prazo da manufatura brasileira. **Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo**, v. 1, 2019. Disponível em: http://www.usp.br/nereus/wp-content/uploads/TD_Nereus_01_2019.pdf. Acesso em: 18 dez. 2023.

MOREIRA, Uallace. **Um estudo sobre o comércio exterior de bens de capital e algumas de suas relações com o desenvolvimento do ramo industrial no Brasil (1974-1989)**. Dissertação (Mestre em Desenvolvimento Econômico). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2009. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/dissertacoes-teses/75125/um-estudo-sobre-o-comercio-exterior-de-bens-de-capital-e-alg>. Acesso em: 18 dez. 2023.

MOTTER, Crislaine. **O agronegócio de carnes de aves e suínos e a especialização regional do oeste catarinense**. 2020. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/29981>. Acesso em: 18 dez. 2023.

OLIVEIRA, Marcos. PIB dos Brics ultrapassa o dos países do G7. **Monitor Mercantil**. 28 mar. de 2023. Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/pib-dos-brics-ultrapassa-o-dos-paises-do-g7/>. Acesso em 18 nov. 2023.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. Brasil e China: uma nova aliança não escrita? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 2, p. 88-106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/mDfHPGdggWSHwDSXDr9rnSH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2023.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 1, p. 7-30, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/6Lv7CZfX9pcRdrHXffvH93H/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

PADILHA, Willian. **Capital financeiro e cooperativismo agropecuário no Sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 2019. Programa de Pós graduação em Geografia – PPGG, Florianópolis, 2019, p. 459. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214930>. Acesso em: 18 dez. 2023.

PAULINO, Luís Antônio; PIRES, Marcos Cordeiro. Reflexões sobre hegemonia e a política internacional da China: a iniciativa “cinturão e rota” como uma estratégia de desenvolvimento pacífico. **Revista Relaciones Internacionales**, n. 53, 2017. p. 207-228. Disponível em: <https://revistas.unlp.edu.ar/RRII-IRI/article/download/3793/3939/11913>. Acesso em: 18 dez. 2023.

PAUTASSO, Diego. O fortalecimento das relações Sul-Sul: estratégia e realidade para os países emergentes. **Revista Conjuntura Austral**, v. 2, n. 8, out./nov 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/22452>. Acesso em: 18 dez. 2020.

PELLA, Antônio Fernando Costa. Relações Comerciais entre Brasil e China a Partir dos Anos 2000: Uma Análise do Conteúdo Tecnológico. **Revista de Estudos Sociais UFMT**, v. 21, n. 42, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/7389>. Acesso em: 18 dez. 2023.

PERTILE, Noeli. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no Oeste catarinense**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91823>. Acesso em: 18 dez. 2023.

PIRES, Marcos C. A iniciativa cinturão e rota: suas derivações políticas, econômicas e culturais e seus vínculos com o futuro da América Latina. **Revista Mundo e Desenvolvimento**, v. 1, n. 2, 2019, p. 81-102. Disponível em: https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoeDesenvolvimento/article/view/39. Acesso em: 18 dez. 2023.

PINHEIRO, Maurício Canêdo; SCHYMURA, Luiz. Política industrial brasileira: motivações e diretrizes. *In*: BACHA, Edmar; BOLLE, Monica Baumgarten. **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2013. p. 81 - 94.

PRESIDENTE Lula realiza terceira visita de Estado à China. **Governo Federal - Serviços e Informações do Brasil**. 10 de abr. de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/04/presidente-lula-realiza-terceira-visita-de-estado-a-china-1>. Acesso em 18 de nov. de 2023.

PROJETOS de ferrovias de Santa Catarina são apresentados para investidores chineses. **Agência Catarinense de Notícias**. Governo do Estado de Santa Catarina. Set. 2023. Disponível em: <<https://estado.sc.gov.br/noticias/projetos-de-ferrovias-de-santa-catarina-sao-apresentados-para-investidores-chineses/>>. Acesso em 10 nov. 2023.

RELATÓRIO Anual e de Sustentabilidade. **JBS**. 2019. Disponível em: <<https://jbs.com.br/wp-content/uploads/2023/10/ras-jbs-2019-port-final.pdf>>. Acesso em 05 out. 2023.

RESULTADOS do Comércio Exterior Brasileiro. **Secretaria de Comércio Exterior: Balança Comercial e Estatísticas de Comércio Exterior**. 2023. Disponível em: <https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/p.html>. Acesso em 20 nov. 2022.

RIPPLINGER, Fabiane. **Dinâmica Locacional da Indústria**: estudo de caso de uma agroindústria catarinense. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019. Disponível em: <https://rd.uffrs.edu.br/handle/prefix/3139>. Acesso em: 18 dez. 2023.

RIPPLINGER, Fabiane; SCHERMA, Ricardo Alberto; NASCIMENTO, Ederson. Uso do território no oeste de Santa Catarina: produção avícola e as crises de abastecimento. **Geographia Meridionalis**, v. 5, n. 3, p. 225-242, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Geographis/article/view/17135>. Acesso em: 18 dez. 2023.

ROCHA, Mayra O. C.; ALMEIDA, Wilson J. B. A ordem internacional do século XXI e o novo papel dos países emergentes. **World Citizen Magazine**. Universidade Católica de Brasília - Curso de Relações Internacionais. v. 1 n. 1. 2013. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/riucb/article/view/4283/2625>. Acesso em: 18 dez. 2023.

SANTOS, Henrique. F.; CASTILLO, Ricardo. Vulnerabilidade territorial do agronegócio globalizado no Brasil: crise do setor sucroenergético e implicações locais. **Geosp – Espaço e Tempo**, v. 24, n. 3, p. 508-532, dez. 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/166602>>. Acesso em: 18 dez. 2023.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial**: críticas e alternativas. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SILVA, Darly H; FURTADO, Natan, M. **Os BRICS e a Nova Divisão Internacional do Trabalho liderada pela Inovação**. São Paulo: Abril, 2016.

SILVA, Leandro Henrique da. **A dinâmica da divisão internacional e territorial do trabalho**: o exemplo de São Bernardo do Campo - SP. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11062013-121725/pt-br.php>. Acesso em: 2023-12-18.

SILVEIRA, Maria Laura. Território Usado: Dinâmicas de Especialização, Dinâmicas de Diversidade. **Ciência Geográfica**, v. 15 n. 1, jan/dez 2011. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_versao_internet/AGB_dez2011_01.pdf. Acesso em: 18 dez. 2023.

SOARES, Cristiane; TEIXEIRA, Anderson Mutter; OREIRO, José Luis. Uma análise empírica dos determinantes da desindustrialização no caso brasileiro (1996-2008). *In*: AZEVEDO, André Filipe Zago; FEIJÓ, Carmen; CORONEL, Daniel Arruda. **A desindustrialização brasileira**. São Leopoldo RS: Editora UNISINOS, 2013. p. 105 - 142.

SONAGLIO, Claudia Maria. Evidências de desindustrialização no Brasil: uma análise com dados em painel. *In*: AZEVEDO, André Filipe Zago; FEIJÓ, Carmen; CORONEL, Daniel Arruda. **A desindustrialização brasileira**. São Leopoldo RS: Editora UNISINOS, 2013. p. 71 - 100

SÓ ferrovia impedirá a migração das agroindústrias em SC. **Notícias Agrícolas**. 2016. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/logistica/168592-so-ferrovia-impedira-a-migracao-das-agroindustrias-em-sc.html>. Acesso em 11/11/2023.

SUSTENTADO por safra recorde no campo, PIB do agro tem alta modesta no 1º tri. CEPEA. Centro de estudos avançados em economia aplicada; **Confederação da agricultura e pecuária no Brasil (CEPEA; CNA)**. 2023. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-sustentado-por-safra-recorde-no-campo-pib-do-agro-tem-alta-modesta-no-1-tri.aspx>. Acesso em 25 jan. 2023.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global**. 1ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra, 2017.

UNIDADE da Aurora volta a receber autorização para exportar carne suína à China. **Associação Catarinense de Criadores de Suínos - ACCS**. 2023. Disponível em: <https://www.accs.org.br/noticias/5535-unidade-da-aurora-volta-a-receber-autorizacao-para-exportar-carne-suina-a-china>. Acesso em: 27/10/2023.

XAVIER, Glauber Lopes. Agronegócio e capitalismo dependente na América Latina: o caso brasileiro. **Argumentum**. Vitória, v. 9, n. 2, p. 147-160, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15017>. Acesso em: 18 dez. 2023.

XIMENES, Luciano J. F. **Carne suína**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, a. 05, n. 126, ago. 2020. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/345>. Acesso em: 18 dez. 2023.

WORLD Development Indicators. **The World Bank China: DATA**. 2023. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&country=CHN>>. Acesso em: 09 fev. 2023.

WORLD Development Indicators. **The World Bank China: GDP current US\$**. 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2022&start=2022&view=map>>. Acesso em: 09 fev 2023.